



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA  
CENTRO EDUCACIONAL 06 DO GAMA  
UNIDADE DE INTERNAÇÃO FEMININA DO GAMA  
NÚCLEO DE ENSINO - UIFG



**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**  
**NÚCLEO DE ENSINO DA UNIDADE DE INTERNAÇÃO FEMININA DO GAMA**  
**NUEN - UIFG**

**GAMA, DF**  
**2023**

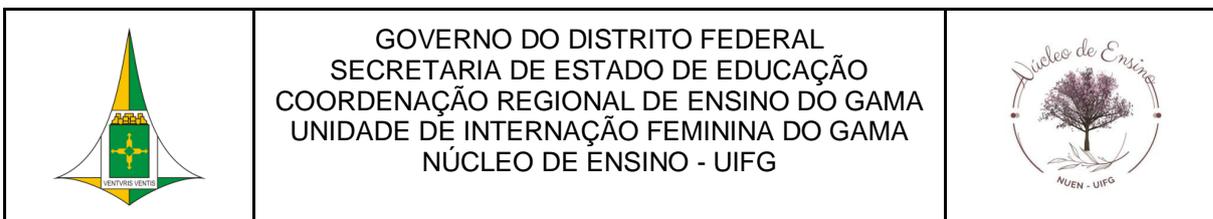


GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA  
UNIDADE DE INTERAÇÃO FEMININA DO GAMA  
NÚCLEO DE ENSINO - UIFG



**“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”**

**Paulo Freire**



## SUMÁRIO

<b>1- IDENTIFICAÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2- APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>3- HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR .....</b>	<b>7</b>
3.1. Diagnóstico da Realidade Escolar .....	9
3.2. Características Físicas e Dependências .....	11
3.3. A Estrutura Física da Escola é Composta por: .....	13
<b>4- FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA NA SOCIOEDUCAÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>5 - MISSÃO DA UNIDADE ESCOLAR .....</b>	<b>16</b>
<b>6- FUNDAMENTAÇÃO E CONCEPÇÕES TEÓRICAS .....</b>	<b>16</b>
6.1. Fundamentos Ético -Pedagógicos.....	17
6.2. Fundamentos Epistemológicos .....	17
6.3. Teoria crítica e Pós-crítica.....	19
6.4. Concepção de Educação Integral.....	21
6.5. Pedagogia Histórico-crítica e Psicologia Histórico-cultural .....	21
6.6. Psicologia Histórico-Cultural .....	23
<b>7- OBJETIVOS .....</b>	<b>27</b>
7.1. Objetivos geral .....	27
7.2. Objetivos específicos .....	27
<b>8- ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA UNIDADE ESCOLAR .....</b>	<b>28</b>
8.1 Concepções Teóricas que fundamentam as Práticas Pedagógicas .....	28
8.1.1 Teoria Crítica e Pós-Crítica .....	29
8.2.2 Psicologia Histórico - Cultural .....	36
8.3. Eixos Transversais - Educação para Diversidade .....	40
8.4. Educação para a Sustentabilidade .....	42
8.5. Cidadania e Direitos Humanos.....	43
<b>9- ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA UNIDADE ESCOLAR .....</b>	<b>44</b>
9.1. Ciclos / Séries / Semestres.....	46
9.2. Organização dos tempos e espaços.....	47
9.3. Metodologias de Ensino Adotadas .....	48
9.4. Equipe de Professores.....	49
9.5. Coordenação Pedagógica e papel do Coordenador Pedagógico na Unidade Escolar .....	49
Quadros de horários por turma: .....	50
9.6. Valorização e formação continuada dos profissionais da educação .....	51
9.7. Orientação Educacional – OE .....	54
<b>10– ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>55</b>
10.1. Administrativo .....	55
10.2. Conservação e Limpeza, Cocção, Vigilância e Portaria .....	55
10.3. Biblioteca Escolar .....	56

	<p>GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA UNIDADE DE INTERNAÇÃO FEMININA DO GAMA NÚCLEO DE ENSINO - UIFG</p>	
---	---	---

10.4. Sala de Multimídia.....	56
10.4. Regimento .....	56
10.5. Uniforme .....	56
<b>11- AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS.....</b>	<b>56</b>
11.1. Avaliação para as Aprendizagens na Socioeducação.....	56
11.2. Avaliação em Larga Escala .....	58
11.3. Avaliação Institucional .....	59
11.4. Conselho de Classe .....	60
<b>12. PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA POLÍTICA PEDAGÓGICA.....</b>	<b>61</b>
12.1. Gestão pedagógica .....	61
12.2. Gestão de resultados Educacionais .....	65
12.3. Gestão Participativa .....	68
12.4. Gestão de pessoas .....	68
12.5. Gestão Financeira .....	69
12.6. Gestão Administrativa .....	70
<b>13- PLANO DE AÇÃO ESPECÍFICOS .....</b>	<b>70</b>
13.1. Caligrafando para a vida.....	70
13.2. Literatura periférica e a arte de escrever .....	73
13.3. Autoestima em resgate por meio da dança.....	75
13.4. Rompendo Limites.....	77
13.5. Orientação Educacional .....	79
13.6. Gamificação das ciências humanas .....	81
<b>14- PROJETOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE ESCOLAR .....</b>	<b>82</b>
14.1. Dona de mim .....	82
<b>15 - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP.....</b>	<b>98</b>
<b>16 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>100</b>
<b>17- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>101</b>

## 1- IDENTIFICAÇÃO

Nome da Unidade Escolar	Núcleo de Ensino da Unidade de Internação Feminina do Gama
-------------------------	--



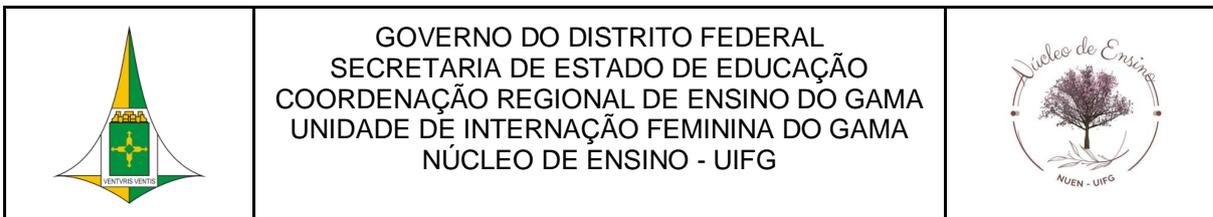
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA  
UNIDADE DE INTERAÇÃO FEMININA DO GAMA  
NÚCLEO DE ENSINO - UIFG



Escola Vinculante	CED 06 do Gama - localizado na Entrequadra 02/07, Setor Leste, Gama.
Coordenação Regional de Ensino	Gama
Endereço NUEN UIFG	Área Especial nº 02, Estrada Vicinal nº 361 – Bairro Gama – DF
Telefone da escola vinculante	3901-3531
E-mail	uifg.ced06@gmail.com
Atos de Regularização da Instituição	Núcleo de Ensino da UIFG foi criado e normatizado pela Portaria Conjunta SEJUS e SEEDF nº 07 (DISTRITO FEDERAL, 2021), com vinculação ao CED 06 do Gama
Turno de Funcionamento	Matutino
Etapas / Modalidades de Ensino Ofertadas	Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais) Ensino Médio
<b>EQUIPE GESTORA</b>	
Sebastião Ancelmo Bezerra Júnior	Diretor da escola vinculante (CED 06)
Fabiana Angélica Costa	Supervisora Pedagógica do NUEN
Ana Luiza Alvares Couto	Carreira Assistência
Marilange Duarte Monteiro	Orientadora Educacional

## 2- APRESENTAÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento elaborado de forma democrática que permite os atores da escola a refletir e discutir anualmente os



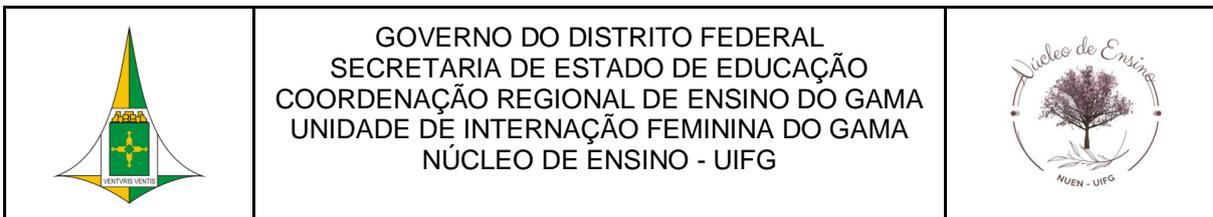
desafios da instituição educacional. A educação básica é organizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que garante uma formação comum. Já o PPP proporciona à escola uma autonomia no desempenho da sua atividade, permitindo trabalhar a realidade local para que o estudante se desenvolva de forma integral e tenha uma melhor compreensão de mundo.

O Núcleo de Ensino da Unidade de Internação Feminina do Gama elaborou o seu projeto de trabalho a partir do Currículo em Movimento proposto pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Diretrizes Pedagógicas de Escolarização na Socioeducação (SEEDF), e o Termo de Cooperação Técnica No 02/2013, entre a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, cujo documento visa a mútua cooperação entre as secretarias para a garantia da política de escolarização dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Em conformidade com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (2006), a escola é considerada o cerne do processo socioeducativo. Sendo assim, a escola tem o papel de assegurar a escolarização de jovens em privação de liberdade.

O Projeto Político Pedagógico do Núcleo de Ensino (NUEN) da Unidade de Internação do Gama (UIFG), vinculada ao Centro Educacional 06 do GAMA (CED 06), tem como objetivo fornecer subsídios para que a escola cumpra seu papel de integração social, fornecendo as estudantes os conhecimentos básicos amparados pelos documentos norteadores, até os relacionados aos cuidados com a saúde, nutrição, interação social, desenvolvimento da inteligência emocional e espírito crítico.

A construção e a reflexão do Projeto Político Pedagógico têm como objetivo o desenvolvimento de habilidades e competências das estudantes do NUEN/UIFG. As diretrizes que geram este documento têm por base a flexibilidade de permitir que a escola se transforme frente às alterações das demandas sociais e, também, que a escola se capacite para que seja elemento ativo de construção e desconstrução da realidade social dos estudantes a partir do conhecimento. Sabe-se que esse instrumento delibera sobre as condições e o funcionamento da escola, sendo que ao mesmo tempo define a forma de trabalho durante o ano.



Diante das demandas, o Projeto Político Pedagógico foi elaborado juntamente com a participação dos professores, servidores e estudantes do NUEN, na tentativa de traçar metas para nortear as práticas que serão desenvolvidas.

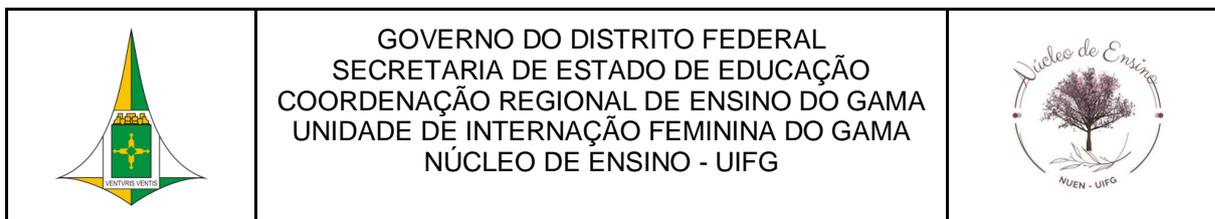
A Supervisão Pedagógica, Orientação Educacional e o corpo docente reuniram-se nas coordenações coletivas para elaboração deste primeiro Projeto Político Pedagógico (PPP) do NUEN/UIFG. As estudantes participaram respondendo um questionário com perguntas relacionadas ao ambiente escolar, às atividades desenvolvidas, ao corpo docente, à gestão do NUEN, entre outras.

Vale salientar que, no caso deste PPP, não foi possível contar com a participação das famílias das estudantes em sua elaboração, pois o NUEN não tem nenhum tipo de acesso às mesmas.

### **3- HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR**

A Unidade de Internação Feminina do Gama - UIFG, iniciou suas atividades pedagógicas em abril de 2020, na ocasião a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania - SEJUS inaugurou a Unidade de Internação Feminina do Gama – UIFG, situada na Área Especial nº 02, Estrada Vicinal nº 361 – Bairro Gama – DF, com Jacqueline Morais Campos na direção do complexo. Enquanto Unidade, a proposta é centrada na ressocialização de jovens e adolescentes, do público feminino, de 12 a 21 anos, que em algum momento estiveram em conflito com a lei. Importante ressaltar que a inauguração desta Unidade ocorreu em tempos de combate à pandemia de Covid-19, o que fragilizou a formação de parcerias e a chegada de recursos importantes. Com isso, há uma grande necessidade de união e empenho por parte de toda comunidade local para conciliar esforços, tornando assim a instituição ainda mais forte e frutífera.

Após a inauguração da UIFG em 2020, iniciaram-se as tratativas no Centro Educacional 06 do Gama, junto à Coordenação Regional de Ensino e da Subsecretaria de Educação Básica do DF, para a criação normativa do Núcleo de Ensino que funcionaria na referida Unidade para a vinculação administrativa, pedagógica e de escrituração escolar das estudantes e dos procedimentos de remanejamento de profissionais para atuação no Sistema Socioeducativo em vigência a partir de então.



No ano de 2020, com a criação da UIFG, o efetivo feminino deixa o prédio da Unidade de Internação de Santa Maria (UISM) e as matrículas escolares são transferidas para o CED 06 do Gama.

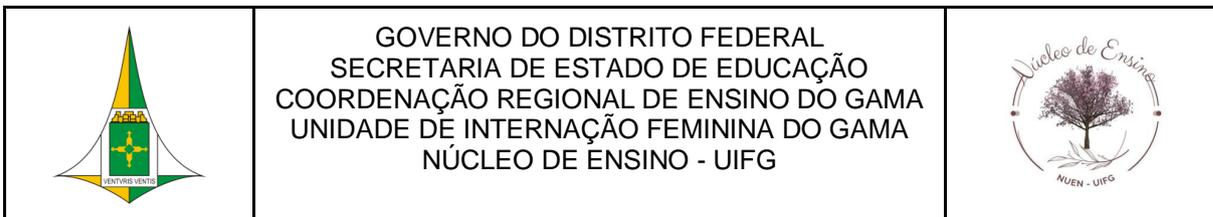
Em 17 de junho de 2021, o Núcleo de Ensino da UIFG foi criado e normatizado pela Portaria Conjunta SEJUS e SEEDF nº 07 (DISTRITO FEDERAL, 2021) publicada no DODF de 29/06/2021, com vinculação ao CED 06 do Gama.

O Centro Educacional 06 do Gama (Escola Vinculante), foi homologado ao funcionamento em 07 de março do ano de 1973, representando o marco inicial das atividades escolares. Criado pela antiga Fundação Educacional do Distrito Federal, pertenceu ao extinto Complexo Escolar “A” do Gama, que se chamava Centro de Ensino de 1º Grau 03. Começou a funcionar amparado pelo Decreto no 48.297 de 17 de junho de 1973 e pela autorização do Parecer no 04/73.

Em 18 de fevereiro de 1981, seguindo a Resolução no 453 e a Portaria nº 17 de 07/07/1980 – SEC-DF, alterou o nome para Centro Educacional 04 do Gama (CED 04). Entre os anos de 1981 a 1983, a escola ofereceu o Curso de Habilitação Básica em Eletrônica do Ensino Profissionalizante de 1o ao 3o ano do 2o Grau. De 1984 ao ano de 1990, a escola passou a oferecer somente o Curso de Eletrônica (em nível de 2º Grau) e 5º à 8º séries do 1o Grau. De 1991 ao ano 1999 retirou-se o ensino profissionalizante e implantou-se o 2º Grau Regular. Em 1999, seguindo determinação da Portaria no 129 da SEE-DF, passou a denominar-se Centro de Ensino Médio 04 do Gama (CEM 04).

A Portaria no 108 de 11 de abril de 2005 alterou o nome do CEM 04 para Centro Educacional 06 do Gama (CED 06) porque a Secretaria de Estado de Educação reorganizou as escolas da cidade devido à criação dos Jardins de Infância. Essa Instituição Escolar recebeu os estudantes oriundos da antiga Escola Classe 13, atual Jardim de Infância 03, oferecendo o Ensino Fundamental I (1º a 4º série) e o Ensino Médio completo. Em 2008, houve a implantação das turmas de Correção do Fluxo Escolar (Modalidade EJA 3º Segmento).

### **3.1. Diagnóstico da Realidade Escolar**



A Unidade de Internação Feminina se ocupa de jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, que chegam na Unidade para cumprir medida provisória (até 45 dias), sanção (até 90 dias) e estrita (de 06 meses a 03 anos) em qualquer época do ano. Destaca-se que a UIFG/SEJUS compreende um projeto que visa a reinserção social por meio do fortalecimento dos vínculos familiares, incentivo à escolarização, profissionalização, mudança de perspectivas e a busca de novas metas e objetivos de vida planejados e inseridos em jornadas pedagógicas e projetos.

Para realização do diagnóstico da realidade escolar da UIFG, os dados estatísticos encontrados foram pesquisados junto à própria instituição (UIFG/SEJUS). Desde sua inauguração, a unidade atende adolescentes do sexo feminino, com idade entre 12 e 21 anos, oriundos de famílias de baixo poder aquisitivo, e caracterizam-se pelo o envolvimento com atos infracionais e com o uso de substâncias entorpecentes.

A maioria das adolescentes possui um histórico de defasagem escolar, com sucessivos anos de repetência e evasão, além do comprometimento cognitivo e de ordem biopsicossocial. Faltaram para esse público, condições reais de acesso, permanência e de aprendizagem, devido à própria trajetória de vida anteriormente à sua internação.

Cabe ressaltar que as medidas socioeducativas podem durar de 6 meses a 3 anos, conforme o ato infracional cometido, o desempenho da socioeducanda na Unidade e na Escola e claro, com sua ressocialização. Por isso, as alunas são avaliadas durante todo o período de cumprimento da medida socioeducativa e a cada 6 meses, são elaborados relatórios educacionais, após o estudo de caso organizado pela UIFG/SEJUS sobre cada uma delas e apresentados a (o) juiz(a) da Vara de Infância e da Juventude do DF.

Segue abaixo tabela quantitativa de aprovações e reprovações das estudantes do Núcleo de Ensino (NUEN)/Unidade de Internação Feminina do Gama (UIFG) desde o início do atendimento às estudantes durante a pandemia em 2020:

ANO LETIVO 2020
-----------------



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA  
UNIDADE DE INTERNAÇÃO FEMININA DO GAMA  
NÚCLEO DE ENSINO - UIFG



Etapa		Nº de Aprovações	Nº de Reprovações
2º Ciclo Bloco 01 (Anos Iniciais)	1º,2º,3º Anos Ensino Fundamental	02	00
2º Ciclo Bloco 02 (Anos Iniciais)	4º,5º Ano Ensino Fundamental	02	00
3º Ciclo Bloco 01 (Anos Finais)	6º/7º Ano Ensino Fundamental	04	00
3º Ciclo Bloco 02 (Anos Finais)	8º/9º Ano Ensino Fundamental	04	00
Bloco Ensino Médio	1ª Série	02	00

ANO LETIVO 2021

Etapa		Nº de Aprovações	Nº de Reprovações
2º Ciclo Bloco 02	4º,5º Ano Ensino Fundamental	02	02

	<p>GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA UNIDADE DE INTERNAÇÃO FEMININA DO GAMA NÚCLEO DE ENSINO - UIFG</p>	
---	---	---

(Anos Iniciais)			
3º Ciclo Bloco 01 (Anos Finais)	6º/7º Ano Ensino Fundamental	04	00
3º Ciclo Bloco 02 (Anos Finais)	8º/9º Ano Ensino Fundamental	01	00
Bloco Ensino Médio	1ª Série	01	00

ANO LETIVO 2022			
Etapa		Nº de Aprovações	Nº de Reprovações
2º Ciclo Bloco 02 (Anos Iniciais)	4º,5º Ano Ensino Fundamental	01	00
3º Ciclo Bloco 01 (Anos Finais)	6º/7º Ano Ensino Fundamental	00	01
3º Ciclo Bloco 02 (Anos Finais)	8º/9º Ano Ensino Fundamental	03	02

### 3.2. Características Físicas e Dependências

A UIFG possui 4.264,20m<sup>2</sup> de área construída e conta com espaços de biblioteca, musicalização, ginásio de esportes, espaço para cultivo de horta, salas para jogos e projeto de xadrez, sala de informática, espaço multiuso, refeitórios, área de convivência, salão de beleza, templo ecumênico, módulos com dormitórios,



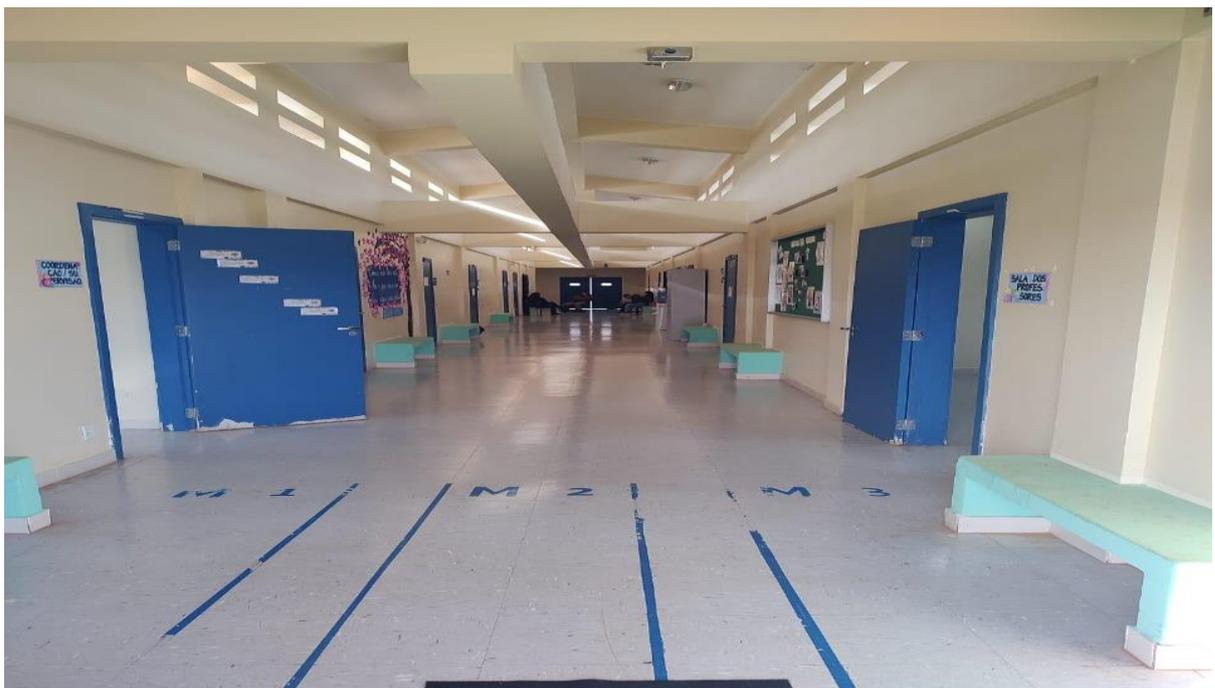
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA  
UNIDADE DE INTERAÇÃO FEMININA DO GAMA  
NÚCLEO DE ENSINO - UIFG



espaços administrativos das Secretarias de Saúde, Segurança, Justiça e, com o prédio escolar usado pela SEEDF, o Núcleo de Ensino (NUEN).



Foto atual – 01- Fachada externa do NUEN



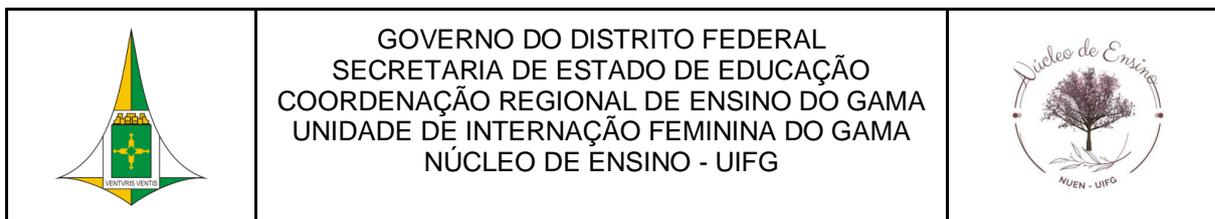


Foto atual – 02- Fachada interna do NUEN

### 3.3. A Estrutura Física da Escola é Composta por:

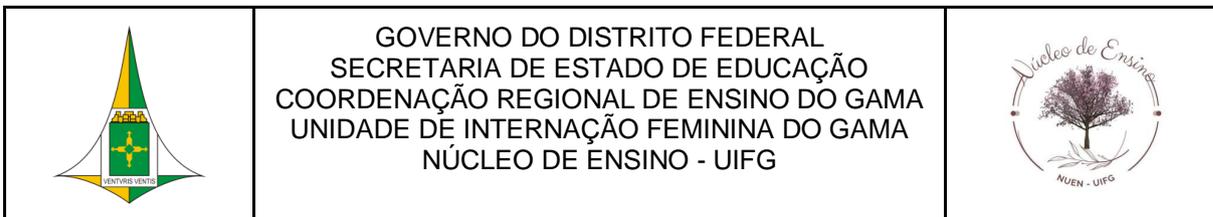
- 01 - (uma) sala de supervisão / coordenação / secretaria escolar;
- 01 - (uma) sala dos professores;
- 01 - (uma) sala da Orientação Educacional (sala de aula adaptada);
- 05 - (cinco) salas de aula;
- 01 - (uma) sala que comporta instalações-base de informática;
- 01 - (um) depósito;
- 01 - (uma) sala de atividades multiuso;
- 02 - (dois) banheiros para professores e funcionários (sendo um na sala utilizada pela Orientação Educacional);
- 01 - (um) banheiro específico para estudantes;
- 01 - (um) banheiro de uso dos Agentes Socioeducativos;
- 01 - (um) ginásio para atividades desportivas cedido para atividades escolares.

## 4- FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA NA SOCIOEDUCAÇÃO

A escolarização na socioeducação envolve grandes desafios. Um deles é a escola ser de fato reconhecida como espaço privilegiado para a ressocialização e, sobretudo, para as aprendizagens dos socioeducandos, o que implica o desenvolvimento de uma proposta pedagógica diferenciada para garantir uma educação que faça sentido para adolescentes que cumprem medida socioeducativa.

Assim sendo, os desafios impostos por uma política pública socioeducativa exigem ações educativas efetivas tanto da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, bem como da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, respaldadas pelo Termo de Cooperação Técnica nº 02/2013.

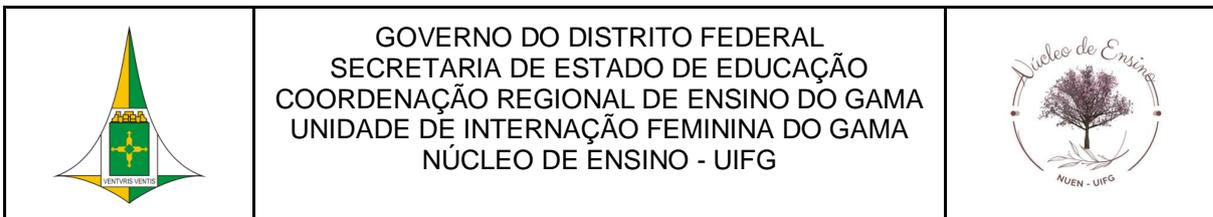
A proposta pedagógica apresentada neste PPP visa estabelecer condições objetivas e reais para o desenvolvimento do trabalho docente, considerando a



realidade escolar, dentro de uma Unidade de Internação, bem como seu principal público alvo, as socioeducandas.

Os aspectos fundamentais referentes à organização do trabalho pedagógico, elencados pelo coletivo dos professores e equipe pedagógica consiste em:

- Ruptura de paradigmas tradicionais do processo ensino e aprendizagem e avaliativo com vistas ao sucesso escolar;
- Discussão e reflexão acerca da organização do ensino ciclado e planejamento de estratégias pedagógicas, conforme estabelecem as Diretrizes Pedagógicas: Escolarização na Socioeducação da SEEDF (2014).
- Suporte pedagógico aos professores nos espaços/tempos institucionalizados de formação por meio da coordenação pedagógica.
- Estudos temáticos, compartilhamento de experiências e saberes entre os docentes e equipe pedagógica nas coordenações pedagógicas coletivas que, no caso deste NUEN, só acontecem quando a carga horária do professor respalda a coordenação em horário contrário ao turno de regência (matutino);
- Formação continuada in loco, visando à especificidade do trabalho pedagógico socioeducativo;
- Discussão do processo avaliativo condizente com a concepção formativa da avaliação, considerando os seus diferentes níveis, conforme estabelecem as Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF (2014-2016);
- Desenvolvimento de conteúdos na perspectiva interdisciplinar e de forma transversal, integrando as diferentes áreas de conhecimento e consonante com o Currículo em Movimento da SEEDF (2014);
- Levantamento dos anseios e expectativas tanto dos profissionais da educação como dos servidores que atuam no Núcleo de Ensino da Unidade de Internação Feminina referente à organização do trabalho escolar para levantamento de sugestões, críticas propositivas no intuito de aprimorar ações educativas;
- Estabelecimento e fortalecimento do vínculo afetivo como meio para a promoção de aprendizagens;
- Desenvolvimento de conteúdos significativos que venham colaborar para a realização do projeto de vida das estudantes;



- Valorização de estratégias pedagógicas com vistas à resolução pacífica dos conflitos causados pela intolerância e desrespeito às diferenças entre os sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, em parceria com a equipe técnica que atua junto às alunas;
- Valorização das potencialidades e habilidades das estudantes por meio dos projetos pedagógicos.

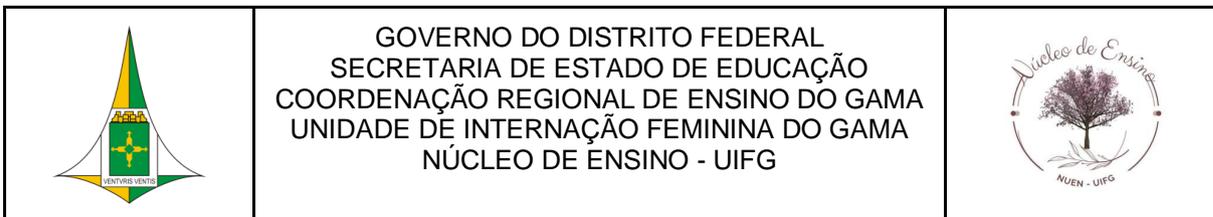
De acordo com o previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (Resolução nº 119/2006 e Lei nº 12.594/2012), o socioeducando está em processo de desenvolvimento e como sujeito de direitos, faz-se necessário que a escola desenvolva um trabalho pedagógico ético e humanizado para a superação do fracasso escolar.

## **5 - MISSÃO DA UNIDADE ESCOLAR**

Promover a reintegração social das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa viabilizando a sistematização do saber escolar por meio da relação entre os sujeitos constituindo uma educação de qualidade no desenvolvimento da edificação de valores, cooperação e da construção de seu projeto de vida.

## **6- FUNDAMENTAÇÃO E CONCEPÇÕES TEÓRICAS**

A relevância social das práticas pedagógicas e seus objetivos devem destacar-se pela contribuição na reconstrução da socialização nos espaços familiar, escolar e profissional. É importante mostrar para a sociedade que o adolescente em medida socioeducativa não pode sofrer nenhum processo de exclusão, buscando valorizar dessa forma, a didática adequada utilizada pelo professor, a contextualização, a interdisciplinaridade e outros instrumentos de ensino que poderão despertar o interesse do aluno e, por isso, faz-se necessário uma busca incessante por estratégias



e metodologias voltadas para o nosso público específico respeitando suas individualidades para que os objetivos educacionais propostos sejam contemplados.

De acordo com o artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, os jovens em conflito com a lei, cumprindo medida socioeducativa, têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa e cabe ao Estado assegurar-lhe:

- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- Direito de ser respeitado por seus educadores;
- Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.
- Direito de organização e participação em entidades estudantis.

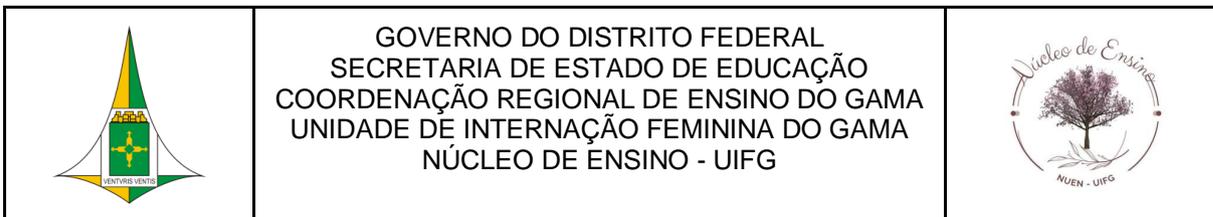
Nesse sentido, a perspectiva que o Núcleo de Ensino da UIFG vem se adaptando à legislação atual, procurando cumprir o que determina o ECA no que diz respeito às medidas socioeducativas em regime de privação de liberdade. Nesse intuito, os objetivos das práticas pedagógicas são:

- Delinear os problemas que as salas multisseriadas causam no processo pedagógico da escola.
- Destacar os benefícios que a proposta em ciclos pode trazer para os alunos, professores e todo o processo pedagógico.

De acordo com o SINASE (2006), “as ações socioeducativas devem propiciar concretamente a participação crítica dos adolescentes na elaboração, monitoramento e avaliação das práticas sociais desenvolvidas, possibilitando, assim, o exercício – enquanto sujeitos sociais – da responsabilidade, da liderança e da autoconfiança.”. Assim é necessário o professor planejar sua aula levando sempre em consideração os interesses e as experiências de nossos alunos, desenvolvendo metodologias que promoverão inclusão social, interligando as ações de promoção de saúde, educação, cultura, profissionalização e cidadania na execução de medidas socioeducativas.

### **6.1. Fundamentos Ético -Pedagógicos**

A Proposta Pedagógica do NUEN (Núcleo de Ensino) da Unidade de Internação Feminina do Gama (UIFG), para o Ensino Fundamental e Médio, tem como



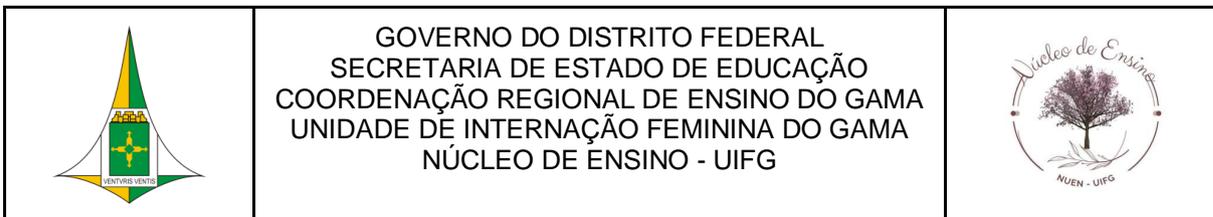
fundamentos os pressupostos teórico-metodológicos contidos no Currículo em Movimento: Teoria Crítica e Pós-Crítica, Concepção de Educação Integral Espaços de Tempos, Espaços e Oportunidades, a Pedagogia Histórico-Crítica, a Psicologia Histórico-Cultural, Eixos transversais: Educação para a Diversidade, Educação para a Sustentabilidade, Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade, Os Quatro Pilares da Educação (Jacques Delors); além de documentos orientadores da Socioeducação como: o SINASE (Sistema Nacional do Atendimento Socioeducativo), o Estatuto da Criança e Adolescente, o Termo de Cooperação nº 2 de 2013 e as Práticas Educativas da Rede das Unidades do DF.

## 6.2. Fundamentos Epistemológicos

A educação é considerada um direito fundamental, mas precisa ser construída como uma educação plena e garantidora desses direitos fundamentais. A escola deve superar a utilização de processos de aprendizagens convencionais e reconhecer e integrar em sua prática que a formação de um indivíduo deve ser contínua e que, como alunos, ainda estão se organizando no uso de habilidades e competências do pensamento reflexivo. Para tanto, deve implementar em sua vivência a adoção de práticas de direitos plenos do indivíduo.

*Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

De acordo com os Pressupostos Teóricos do Currículo em movimento da Educação Básica do Distrito Federal, na sociedade atual, a escola é chamada a desempenhar intensivamente um conjunto de funções diversas. Além da função de instruir e avaliar, a escola tem de orientar (pedagógica, vocacional e socialmente), de cuidar e acolher crianças e jovens em complementaridade com a família, de se relacionar ativamente com a comunidade, de gerir e adaptar currículos, de coordenar um grande número de atividades, de organizar e gerir recursos e informações educativas, de autogerir e se administrar, de autoavaliar, de ajudar a formar seus



próprios docentes, de avaliar projetos e de abordar a importância da formação ao longo de toda a vida (ALARCÃO, 2001).

*Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:  
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;*

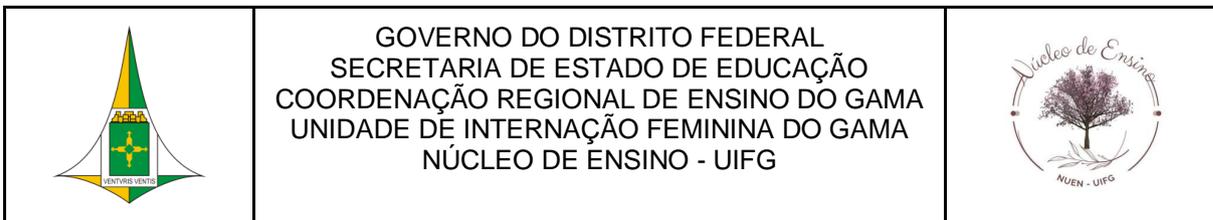
De acordo com o regimento escolar da SEEDF:

*Art. 410. À Secretaria de Educação do Distrito Federal compete, a elaboração e o acompanhamento da política pública de escolarização dos estudantes adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e em internação cautelar.*

*Art. 411. O objetivo da política pública de escolarização dos estudantes adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e em internação cautelar é garantir o acesso e a permanência educacional, com qualidade social, observadas as especificidades dessa população*

Para garantir as especificidades das estudantes em cumprimento de medidas estritas, provisórias ou em sanção, o serviço de orientação educacional junto ao corpo docente, realiza testes de psicogênese para que sejam criadas estratégias de ensino e aprendizagem, respeitando o nível de letramento de cada aluna que chega ao Núcleo de Ensino. Promovendo ações que fomentem um processo de formação educacional integral e transforme o núcleo de ensino da UIFG em um espaço de educação para os Direitos Humanos.

- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)
- XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.



### 6.3. Teoria crítica e Pós-crítica

A educação é um processo cultural é um fenômeno social, sendo discutida a partir de argumentos filosóficos.

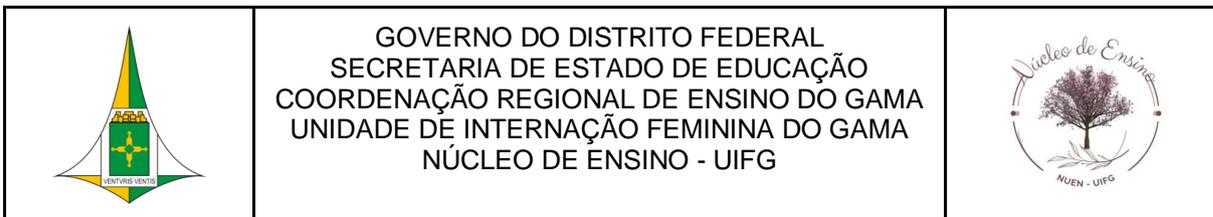
A educação é política, e possui também um significado de classe. Nas relações entre a educação e a política, manifesta-se uma lógica de classes. Esta relação estabelece os modelos culturais e os ideais, que orientam a organização interna da instituição educativa (CHARLOT, 2013, p.67).

A teoria crítica é um conceito histórico, cuja análise precisa ser feita a partir dos princípios conceituais do estruturalismo e do pós-estruturalismo. “Desde o início da teorização crítica da educação a ideologia tem sido um dos conceitos centrais a orientar a análise da escolarização em geral, e do currículo em particular”. (MOREIRA e SILVA, 1997, p.21).

A teoria crítica é oposta à teoria tradicional. O pensamento crítico promove o interesse emancipatório, ou uma reflexão voltada para a responsabilidade e a autonomia em uma perspectiva que considera a realidade social como um processo advindo de transformações nos aspectos culturais voltado para o registro de ocorrências repetitivas (HORKHEIMER, 2006).

Seguindo as denominações pós-modernidade, pós-modernismo, pós-estruturalismo, entre outras, pode-se afirmar que a teoria pós-crítica é composta por uma diversidade de pressupostos conceituais segundo uma ideia central de valorização da subjetividade. Os critérios de reflexão partem da diferença e da semelhança, pelas identidades e diferenças, mais múltiplas e plurais, se for considerado o pensamento de Lacan (1998). Outros autores já apontam a ruptura com o paradigma crítico, para ouvir os atores, sendo que o sujeito pós-moderno é o resultado, segundo Silva (1999) do cruzamento dessas múltiplas dinâmicas e de diferentes culturas que o contém.

A formação da identidade e da subjetividade são categorias dominantes na teoria pós-crítica sendo que não há uma certeza absoluta, mas sim a presença de ideias que representam questões que podem somente ser analisadas a partir de contextos históricos e discursivos específicos (SALIH, 2012, p. 13).



Foucault (1975, p.44) afirma que o sujeito cuida de si mesmo, enquanto reconhece o seu déficit de instrução, ainda que neste processo sejam criadas as tecnologias de docilização do corpo e da mente, institucionalizadas pela escola.

As teorias pós-críticas divergem de forma significativa do pensamento crítico no entendimento da noção de emancipação, pois o entendimento pós-crítico de emancipação distancia-se de uma visão totalizante e estável, cuja visão possui uma oposição radical, mantendo uma operacionalidade social e uma produtividade política, sendo que a emancipação, no dizer de Santos (1999) é um pensamento de rebeldia. Há uma referência ao perigo de que o modelo crítico se reduzisse a uma utopia, a uma esperança quando centrada na radicalidade da luta de classes com pilar social do princípio de divisão.

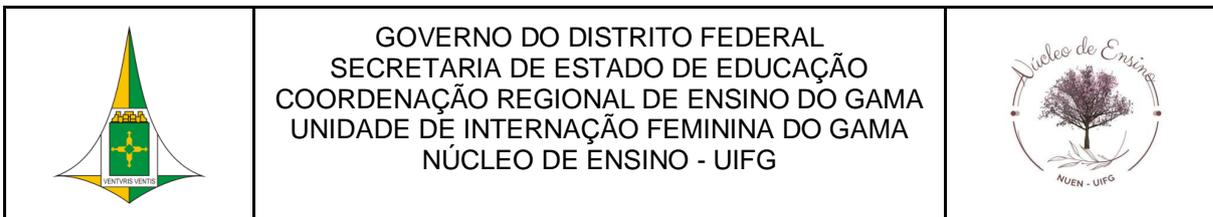
De acordo com Freire (2006), o significado exposto nas teorias pós-críticas é pessoal, contribuindo para abrir novos espaços possíveis para a ação humana, em particular a ação do dominado, sem que se deixe de reconhecer na emancipação o lado social, de natureza política, sobretudo na contestação e denúncia de realidades sociais opressoras.

#### **6.4. Concepção de Educação Integral**

A construção do processo educativo está associada à formação integral do sujeito em suas histórias e vivências. A participação do coletivo no ambiente escolar constituirá no mecanismo de transformação social destes indivíduos. Como afirmava Freire (1921-1997) “a educação é um ato de amor e de coragem”.

A educação integral enfatiza a oferta de atividades diversificadas, articuladas a outros setores da sociedade (escola, família e comunidade). Diferente em relação horário, tempo e jornada integral corroborado por Moll (2009, p.18) como “tratando de tempos e espaços escolares reconhecidos, graças à vivência de novas oportunidades de aprendizagens”.

O princípio da educação integral também se encontra nas abordagens interdisciplinares, experiências e conhecimentos diversos. O coletivo de professores elabora as atividades de aprendizagens articuladas com projetos temáticos. Assim, a educação integral é instrumentalizada para a formação total do sujeito e não apenas



de acordo com a concepção de educação integral vinculada ao tempo de permanência na escola. (COELHO,2004)

Diante dos conceitos apresentados, surge a necessidade de se avançar no campo pedagógico: na organização curricular, elaboração da Proposta Pedagógica, na democratização da Gestão Intersectorial de ações que favoreçam a escolarização e formatação de critérios e reestruturação do ambiente escolar em benefício aos próprios alunos.

### **6.5. Pedagogia Histórico-crítica e Psicologia Histórico-cultural**

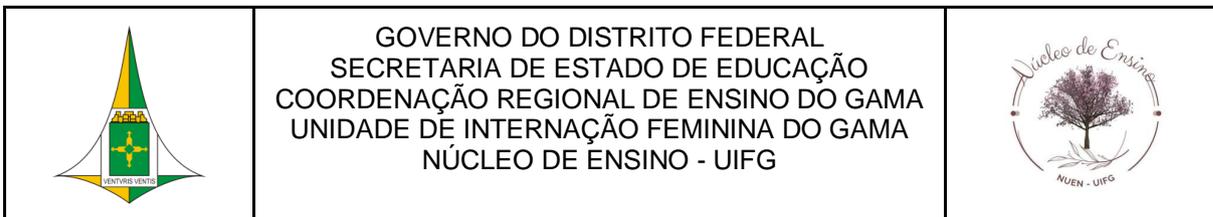
A pedagogia histórico-crítica e Histórico-cultural lança suas bases na busca do resgate da natureza, no qual a educação aparece na categoria de trabalho não-material. Assim, surge o destaque do elemento central da pedagogia histórico-crítica: o saber objetivo, que é definido como aquele produzido historicamente e culturalmente pelo homem. A pedagogia histórico-crítica entende a educação como um processo que se caracteriza por sua atividade no seio da prática social global.

Corroborando com a fala de Saviani (2008), a Educação é um fenômeno próprio dos seres humanos, ou seja, ao mesmo tempo uma exigência para o mercado de trabalho e ela mesma vem a ser um processo desse. A educação pertence ao grupo do trabalho não material, estando relacionada diretamente com as ideias, conceitos e valores, assim como atitudes e habilidades.

A função da escola é possibilitar a aquisição de mecanismos que originam o acesso do saber elaborado, que correspondem ao conhecimento científico.

Na pedagogia histórico-crítica há o objetivo de valorizar a escola, pois “esta pedagogia busca resgatar a importância da escola, a reorganização do processo educativo, ressaltando o saber sistematizado, a partir do qual se define a especificidade do saber escolar” (GASPARIN, 2008).

No aspecto da Psicologia, a base da Pedagogia Histórico-Crítica é a Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky, que defende a ideia de que o homem é considerado um ser histórico, construído por meio de suas relações com o mundo social. O homem é diferente das outras espécies porque pode transformar a natureza através de seu trabalho, com o uso de instrumentos criados por ele mesmo. O conhecimento, na



perspectiva histórico-cultural é construído a partir da interação sujeito-objeto, a partir de ações que são socialmente mediadas. Suas bases são constituídas por meio do trabalho e com a utilização de ferramentas em sociedade e na interação dialética que existe entre homem e natureza.

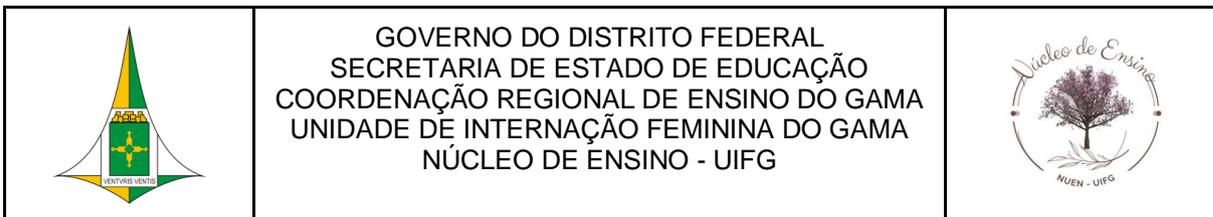
De acordo com Gasparin (2005), a Didática da Pedagogia Histórico-Crítica, que possibilita a aplicação desta metodologia, tem como ponto de referência a construção do conhecimento a partir da base material, que é a prática social dos homens e os processos de transformação da natureza por eles forjados. As organizações culturais, artísticas, políticas, econômicas, jurídicas e religiosas são consideradas expressões sociais que inferem na construção do conhecimento. Portanto, é a existência social dos homens que gera o conhecimento, pois este resulta do trabalho humano, no processo histórico de transformação do mundo e da sociedade, através da reflexão sobre este processo.

Em uma perspectiva prática, os conteúdos devem ser enfocados pelos professores de uma forma contextualizada, para que adquiram significado para aqueles que vão aprender. É preciso evidenciar que o conhecimento humano é produto da história dos homens nas relações sociais e do trabalho.

A teoria histórico-crítica na escolarização ofertada especificamente às adolescentes e jovens em conflito com a lei que perfazem o público alvo do NUEN/UIFG. Ao aplicar a teoria é importante observar que as mesmas precisam ser continuamente motivadas.

Para uma motivação efetiva, a consideração de que os conteúdos e práticas pedagógicas estejam vinculados a uma validação efetiva dos mesmos é essencial. Quando a teoria pedagógica cita a questão da continuidade e da contextualização, isto é, de suma importância na reconstrução da prática de aprendizagem que foi perdida por grande parte dos alunos enquanto os mesmos encontravam-se marginalizados à parte do processo educativo.

Através da socialização do saber sistematizado, é possível possibilitar ao educando a construção de aprendizagens significativas. Estas mesmas aprendizagens, por possuírem aspectos de significado real, são capazes de produzir mudanças reais, tanto no comportamento dos educandos quanto em sua



conscientização enquanto participantes da História, sendo que os mesmos devem se posicionar como integrantes da sociedade, deixando a posição de excluídos para adquirirem um status de participantes.

Na perspectiva do público alvo do NUEN/UIFG, aliar o conhecimento ao sentido real para suas vidas, muitas vezes desprovidas de um significado social e individual, é essencial para que a escolarização se efetive em um sentido real. Oportunizar a valorização da escola para indivíduos que permaneceram excluídos, não somente da sociedade, mas da escola, enquanto uma instituição transformadora, é um desafio para educadores e para toda a comunidade escolar. Os professores e toda a comunidade escolar se deparam com alunos que não percebem a escola enquanto meio capaz de transformar a sua trajetória porque não se identificam com ela, pois não há um sentimento de pertencimento a uma proposta pedagógica.

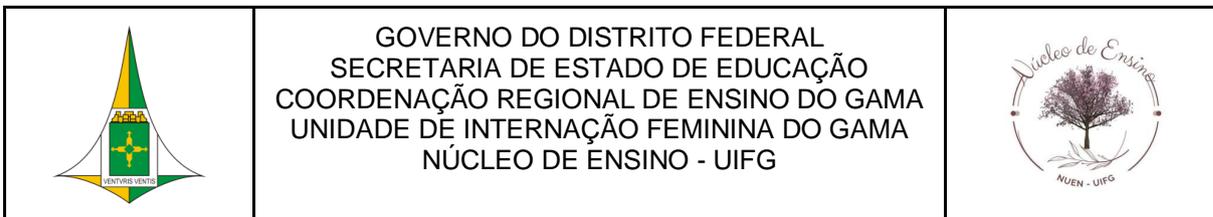
Apresentar às alunas os conteúdos e procedimentos de forma que as mesmas se identifiquem com estes e os relacionem com o seu cotidiano, é um princípio oriundo da Pedagogia Histórico-Crítica que é extremamente relevante no tocante à escolarização das adolescentes e jovens em conflito com a lei.

## **6.6. Psicologia Histórico-Cultural**

A psicologia histórico-cultural descreve que a produção de ideias e representações da consciência encontra-se diretamente relacionada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias.

De acordo com Marx e Engels, “a consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real”. E se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida, do mesmo modo por que a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico” (p. 37).

Segundo Duarte (2000), o método adotado por Vygotsky é dialético porque a apreensão da realidade não ocorre de forma imediata, no nível da aparência; o conhecimento se dá pela mediação do abstrato, buscando a essência dos fenômenos,



e não sua aparência. Neste sentido, cabe retomar as ideias de Vygotsky (1996) quando ele afirma que “[...] o conhecimento científico tem que se libertar da percepção direta” (p. 285) e ainda que “[...] a base do conhecimento científico consiste em sair dos limites do visível e buscar seu significado, que não pode ser observado” (p. 289) de modo direto e sem mediações que explicitem as múltiplas determinações que geram e mantêm os fatos ou fenômenos (tomados como objetos).

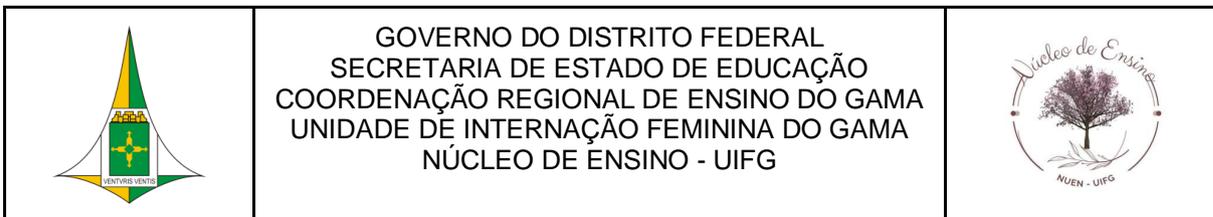
A psicologia histórico-cultural é uma ciência que se desenvolveu de acordo com uma ligação com outras ciências e que tem como objeto de estudo a atividade do homem no plano psicológico e se propõe a estabelecer as leis básicas da atividade psicológica, estudando as vias de sua evolução, descobrindo os mecanismos que lhe servem de base e também descrevendo as mudanças que ocorrem nesta atividade nos estados patológicos (LURIA, 1991).

A psicologia deve analisar como o ser humano, ao longo da evolução enquanto espécie e enquanto indivíduo, ser humano, interpreta e representa a realidade. A interpretação e a representação da realidade são realizadas pelo cérebro humano. O cérebro é considerado a base material que o ser humano traz consigo ao nascer e que está em desenvolvimento ao longo da vida e também da história da espécie humana, sendo considerado como um sistema aberto e de grande plasticidade.

O ser humano é estudado na sua unidade e na sua totalidade; é considerado como um ser multideterminado, ou seja, integrando, em uma mesma perspectiva, o homem enquanto corpo e mente, enquanto ser biológico e ser social, enquanto membro da espécie humana e participante de um processo histórico.

O ser humano deve ser compreendido na sua dimensão onto e filogenética, com constituição biológica específica que é ressignificada por suas relações sociais, constituídas pelo trabalho e pelo uso de instrumentos.

É a subjetividade humana que faz a diferença entre o ser humano e o animal, caracterizada pela consciência e identidade, pelos sentimentos e emoções, engendrada a partir da aquisição da linguagem, que amplia os determinantes do seu comportamento para além da experiência individual e do componente biológico, permitindo a apropriação ativa do conhecimento acumulado pela humanidade.



Assim sendo, ao fazer com que determinada função aconteça na interação, estamos possibilitando que ela seja apropriada e se torne uma função individual.

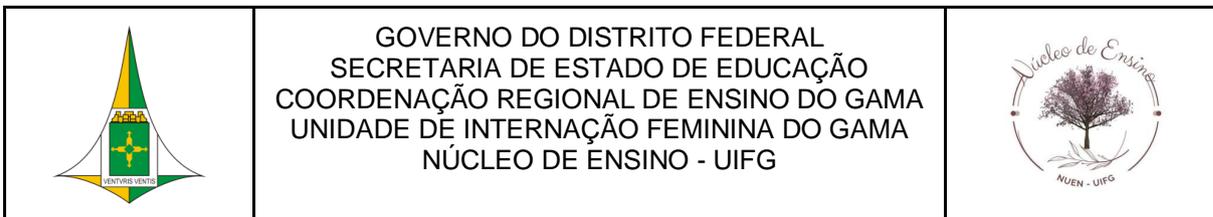
Ao proporcionar que a criança, com a ajuda de um adulto ou de outra criança mais experiente, realize uma determinada atividade, estamos antecipando o seu desenvolvimento por meio da mediação (ZANELLA, 1992).

A sala de aula é composta por alunos que se encontram em diferentes níveis de desenvolvimento, tanto em caráter real como potencial, devendo, em situações de interações significativas, possibilitar que cada um seja agente de aprendizagem dos outros. Se, em um determinado momento, o aluno aprende, em outro, ele ensina, pois o desenvolvimento não é linear, sendo dinâmico e sofrendo modificações qualitativas.

O professor é o principal mediador, devendo estar atento para que possa possibilitar a apropriação do conhecimento por parte de todos os alunos para que os mesmos possam alcançar as funções superiores da consciência, pois é a aprendizagem que vai determinar o desenvolvimento. O papel do professor mediador é de atuar, no ambiente escolar, na zona de desenvolvimento proximal dos alunos com o objetivo de desenvolver as funções psicológicas superiores. Esta atuação se concretiza por meio de intervenções intencionais que explicitaram os sistemas conceituais e permitirão aos alunos a aquisição dos conhecimentos sistematizados.

A linguagem constitui o principal mediador da aprendizagem e do desenvolvimento. É por meio dela que o ser humano se constrói enquanto um ser social e histórico, modificando os seus processos psíquicos. A linguagem permite a evocação de objetos ausentes, a análise e abstração das características dos objetos, eventos e diversas situações, possibilitando o intercâmbio social entre os seres humanos.

O pensamento e a linguagem formam uma unidade, que em sua forma mais simples, é representada pelo significado da palavra. O significado de cada palavra é um conceito, sendo um ato do pensamento. É a qualidade das interações culturais disponíveis no meio que irá determinar a forma de pensar ao longo do desenvolvimento do ser humano. A linguagem, a palavra e o significado não são únicos, nem universais, sendo o produto das interações sociais em cada momento histórico.



Da mesma forma que a linguagem, a atividade humana se desenvolve nas relações sociais. Os estudos da atividade humana desenvolvidos por Leontiev (1989) são desdobramentos dos postulados básicos de Vigotsky. Leontiev considera as atividades humanas como formas de relação do homem com o mundo, dirigidos por motivos, por fins a serem alcançados. A ideia de atividade envolve a noção de que o homem se orienta por objetivos, agindo de forma intencional, por meio de ações planejadas.

Desta maneira, a psicologia histórico-crítica deve ser utilizada como um embasamento para a construção de atividades, considerando que os alunos se encontram em níveis diferentes, e precisam ser vistos como indivíduos que se desenvolvem de maneira diversa. O professor, enquanto um mediador, precisa proporcionar momentos que motivem o desenvolvimento de potencialidades destes alunos.

## **7- OBJETIVOS**

### **7.1. Objetivos geral**

Ofertar uma educação de qualidade necessária ao êxito do processo de ensino-aprendizagem, de modo a gerar resultados positivos para a comunidade escolar, garantindo a igualdade de oportunidades baseado no respeito à diversidade humana, com vistas a construção da cidadania.

### **7.2. Objetivos específicos**

- Preparar as estudantes para exercer, com autonomia, as potencialidades humanas no processo para (re)construção da vida, sendo solidário, criativo, participativo, ético e crítico;
- Desenvolver aprendizagens significativas valorizando e desenvolvendo competências e habilidades socioemocionais;
- Despertar nas estudantes o senso crítico, para que elas possam ponderar e avaliar situações vivenciadas no seu cotidiano, tanto na escola quanto no processo ressocialização;

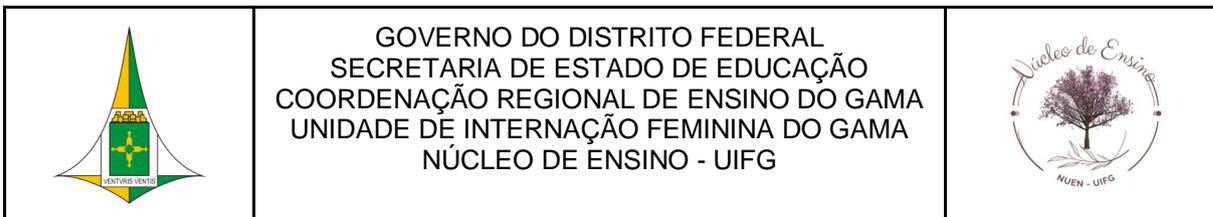
	<p>GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA UNIDADE DE INTERAÇÃO FEMININA DO GAMA NÚCLEO DE ENSINO - UIFG</p>	
---	--	---

- Aplicar as diretrizes para avaliação propostas pela SEE, seguindo o exposto no Regimento Escolar das Instituições Públicas de Ensino do DF e as Diretrizes Pedagógicas da Escolarização na Socioeducação;
- Apropriar-se dos recursos tecnológicos disponíveis, aplicando-os na prática pedagógica e em outros contextos relacionados à vida cotidiana;
- Desenvolver temas transversais que debatem a ética, a pluralidade cultural, o meio ambiente, a saúde, a orientação sexual, e demais temas específicos de acordo com o projeto Dona de Mim a fim de aumentar o interesse das socioeducandas;
- Proporcionar a formação de uma comunidade socioeducativa responsável e comprometida com o processo educativo da adolescente;
- Orientar as ações desenvolvidas pelos profissionais que atuam com Socioeducação, visando à garantia dos direitos humanos e ao exercício da cidadania;
- Desenvolver ações que proporcionem o autocuidado, autoconhecimento e perspectivas de futuro através das competências socioemocionais das estudantes.
- Realizar o acompanhamento pedagógico das estudantes por meio do preenchimento de relatório técnico-pedagógico;
- Incentivar a participação das alunas em concursos, Olimpíada de Matemática das Escolas Públicas – OBMEP, exames avaliativos como PAS, ENEM, PROUNI, SISU, ENCEJA, entre outros da área federal;
- Proporcionar a execução de projetos pedagógicos que despertam interesse nas adolescentes.

## **8- ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA UNIDADE ESCOLAR**

### **8.1 Concepções Teóricas que fundamentam as Práticas Pedagógicas**

Tendo como princípio basilar a Lei de Gestão Democrática no 4.751/2012 o Núcleo de Ensino fará uma elaboração e implementação do projeto político-



pedagógico, de acordo com as políticas educacionais vigentes e as normas e diretrizes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

*Parágrafo único. “Cabe à unidade escolar, considerada a sua identidade e de sua comunidade escolar, articular o projeto político-pedagógico com os planos nacional e distrital de educação”.*

A autonomia administrativa do NUEN, observada a legislação vigente, será garantida por:

I – formulação, aprovação e implementação do plano de gestão do Núcleo de Ensino;

II – gerenciamento dos recursos oriundos da escola vinculante;

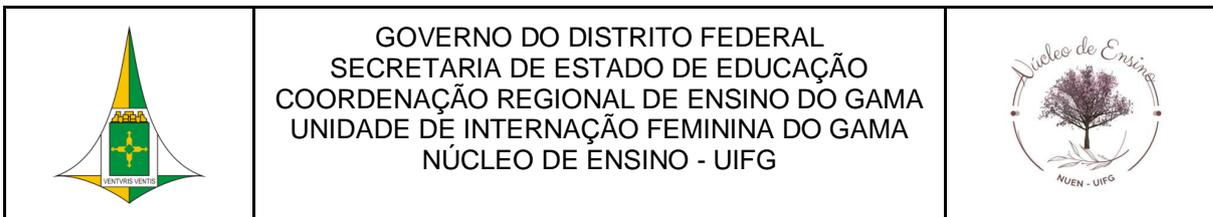
III – reorganização do seu calendário escolar nos casos de reposição de aulas.

A equipe gestora do Centro educacional 06, composta por diretor e vice-diretor, são os responsáveis pela Escola Vinculante, e que o NUEN tem a frente de seu trabalho uma supervisora que na ausência do diretor e do vice-diretor desempenha as funções administrativas e pedagógicas da Unidade Escolar.

Tendo esta como apoio uma chefe de secretaria, conforme a modulação de cada escola, respeitadas as disposições legais.

A escolha do diretor e do vice-diretor será feita mediante eleição, que é realizada na Escola Vinculante, por voto direto e secreto, vedado o voto por representação, sendo vitoriosa a chapa que alcançar a maior votação, observado o disposto no art. 51.

A Proposta Pedagógica do Núcleo de Ensino - Unidade de Internação Feminina do Gama (NUEN/UIFG), para o Ensino Fundamental e Médio, tem como fundamentos os pressupostos teórico-metodológicos contidos no Currículo em Movimento: Teoria Crítica e Pós-Crítica, Concepção de Educação Integral Espaços de Tempos, Espaços e Oportunidades, a Pedagogia Histórico-Crítica, a Psicologia Histórico-Cultural, Eixos transversais: Educação para a Diversidade, Educação para a Sustentabilidade, Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade, Os Quatro Pilares da Educação (Jaques Delors); além de documentos orientadores da Socioeducação como: o SINASE (Sistema Nacional do Atendimento



Socioeducativo), o Estatuto da Criança e Adolescente e as Práticas Educativas da Rede das Unidades do DF.

### **8.1.1 Teoria Crítica e Pós-Crítica**

A educação é política, e possui também um significado de classe. Nas relações entre a educação e a política, manifesta-se uma lógica de classes. Esta relação estabelece os modelos culturais e os ideais, que orienta a organização interna da instituição educativa (CHARLOT, 2013, p.67).

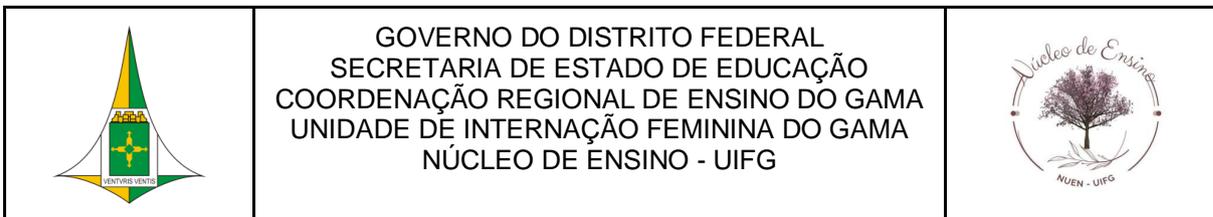
Também consideramos que a educação é um processo cultural é um fenômeno social, sendo discutida a partir de argumentos filosóficos.

A teoria crítica é um conceito histórico, cuja análise precisa ser feita a partir dos princípios conceituais do estruturalismo e do pós-estruturalismo. “Desde o início da teorização crítica da educação a ideologia tem sido um dos conceitos centrais a orientar a análise da escolarização em geral, e do currículo em particular”. (MOREIRA e SILVA, 1997, p.21).

A teoria crítica é oposta à teoria tradicional. O pensamento crítico promove o interesse emancipatório, ou uma reflexão voltada para a responsabilidade e a autonomia em uma perspectiva que considera a realidade social como um processo advindo de transformações nos aspectos culturais voltado para o registro de ocorrências repetitivas (HORKHEIMER, 2006).

As dificuldades referentes à construção de uma teoria crítica estão relacionadas com a ideia de concepção de uma sociedade como totalidade e propõe uma alternativa à sociedade. A teoria crítica não só questiona a educação e o currículo no quadro das estruturas sociais, políticas e econômicas, que legitimam o conhecimento, mas também relaciona o conhecimento escolar com as questões de poder e de controle.

Seguindo as denominações pós-modernidade, pós-modernismo, pós-estruturalismo, entre outras, pode-se afirmar que a teoria pós-crítica é composta por uma diversidade de pressupostos conceituais segundo uma ideia central de valorização da subjetividade. Os critérios de reflexão partem da diferença e da



semelhança, pelas identidades e diferenças, mais múltiplas e plurais, se for considerado o pensamento de Lacan (1998). Outros autores já apontam a ruptura com o paradigma crítico, para ouvir os atores, sendo que o sujeito pós-moderno é o resultado, segundo Silva (1999) do cruzamento dessas múltiplas dinâmicas e de diferentes culturas que o contém.

A formação da identidade e da subjetividade são categorias dominantes na teoria pós-crítica sendo que não há uma certeza absoluta, mas sim a presença de ideias que representam questões que podem somente ser analisadas a partir de contextos históricos e discursivos específicos (SALIH, 2012, p. 13).

Foucault (1975, p.44) afirma que o sujeito cuida de si mesmo, enquanto reconhece o seu déficit de instrução, ainda que neste processo sejam criadas as tecnologias de docilização do corpo e da mente, institucionalizadas pela escola.

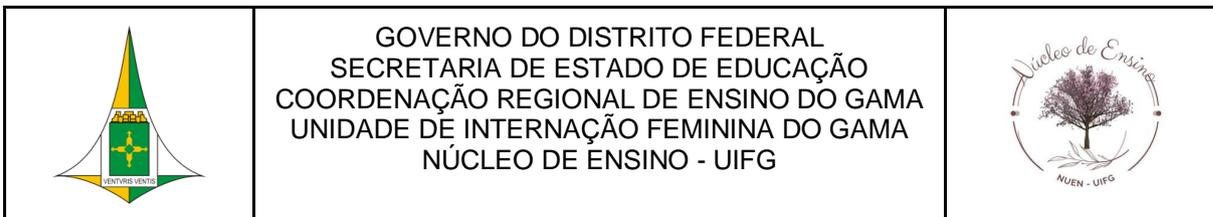
As teorias pós-críticas divergem de forma significativa do pensamento crítico no entendimento da noção de emancipação, pois o entendimento pós-crítico de emancipação distancia-se de uma visão totalizante e estável, cuja visão possui uma oposição radical, mantendo uma operacionalidade social e uma produtividade política,

sendo que a emancipação, no dizer de Santos (1999) é um pensamento de rebeldia. Há uma referência ao perigo de que o modelo crítico se reduzisse a uma utopia, a uma esperança quando centrada na radicalidade da luta de classes com pilar social do princípio de divisão.

De acordo com Freire (2006), o significado exposto nas teorias pós-críticas é pessoal, contribuindo para abrir novos espaços possíveis para a ação humana, em particular a ação do dominado, sem que se deixe de reconhecer na emancipação o lado social, de natureza política, sobretudo na contestação e denúncia de realidades sociais opressoras.

### **8.1.2. Concepção de Educação Integral:**

“A educação está em todos os lugares e no ensino de todos os saberes” (Brandão, 1995). Não há um modelo definido de educação e um único espaço para



ocorrer o processo de aprendizagem. A existência de várias sociedades com sua estrutura social e cultural possibilitam o desenvolvimento de variações educacionais.

A construção do processo educativo está associada na formação integral do sujeito em suas histórias e vivências. A participação do coletivo no ambiente escolar constituirá no mecanismo de transformação social destes indivíduos. Como afirmava Freire (1921-1997) “a educação é um ato de amor e de coragem”.

A educação integral enfatiza a oferta de atividades diversificadas, articuladas a outros setores da sociedade (escola, família e comunidade). Diferente em relação horário, tempo e jornada integral corroborado por Moll (2009, p.18) como “tratando de tempos e espaços escolares reconhecidos, graças à vivência de novas oportunidades de aprendizagens”.

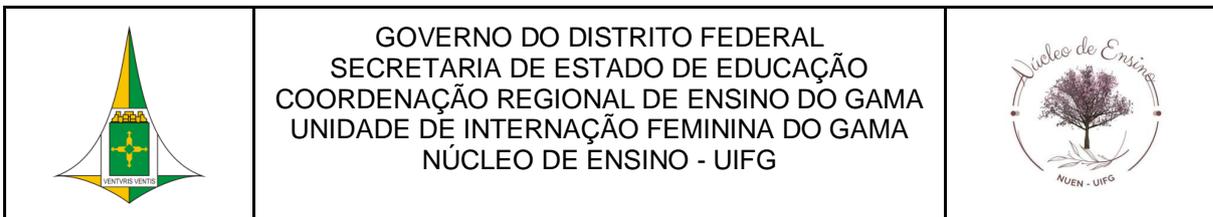
O princípio da educação integral também se encontra nas abordagens interdisciplinares, experiências e conhecimentos diversos. O coletivo de professores elabora as atividades de aprendizagens articuladas com projetos temáticos. Assim, a educação integral é instrumentalizada para a formação total do sujeito e não apenas de acordo com a concepção de educação integral vinculada ao tempo de permanência na escola. (COELHO,2004)

Partindo destas reflexões, faz-se necessário avançar no campo pedagógico: na organização curricular, elaboração da Proposta Pedagógica, na democratização da Gestão Intersectorial de ações que favoreçam a escolarização (educacional e profissionalizante) e formatação de critérios e reestruturação do ambiente escolar em benefício aos próprios alunos. Porém, a realidade encontrada na UNIRE é adversa das condições ideais, devido a diversos fatores extraescolares que interferem no processo ensino-aprendizagem e na efetivação da oferta da educação integral para os socioeducandos.

## **8.2. Pedagogia Histórico-Crítica e Psicologia Histórico-Crítica**

“Não existe pedagogia, isto é, teoria que implique os fins e os meios da ação educativa, que não tenha, em sua base, proclamados ou não, um conceito de homem e um conceito de mundo”. (Freire, 1982).

### **8.2.1 Pedagogia Histórico-Crítica**



Podemos considerar o homem como um ser capaz de se assumir como sujeito de sua história e da História, agente de transformação de si e do mundo, fonte de iniciativa e liberdade. Assim sendo, o homem não é um ser puramente determinado pelas condições de seu meio, pois ao mesmo tempo em que é influenciado ele influencia o meio em que vive.

A História do homem não acontece nas condições escolhidas por ele, mas sim em condições dadas que o antecedem e ultrapassam a sua condição de opções individuais e sociais. A diversidade do pensamento humano provoca diferentes situações que alteram, continuamente, a História. O sujeito da História é o homem, que enquanto um ser social encontra-se em mudanças constantes, e dentro deste contexto, o reconhecimento da Pedagogia Histórico-Crítica respeita esta trajetória de luta e reconstruções humanas.

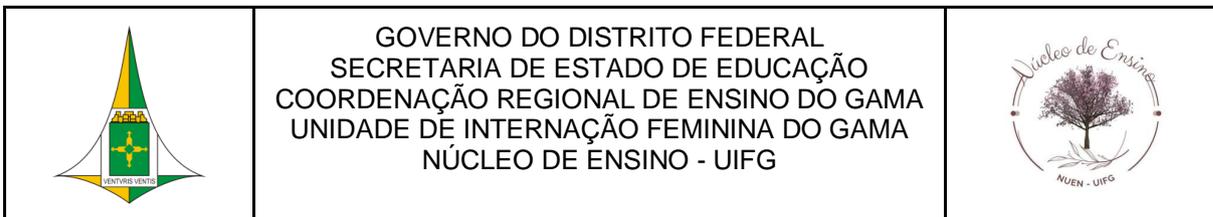
Segundo Saviani (2008), a Educação é um fenômeno próprio dos seres humanos, ou seja, ao mesmo tempo uma exigência para o mercado de trabalho e ela mesma vem a ser um processo desse. A educação pertence ao grupo do trabalho não material, estando relacionada diretamente com as ideias, conceitos e valores, assim como atitudes e habilidades.

A função da escola é possibilitar a aquisição de mecanismos que originam o acesso do saber elaborado, que correspondem ao conhecimento científico.

“Por trás de qualquer proposta metodológica se esconde uma concepção do valor que se atribui o ensino, assim como certas ideias mais ou menos formalizadas e explícitas em relação aos processos de ensinar e aprender”(ZABALA, 2007, p.27).

Nas últimas décadas a pedagogia histórico-crítica tem sido considerada como uma perspectiva educacional que visa resgatar a importância da escola, e a consequente reorganização do processo educativo. Ela é histórica porque nesta perspectiva a educação é considerada como um elemento que interfere na sociedade, contribuindo para a sua transformação e crítica por possuir consciência da determinação exercida pela sociedade sobre a educação.

Na pedagogia histórico-crítica há o objetivo de valorizar a escola, pois “esta pedagogia busca resgatar a importância da escola, a reorganização do processo



educativo, ressaltando o saber sistematizado, a partir do qual se define a especificidade do saber escolar” (GASPARIN, 2008).

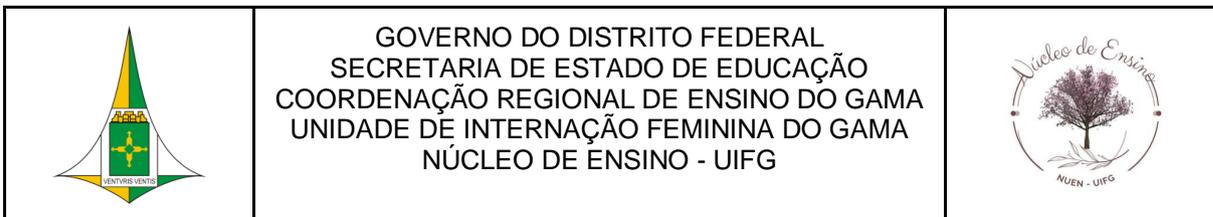
Nos aspectos filosóficos que servem de embasamento para esta pedagogia, está presente o materialismo histórico-dialético, que, preconizado por Karl Marx, tem como pilares a interpretação da realidade, a visão de mundo, a materialidade, a concreticidade e a práxis, que representa a prática associada à teoria.

O movimento dialético parte da realidade empírica que é baseada na experiência, no que é real e também por meio de abstrações, que são teorias elaboradas do conhecimento, que almeja chegar ao concreto pensado.

De acordo com a concepção da lógica dialética, o professor pode superar o senso comum que está arraigado no ambiente escolar, para, por meio de uma reflexão teórica, atingir e provocar o alcance de uma consciência filosófica. É preciso partir do conhecimento da realidade da educação e chegar à realidade concreta da educação, realidade essa plenamente compreendida.

No aspecto da Psicologia, a base da Pedagogia Histórico-Crítica é a Teoria Histórico-Cultural de Vigotsky, que defende a ideia de que o homem é considerado um ser histórico, construído por meio de suas relações com o mundo social. O homem é diferente das outras espécies porque pode transformar a natureza através de seu trabalho, com o uso de instrumentos criados por ele mesmo. O conhecimento, na perspectiva histórico-cultural é construído a partir da interação sujeito-objeto, a partir de ações que são socialmente mediadas. Suas bases são constituídas por meio do trabalho e com a utilização de ferramentas em sociedade e na interação dialética que existe entre homem e natureza.

De acordo com Gasparin (2005), a Didática da Pedagogia Histórico-Crítica, que possibilita a aplicação desta metodologia, tem como ponto de referência a construção do conhecimento a partir da base material, que é a prática social dos homens e os processos de transformação da natureza por eles forjados. As organizações culturais, artísticas, políticas, econômicas, jurídicas e religiosas são consideradas expressões sociais que inferem na construção do conhecimento. Portanto, é a existência social dos homens que gera o conhecimento, pois este resulta



do trabalho humano, no processo histórico de transformação do mundo e da sociedade, através da reflexão sobre este processo.

O conhecimento, enquanto um elemento que é, ao mesmo tempo, histórico e social, tem como pressupostos as continuidades, assim como as rupturas e reconstruções, pois é um processo vivo e não estático na perspectiva dos processos sociais de mudança.

Em uma perspectiva prática, os conteúdos devem ser enfocados pelos professores de uma forma contextualizada, para que adquiram significado para aqueles que vão aprender. É preciso evidenciar que o conhecimento humano é produto da história dos homens nas relações sociais e do trabalho.

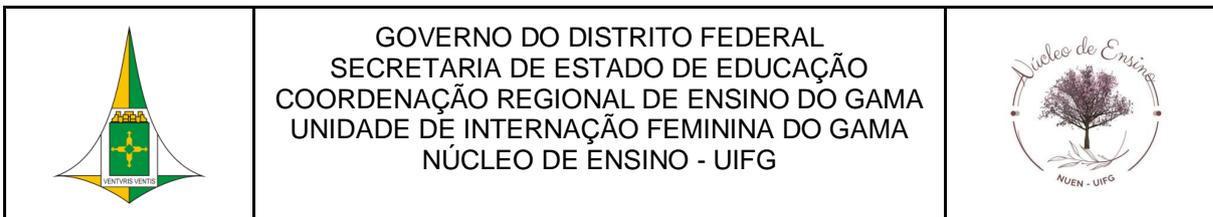
Aplicando a teoria histórico-crítica na escolarização ofertada especificamente aos adolescentes e jovens em conflito com a lei que perfazem o público alvo da Escola da UNIRE. Ao aplicar a teoria é importante observar que os mesmos precisam ser continuamente motivados.

Para uma motivação efetiva, a consideração de que os conteúdos e práticas pedagógicas estejam vinculados a uma validação efetiva dos mesmos é essencial.

Quando a teoria pedagógica cita a questão da continuidade e da contextualização, isto é de suma importância na reconstrução da prática de aprendizagem que foi perdida por grande parte dos alunos enquanto os mesmos encontravam-se marginalizados à parte do processo educativo.

Através da socialização do saber sistematizado, é possível possibilitar ao educando a construção de aprendizagens significativas. Estas mesmas aprendizagens, por possuírem aspectos de significado real, são capazes de produzir mudanças reais, tanto no comportamento dos educandos quanto em sua conscientização enquanto participantes da História, sendo que os mesmos devem se posicionar como integrantes da sociedade, deixando a posição de excluídos para adquirirem um status de participantes.

Nas palavras de Clarence (2004 p. 32), "Os conhecimentos científicos sistematizados, enfocados através do movimento dialético prática/teoria/prática, oportuniza aos educandos se apropriarem destes conhecimentos com sentido para suas vidas".



Na perspectiva do público alvo da Escola , aliar o conhecimento ao sentido real para suas vidas, muitas vezes desprovidas de um significado social e individual, é essencial para que a escolarização se efetive em um sentido real.

Oportunizar a valorização da escola para indivíduos que permaneceram excluídos, não somente da sociedade, mas da escola, enquanto uma instituição transformadora, é um desafio para educadores e para toda a comunidade escolar. Os professores e toda a comunidade escolar se deparam com alunos que não percebem a escola enquanto meio capaz de transformar a sua trajetória porque não se identificam com ela, pois não há um sentimento de pertencimento a uma proposta pedagógica.

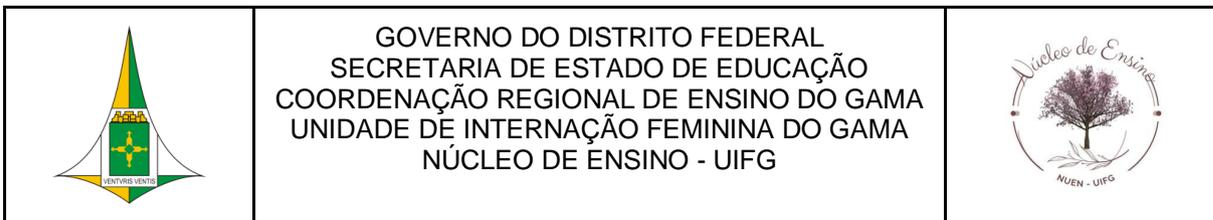
Apresentar aos alunos os conteúdos e procedimentos de forma que os mesmos se identifiquem com estes e os relacionem com o seu cotidiano, é um princípio oriundo da Pedagogia Histórico-Crítica que é extremamente relevante no tocante à escolarização dos adolescentes e jovens em conflito com a lei.

### **8.2.2 Psicologia Histórico - Cultural**

Vygotsky propôs a construção de uma nova psicologia, fundamentada no materialismo histórico e dialético, que considera o ser humano como uma unidade de totalidade.

A psicologia histórico-crítica descreve que a produção de ideias e representações da consciência encontra-se diretamente relacionada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real.

Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias. De acordo com Marx e Engels, “a consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida, do mesmo modo por que a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico” (p.37)



Segundo Duarte (2000), o método adotado por Vygotsky é dialético porque a apreensão da realidade não ocorre de forma imediata, no nível da aparência; o conhecimento se dá pela mediação do abstrato, buscando a essência dos fenômenos, e não sua aparência. Neste sentido, cabe retomar as ideias de Vygotsky (1996) quando ele afirma que “[...] o conhecimento científico tem que se libertar da percepção direta” (p. 285) e ainda que “[...] a base do conhecimento científico consiste em sair dos limites do visível e buscar seu significado, que não pode ser observado” (p. 289) de modo direto e sem mediações que explicitem as múltiplas determinações que geram e mantêm os fatos ou fenômenos (tomados como objetos). Cabe, portanto, ir à essência dos fatos estudados, como afirma Duarte (2000), o que implica em ir às relações sociais e à essência da própria realidade objetiva.

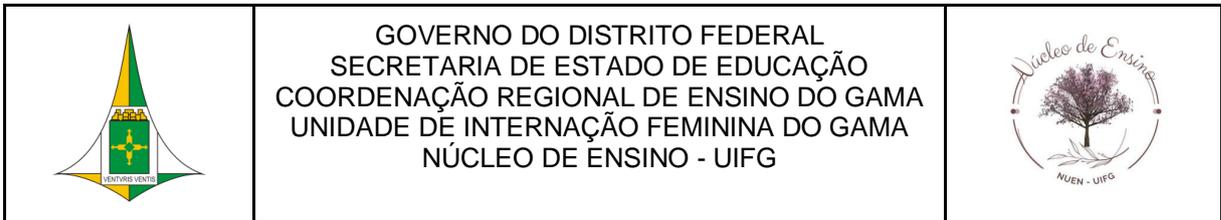
A teoria de Vygotsky é instrumental, histórica e cultural, por se referir a natureza mediada das funções psicológicas. Ao contrário dos animais, que possuem uma relação direta com a natureza, os processos de humanização surgem com o trabalho, que instala a mediação com o uso de símbolos e instrumentos, permitindo a modificação do psiquismo humano e da realidade externa, respectivamente. Em um movimento dialético, os seres humanos criam novos cenários, que estabelecem novos atores e também novos papéis.

O uso de instrumentos torna possível a transformação da realidade, que passa a exigir um novo tipo de interação, é a utilização dos símbolos, principalmente a linguagem, que organiza e desenvolve as funções que são exclusivamente humanas, que constituem as funções superiores da consciência.

É a plasticidade do cérebro humano que permite que tal transformação ocorra, sendo fundamental a interação social, pois as funções, que são sociais em um primeiro momento, devem ser exercidas na relação para serem apropriadas pelo ser humano, tornando-se assim individuais.

É histórica e cultural por propor a compreensão do ser humano inserido em uma determinada cultura, com suas ferramentas, inventado e aperfeiçoado no curso da história social da humanidade, com as contradições impostas pela dialética.

A psicologia histórico-cultural é uma ciência que se desenvolveu de acordo com uma ligação com outras ciências e que tem como objeto de estudo a atividade



do homem no plano psicológico e se propõe a estabelecer as leis básicas da atividade psicológica, estudando as vias de sua evolução, descobrindo os mecanismos que lhe servem de base e também descrevendo as mudanças que ocorrem nesta atividade nos estados patológicos (LURIA, 1991).

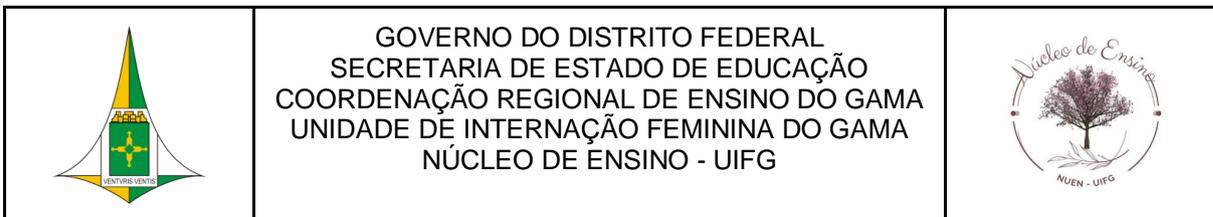
A psicologia deve analisar como o ser humano, ao longo da evolução enquanto espécie e enquanto indivíduo, ser humano, interpreta e representa a realidade. A interpretação e a representação da realidade são realizadas pelo cérebro humano. O cérebro é considerado a base material que o ser humano traz consigo ao nascer e que está em desenvolvimento ao longo da vida e também da história da espécie humana, sendo considerado como um sistema aberto e de grande plasticidade.

O ser humano é estudado na sua unidade e na sua totalidade; é considerado como um ser multideterminado, ou seja, integrando, em uma mesma perspectiva, o homem enquanto corpo e mente, enquanto ser biológico e ser social, enquanto membro da espécie humana e participante de um processo histórico.

O ser humano deve ser compreendido na sua dimensão onto e filogenética, com constituição biológica específica que é ressignificada por suas relações sociais, constituídas pelo trabalho e pelo uso de instrumentos.

É a subjetividade humana que faz a diferença entre o ser humano e o animal, caracterizada pela consciência e identidade, pelos sentimentos e emoções, engendrada a partir da aquisição da linguagem, que amplia os determinantes do seu comportamento para além da experiência individual e do componente biológico, permitindo a apropriação ativa do conhecimento acumulado pela humanidade.

No espaço escolar a criança se apropria ativamente dos conhecimentos acumulados e sistematizados historicamente pela humanidade, formulando conceitos científicos. A escola tem um papel fundamental nessa apropriação, pois, enquanto agência formadora da maioria da população deve ter intencionalidade e compromisso explícito de tornar acessível, a todos os indivíduos, a aquisição do conhecimento. A escola reflete a vontade política e econômica da sociedade na qual se encontra inserida, sendo que, em uma perspectiva histórica, esta instituição não tem cumprido o seu papel de sistematizar e oportunizar o conhecimento para a classe trabalhadora.



A teoria de Vygotsky percebe a relação entre o desenvolvimento humano e a aprendizagem diferentemente das outras concepções. O desenvolvimento e a aprendizagem estão relacionados desde o nascimento da criança. O desenvolvimento não é um processo previsível, universal ou linear, ao contrário, ele é construído no contexto, na interação com a aprendizagem. A aprendizagem promove o desenvolvimento atuando sobre a zona de desenvolvimento proximal (ZDP). Segundo esta perspectiva, o desenvolvimento potencial é transformado em desenvolvimento real.

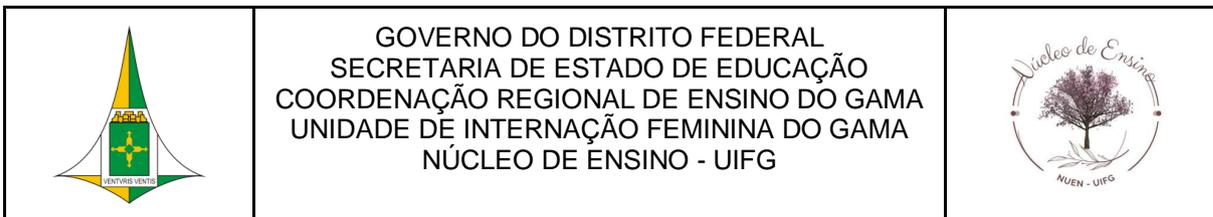
Assim sendo, ao fazer com que determinada função aconteça na interação, estamos possibilitando que ela seja apropriada e se torne uma função individual.

Ao proporcionar que a criança, com a ajuda de um adulto ou de outra criança mais experiente, realize uma determinada atividade, estamos antecipando o seu desenvolvimento por meio da mediação (ZANELLA, 1992).

A sala de aula é composta por alunos que encontram-se em diferentes níveis de desenvolvimento, tanto em caráter real como potencial, devendo, em situações de interações significativas, possibilitar que cada um seja agente de aprendizagem dos outros. Se, em um determinado momento, o aluno aprende, em outro, ele ensina, pois o desenvolvimento não é linear, sendo dinâmico e sofrendo modificações qualitativas.

O professor é o principal mediador, devendo estar atento para que possa possibilitar a apropriação do conhecimento por parte de todos os alunos para que os mesmos possam alcançar as funções superiores da consciência, pois é a aprendizagem que vai determinar o desenvolvimento. O papel do professor mediador é de atuar, no ambiente escolar, na zona de desenvolvimento proximal dos alunos com o objetivo de desenvolver as funções psicológicas superiores. Esta atuação se concretiza por meio de intervenções intencionais que explicitarão os sistemas conceituais e permitirão aos alunos a aquisição dos conhecimentos sistematizados.

A linguagem constitui o principal mediador da aprendizagem e do desenvolvimento. É por meio dela que o ser humano se constrói enquanto um ser social e histórico, modificando os seus processos psíquicos. A linguagem permite a evocação de objetos ausentes, a análise e abstração das características dos objetos,



eventos e diversas situações, possibilitando o intercâmbio social entre os seres humanos.

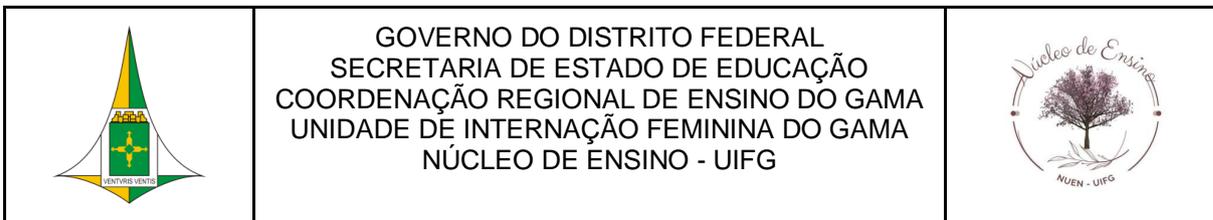
O pensamento e a linguagem formam uma unidade, que em sua forma mais simples, é representada pelo significado da palavra. O significado de cada palavra é um conceito, sendo um ato do pensamento. É a qualidade das interações culturais disponíveis no meio que irá determinar a forma de pensar ao longo do desenvolvimento do ser humano. A linguagem, a palavra e o significado não são únicos, nem universais, sendo o produto das interações sociais em cada momento histórico.

Da mesma forma que a linguagem, a atividade humana se desenvolve nas relações sociais. Os estudos da atividade humana desenvolvidos por Leontiev (1989) são desdobramentos dos postulados básicos de Vigotsky. Leontiev considera as atividades humanas como formas de relação do homem com o mundo, dirigidos por motivos, por fins a serem alcançados. A ideia de atividade envolve a noção de que o homem se orienta por objetivos, agindo de forma intencional, por meio de ações planejadas.

Desta maneira, a psicologia histórico-crítica deve ser utilizada como um embasamento para a construção de atividades, considerando que os alunos se encontram em níveis diferentes, e precisam ser vistos como indivíduos que se desenvolvem de maneira diversa. O professor, enquanto um mediador, precisa proporcionar momentos que motivem o desenvolvimento de potencialidades destes alunos.

### **8.3. Eixos Transversais - Educação para Diversidade**

O ECA passa a tratar o adolescente infrator como sujeito de direitos, rompendo com a conceituação do antigo Código de Menores que o tratava como “delinquente”. Para Volpi (1997, p.16), “[...] é importante reafirmar que a “delinquência” não pode ser considerada uma categoria homogênea, nem um critério exclusivo de definição de causa da transgressão da lei.” O Estatuto foi um grande passo na proteção dos direitos da criança e do adolescente e dos direitos humanos, pois passou a considerar a doutrina da proteção integral como base do sistema. Também estabeleceu os



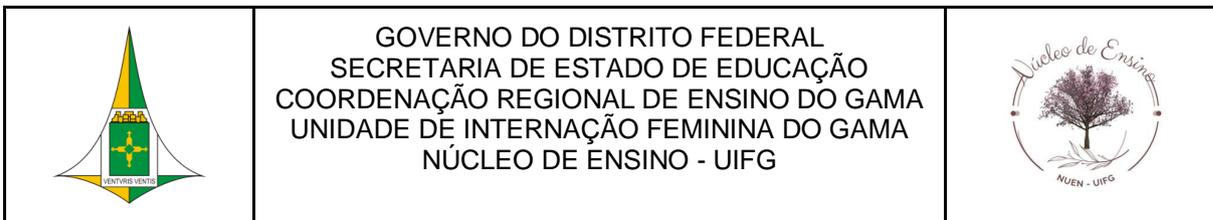
Conselhos de Direitos, no âmbito Nacional (CONANDA), Estadual (CEDCA), municipal (CMDCA) e os Conselhos Tutelares (CT).

De acordo com o Estatuto que [...] define as bases filosóficas, políticas e ideológicas para as ações no âmbito das medidas socioeducativas, quando apresenta os parâmetros para a ação e gestão nos programas de execução dessas medidas, que passam a ter um caráter jurídico sancionatório e um caráter ético-político, há um procedimento legal no processo de aplicação da medida e a experiência educacional é realizada no programa que a executa. [...] (SILVA, MOREIRA, 2011, p.388)

A aplicação das medidas socioeducativas não pode acontecer isolada do contexto social, político e econômico em que está envolvido o adolescente. Antes de tudo é preciso que o Estado organize políticas públicas para assegurar, com prioridade absoluta, os direitos infanto-juvenis. Somente com direitos à convivência familiar e comunitária, à saúde, à educação, à cultura, ao esporte e lazer, e demais direitos universalizados, será possível diminuir significativamente a prática dos atos infracionais cometidos por adolescentes (VOLPI, 1997, p.42).

Esta construção do sujeito na sua integralidade vem ao encontro das Diretrizes Pedagógicas do SINASE que dispõe no seu item 6.2.3 Direitos humanos “As entidades e/ou programas de atendimento socioeducativo deverão oferecer e garantir o acesso aos programas públicos e comunitários (de acordo com a modalidade de atendimento): escolarização formal; atividades desportivas, culturais e de lazer com regularidade e frequência dentro e fora dos programas de atendimento; assistência religiosa (...); acesso à documentação necessária ao exercício da sua cidadania e documentação escolar reconhecida pelo sistema público de ensino, bem como a inserção de adolescentes ameaçados em sua vida e em sua integridade física, em programas especiais de proteção.” Para isso necessita de “organização espacial e funcional das Unidades de atendimento socioeducativo que garantam possibilidades de desenvolvimento pessoal e social para o adolescente.

O espaço físico e sua organização espacial e funcional, as edificações, os materiais e os equipamentos utilizados nas Unidades de atendimento socioeducativo devem estar subordinados ao projeto pedagógico, pois este interfere na forma e no modo de as pessoas circularem no ambiente, no processo de convivência e na forma



de as pessoas interagirem, refletindo, sobretudo, a concepção pedagógica, tendo em vista que a não observância poderá inviabilizar a proposta pedagógica.”(Diretrizes Pedagógicas, 2014).

Para um processo pedagógico dos educandos que cumprem medidas socioeducativas deve haver uma interação dos setores da Unidade para que possam mutuamente auxiliar no desenvolvimento integral desse sujeito. Conforme disposto no SINASE, “Unidade é o espaço arquitetônico que unifica, concentra, integra o atendimento ao adolescente com autonomia técnica e administrativa, com quadro próprio de pessoal, para o desenvolvimento de um programa de atendimento e um projeto pedagógico específico”.

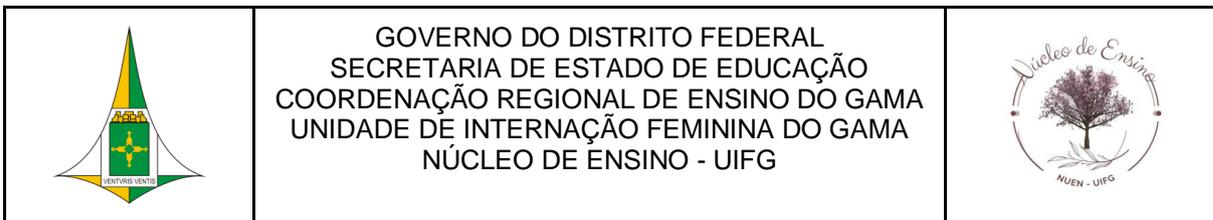
Não se pode dizer sobre direitos humanos aos jovens e adolescentes em medida socioeducativa na Unidade, na qual os seus direitos não estão sendo garantidos na sua plenitude e de forma igualitária.

#### **8.4. Educação para a Sustentabilidade**

A Educação para Sustentabilidade refere-se a um conjunto de ações pedagógicas, objetivando a otimização do uso e o aproveitamento dos recursos naturais e produtos advindos destes que garantam melhores condições de vida para a geração atual e as subsequentes, além, é claro, da garantia da integridade do planeta.

Para melhor construí-la, teremos que acompanhar os acontecimentos neste campo científico, através das mais diversas mídias científicas sobre a sustentabilidade, e em conjunto com saberes populares, interação com a comunidade; tendo como foco uma educação ambiental baseada no ato de cuidar do planeta, da vida em todas as fases e tipos, numa construção de uma sociedade igualitária, que atenda às necessidades do presente e conserve recursos naturais para as futuras gerações.

De acordo com a demanda da Unidade, implementam-se, por meio da interdisciplinaridade em Língua Portuguesa (interface entre os mais diversos vieses como a prática da oralidade e produção de textos), em Matemática(cálculos geométricos e do sistema métrico decimal, fuso horário e sentenças operacionais),



em Geografia (geografia física, econômica e social, biomas e regiões, estados/países produtores, produção agropastoril, mapa da fome e migrações, fenômenos naturais).

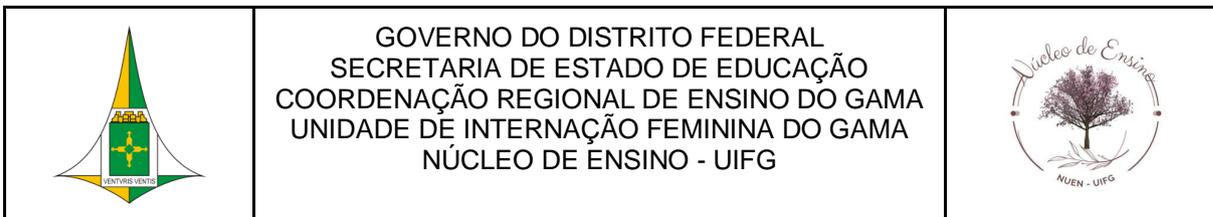
Seguindo a mesma trajetória, em História (a história política, social e econômica, ciclo da cana-de-açúcar, ciclo da mineração, ciclo do café, mão de obra escrava, migração e imigração, refugiados ambientais e de guerras civis), em Artes (produção de máscaras africanas através de papelão, móveis de pets e pneus), em outras áreas (paisagismo/jardinagens, com podadoras e máquina de cortar grama, horta doméstica /comunitária, produção de folhagens e legumes, através da compostagem de folhas e resíduos orgânicos, turismo urbano através da Língua Estrangeira Moderna, e a biblioteca como espaço disseminador das práticas sustentáveis, construídas através da leituras de textos, vídeos, palestras, murais e discussões sobre a importância da prática da sustentabilidade).

### **8.5. Cidadania e Direitos Humanos**

A centralidade deste tema diz respeito à concepção de educação democrática que orienta o presente documento e, nesse sentido, ele pode ser considerado o eixo político, prático e pedagógico das políticas educacionais. Pretende-se, portanto, que as questões ligadas à justiça social, ao trabalho e à diversidade estejam presentes nas diversas instituições educativas e em todos os níveis e modalidades de educação.

No entanto, em uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais, de classe, de gênero, étnico-raciais e geracionais, a garantia de uma educação que se realize pautada na justiça social, que considere o mundo do trabalho para além da teoria do capital humano e que reconheça a diversidade ampliando a noção de inclusão e igualdade social constitui um desafio.

As questões que envolvem a justiça social, a educação e o trabalho e que tenham como eixo a inclusão, a diversidade e igualdade que permeiam todo o processo. Embora possamos reconhecer a especificidade de cada um dos conceitos envolvidos no tema do presente eixo, não há como negar a sua imbricação. Além disso, na prática social, todas essas dimensões se realizam no contexto das relações de poder, das redefinições do capitalismo e das lutas sociais.



Apesar de o eixo agregar número razoável de temas, como questão étnico-racial, indígena, do campo, das pessoas com deficiência, educação ambiental, crianças, adolescentes e jovens em situação de risco, educação de jovens e adultos e educação profissional, é importante destacar que cada um deles possui especificidades históricas, políticas, de lutas sociais e ocupam lugares distintos na constituição e consolidação das políticas educacionais. Além disso, realizam-se de forma diferenciada, no contexto das instituições públicas e privadas da educação básica e da educação superior.

As questões do reconhecimento, justiça social, igualdade, diversidade e inclusão são colocadas na agenda social, política, na mídia, na esfera jurídica e, também, na política educacional. Embora tais questões sempre fizessem parte do desenvolvimento da própria educação brasileira, nem sempre elas foram reconhecidas pelo poder público como merecedoras de políticas, compreendidas como direito, ao qual se devem respostas públicas e democráticas.

No contexto socioeducativo, especificamente no ambiente escolar, percebe-se entre os jovens certa intolerância quanto à opção sexual de alguns jovens que adentram na Unidade. Por meio da troca de olhares, gestos dissimulados e falas entre os alunos nota-se a prática de bullying e o desrespeito em relação aos adolescentes homossexuais. Tal fato sinaliza a necessidade de a escola refletir e discutir junto aos alunos temas que abordem questões de gênero, homofobia, preconceitos raciais, dentre outras temáticas sociais emergentes.

## **9- ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA UNIDADE ESCOLAR**

As Diretrizes Pedagógicas de Escolarização para a Socioeducação (SEEDF, 2014), com vistas às especificidades e ao perfil das estudantes que cumprem medida socioeducativa de internação foram as referências iniciais para as discussões referentes à organização do trabalho pedagógico junto à Unidade de Internação Feminina do Gama.

A maioria das adolescentes em conflito com a lei quando chegam às unidades apresentam defasagem idade/ano de escolaridade, pois acumulam atraso escolar ou estão fora da escola (SECRIA, 2013, p. 121).



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA  
UNIDADE DE INTERNAÇÃO FEMININA DO GAMA  
NÚCLEO DE ENSINO - UIFG



Sendo assim, para atender os diferentes tempos de aprendizagens e o “desenvolvimento dos estudantes que se encontram internados pela autoria de ato infracional” (SEEDF, 2014, p. 39), as diretrizes socioeducativas orientam que o ensino nas Unidades de Internação deve ser organizado por ciclos de aprendizagem.



Foto 3 :recepção as estudantes no primeiro dia letivo de 2021 pós pandemia



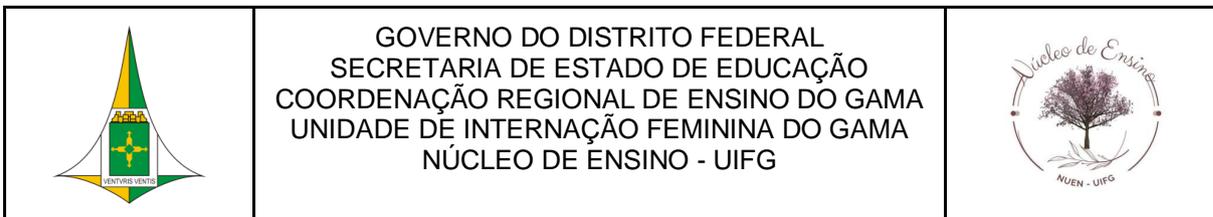
Foto 4:alunas produzindo atividade para o projeto Dona de Mim.

### 9.1. Ciclos / Séries / Semestres

As turmas são organizadas por ciclos e por blocos na perspectiva da progressão continuada da aprendizagem. Sendo que após verificação dos documentos escolares e do nível de conhecimento os alunos que chegam à Unidade são assim enturmados:

- Alunos que se encontram no Ensino Fundamental:

<p><b><u>2º Ciclo (Anos Iniciais):</u></b></p>	<p><b>Bloco 1</b> – compreende os 1º, 2º e 3º Ano</p>
	<p><b>Bloco 2</b> – compreende o 4º e 5º Ano</p>
<p><b><u>3º Ciclo (Anos Finais):</u></b></p>	<p><b>Bloco 1</b> – compreende o 6º e 7º Ano</p>
	<p><b>Bloco 2</b> – compreende o 8º e 9º Ano</p>



- **Ensino Médio** - as alunas são enturmadas na série/ano em que se encontram (1ª, 2ª e 3ª série), sem retenção nas duas primeiras séries e somente na última série, caso a estudante não atinja os objetivos de aprendizagem propostos.

O total de aulas semanais é de 25 aulas e o total de horas anuais no Sistema Socioeducativo é de 800 horas, conforme as Diretrizes Pedagógicas da Escolarização na Socioeducação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Essa forma de enturmação demanda que os docentes planejem aulas diferenciadas para atender às necessidades específicas de cada aluna, pois os objetivos de aprendizagem e as práticas avaliativas devem ser coerentes com o ano/série em que estão matriculadas, garantindo a estas condições efetivas de aprendizagem. No 2º Ciclo e 3º Ciclo, caso as alunas não alcancem os objetivos de aprendizagem propostos para o bloco, a retenção das alunas se dará somente ao final de cada bloco: no 3º e 5º ano e no 7º e 9º ano, respectivamente, salvo as estudantes que excederem os 25% de faltas durante o período escolar.

Um aspecto favorável à organização ciclada do ensino refere-se ao tempo de permanência do adolescente na Unidade de Internação de acordo com a medida socioeducativa a ele imputada, que pode ou não haver consonância com os períodos letivos escolares. Essa organização do ensino possibilita o prosseguimento dos estudos quando de seu retorno para outras unidades escolares da rede de ensino do DF. Porém a permanência das estudantes no Núcleo de Ensino da Unidade de Internação Feminina do Gama depende exclusivamente das decisões do Sistema Judiciário.

Tal fato sinaliza a real necessidade de discussão entre os professores e a equipe pedagógica acerca da organização do trabalho pedagógico, o que inclui o planejamento das aulas e estratégias avaliativas para aprimoramento da qualidade do ensino e de aprendizagem, em função da realidade da Unidade.

## 9.2. Organização dos tempos e espaços

No intuito de oferecer orientações iniciais para as turmas com certas especificidades, tais como, distorção idade/série e cumprimento de medidas



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA  
UNIDADE DE INTERNAÇÃO FEMININA DO GAMA  
NÚCLEO DE ENSINO - UIFG



socioeducativas no ensino fundamental e médio, tem-se o objetivo de subsidiar as ações pedagógicas, que garantam os conteúdos basilares para as socioeducandas.

Essas ações pretendem romper com projetos adequados para a realidade vivenciada nesta instituição, instituir um diálogo permanente para a devida adequação curricular com suas especificidades, apresentando uma política educacional que atenda e respeite a identidade desta unidade.



Foto 5: produção de cartaz após visita da escritora Cristiane Sobral

### 9.3. Metodologias de Ensino Adotadas

Contamos com a cooperação e o compromisso para juntos, buscarmos uma educação democrática e de qualidade, pautada nos princípios da igualdade e diversidade.

As propostas apresentadas devem procurar estabelecer condições de trabalho para o professor, considerando a realidade da Unidade Escolar e do seu público alvo. Apontam-se, então, os aspectos fundamentais inerentes à dinâmica de trabalho:

- Suporte pedagógico por meio da coordenação pedagógica (quando a carga horária dos professores contratados permite a participação na coordenação pedagógica coletiva);

	<p>GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA UNIDADE DE INTERNAÇÃO FEMININA DO GAMA NÚCLEO DE ENSINO - UIFG</p>	
---	---	---

- Participação de momentos específicos de discussão e troca de experiências;
- Acesso à formação continuada exclusiva para especificidade do trabalho;
- Apoio para o planejamento e organização do trabalho pedagógico;
- Atuação de forma interdisciplinar e transversal, integrando as áreas de conhecimento;
- Realizar o levantamento dos principais problemas enfrentados pela Unidade Escolar Socioeducativa e dos professores, no sentido de apontar as soluções necessárias para facilitar e criar as devidas condições do trabalho docente no intuito de alcançar os resultados desejados.

#### 9.4. Equipe de Professores

PROFESSOR(A)	DISCIPLINAS
Paula Daniele Natal de Sousa	Língua Português / Inglês / Parte Diversificada
Manoel Messias Ferreira Lacerda	Matemática / Ciências / Biologia / Química / Física
Marcílio Junio Borges de Souza	Geografia / História / Sociologia / Filosofia
Rangel de Oliveira Otoni	Educação Física
Divino Claudio dos Santos	Artes

#### 9.5. Coordenação Pedagógica e papel do Coordenador Pedagógico na Unidade Escolar

No ano letivo de 2023 o Núcleo de Ensino da Unidade de Internação Feminina do Gama não dispõe de um coordenador pedagógico até o fechamento da construção deste Projeto Político Pedagógico.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA  
UNIDADE DE INTERNAÇÃO FEMININA DO GAMA  
NÚCLEO DE ENSINO - UIFG



### Quadros de horários por turma até o fechamento deste PPP

UIFG

	6º e 7º anos				
	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
7h40min	Matemática Netto	Arte Divino	LEM- Inglês Paula	Português Paula	História Max
8 h30 min	Português Paula	Arte 1 Divino	Português Paula	História Max	Português Paula
9 h 10 min	Geografia Max	Arte 1 Divino	Geografia Max	ED. Física Rangel	Ciências Naturais Netto
10 h 10 min	Ciências Naturais Netto	Ciências Naturais Netto	História Max	ED. Física 1 Rangel	Matemática Netto
10 h 50 min	PD! Paula	Matemática Netto	Matemática Netto	ED. Física 1 Rangel	Geografia Max

	8º e 9º anos				
	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
7h40min	História Max	ARTE	História Max	ARTE	Matemática Netto
8 h30 min	Ciências Naturais Netto	ARTE	Geografia Max	PD! Paula	História Max
9 h 10 min	Matemática Netto	ED. Física	Matemática Netto	Geografia Max	Português Paula
10 h 10 min	Português Paula	ED. Física	Ciências Naturais Netto	Matemática Netto	LEM- Inglês Paula
10 h 50 min	Geografia Max	ED. Física	Português Paula	Português Paula	Ciências Naturais Netto

Horário gerado por FET 6.2.5 em 23/04/2023 23:03

	1ª Série Médio				
	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
7h40min	Português Paula	Matemática Netto	Matemática Netto	ED. Física Rangel	LEM- Inglês Paula
8 h30 min	Filosofia Max	Física Netto	Física Netto	ED. Física Rangel	Química Netto
9 h 10 min	PD! Paula	Biologia Netto	Português Paula	Biologia Netto	Sociologia Max
10 h 10 min	História Max	Arte Divino	PD2 Paula	Português Paula	Geografia Max
10 h 50 min	Química Netto	Arte Divino	Geografia Max	Matemática Netto	Português Paula

	<p>GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA UNIDADE DE INTERNAÇÃO FEMININA DO GAMA NÚCLEO DE ENSINO - UIFG</p>	
---	---	---

## 9.6. Valorização e formação continuada dos profissionais da educação

A Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, em seu art. 11, estabelece o prazo de 2 (dois) anos, contados da data de homologação da BNCC, para que seja implementada a referida adequação curricular da formação docente, resolve:

### ● **CAPÍTULO I - DO OBJETO**

Art. 1º A presente Resolução dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores, que atuam nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada), constante do Anexo desta Resolução, a qual deve ser implementada em todas as modalidades dos cursos e programas destinados à formação continuada de Professores da Educação Básica.

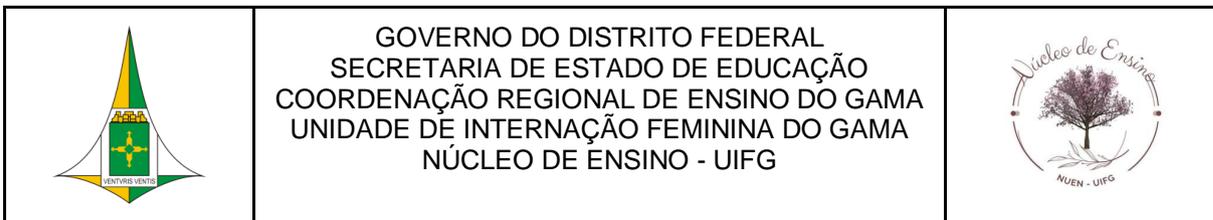
Art. 2º As presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, articuladamente com a BNC-Formação Continuada, têm como referência a implantação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC), instituída pelas Resoluções CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 e a Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018, e da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), instituída pela Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.

Art. 3º As competências profissionais indicadas na BNCC-Formação Continuada, considerando que é exigido do professor sólido conhecimento dos saberes constituídos, das metodologias de ensino, dos processos de aprendizagem e da produção cultural local e global, objetivando propiciar o pleno desenvolvimento dos educandos, têm três dimensões que são fundamentais e, de modo interdependente, se integram e se complementam na ação docente no âmbito da Educação Básica:

**I - conhecimento profissional;**

**II - prática profissional; e**

**III - engajamento profissional.**



Parágrafo único. Estas competências profissionais docentes pressupõem, por parte dos professores, o desenvolvimento das Competências Gerais dispostas na Resolução CNE/CP nº 2/2019 - BNC-Formação Inicial, essenciais para a promoção de situações favoráveis para a aprendizagem significativa dos estudantes e o desenvolvimento de competências complexas, para a ressignificação de valores fundamentais na formação de profissionais autônomos, éticos e competentes.

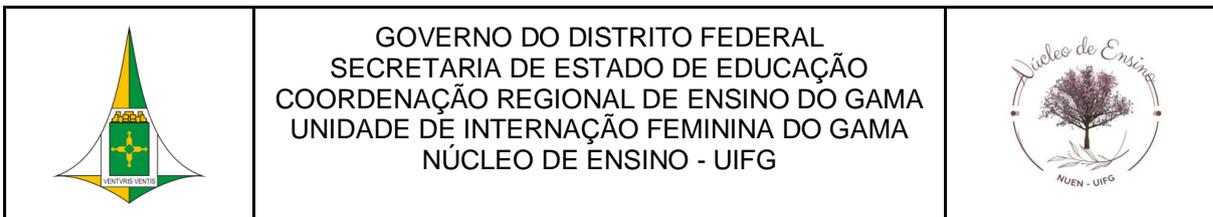
## • **CAPÍTULO II - DA POLÍTICA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES**

Art. 4º A Formação Continuada de Professores da Educação Básica é entendida como componente essencial da sua profissionalização, na condição de agentes formativos de conhecimentos e culturas, bem como orientadores de seus educandos nas trilhas da aprendizagem, para a constituição de competências, visando o complexo desempenho da sua prática social e da qualificação para o trabalho.

Art. 5º As Políticas da Formação Continuada de Professores para a Educação Básica, de competência dos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em consonância com os marcos regulatórios definidos pela LDB e, em especial, pela BNCC e pela BNC-Formação, tem como princípios norteadores:

I - Respeito aos fundamentos e objetivos da Constituição Federal (artigos 1º e 3º) em sua atuação profissional, honrando os princípios de soberania nacional, cidadania e dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, além do pluralismo político, de forma a contribuir para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, que garanta o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e da marginalização, reduzindo desigualdades sociais e regionais, para promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

II - Reconhecimento e valorização, no âmbito da Educação Básica, das instituições de ensino - com seu arcabouço próprio de gestão, e condicionada às autoridades pertinentes - como estrutura preferencial para o compartilhamento e a



transmissão do conhecimento acumulado pela humanidade, promovendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas - para assimilá-lo, transformá-lo e fazê-lo progredir - e a aquisição de competências sociais e emocionais- para fruí-lo plenamente;

III - Colaboração constante entre os entes federados na consecução dos objetivos da política nacional de formação continuada de professores para a Educação Básica;

IV - Reconhecimento e valorização dos docentes como os responsáveis prioritários pelo desenvolvimento cognitivo, acadêmico e social dos alunos, a partir de uma formação sólida que leve em conta o conhecimento profissional; a prática profissional; e o engajamento profissional;

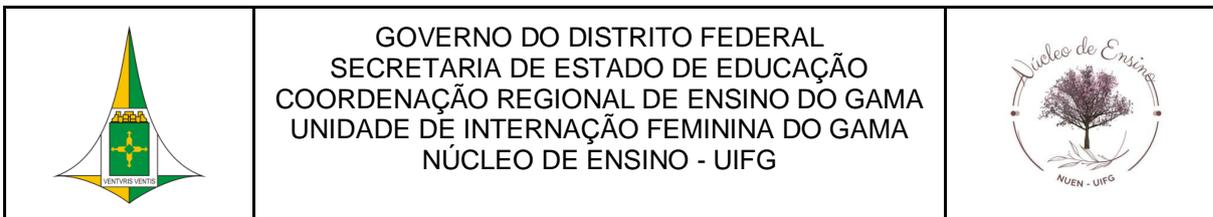
V - Reconhecimento e valorização da materialização objetiva do direito à educação dos alunos como principal função social da instituição escolar, da atuação profissional e da responsabilidade moral dos docentes, gestores e demais funcionários, de acordo com:

a) o artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, visando à plena expansão da personalidade humana, o reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais, favorecendo a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos e uma cultura de paz;

b) o Estatuto da Criança e do Adolescente, em particular os artigos 5º, 6º, 15, 16, 17, 18 e 18-A, respeitando explicitamente quanto ao acolhimento, atenção, responsabilidade na valorização da dignidade individual e coletiva dos alunos, respeito às limitações, peculiaridades e diferenças, além das formas adequadas de relacionamento, estímulo ao desenvolvimento integral dos alunos com atenção para seus direitos, deveres e formação ética;

### **9.7. Orientação Educacional – OE**

A Orientação Educacional contribui no processo contínuo de construção coletiva e futura consolidação nos diferentes contextos vivenciados no NUEN/UIFG, para desenvolver, conjuntamente com os servidores e as estudantes uma consciência



de seu saber e de seu fazer para abrir novas possibilidades de ação em prol das aprendizagens e do desenvolvimento humano.

O objetivo é colaborar para resultados qualitativos na aprendizagem e na preservação da garantia dos direitos das socioeducandas. Para isso, o trabalho da orientação educacional é articulado ao trabalho pedagógico, torna-se relevante abordar a Pedagogia da Cooperação como um conjunto de conhecimentos e práticas que favorecem o desenvolvimento da inteligência emocional e a cultura de paz.

Dentro desse contexto, é de suma importância a atuação da Orientadora Educacional, para mediar o desenvolvimento das habilidades socioemocionais no NUEN/UIFG, promovendo a mediação de conflitos e a promoção da cultura de paz, colaborando na discussão, reflexão e cooperação junto a equipe gestora, administrativa e pedagógica.

A Orientação desenvolve várias estratégias pedagógicas citadas no plano de ação, de acordo com orientação da Gerência de Orientação Educacional para fortalecer a educação em e para os direitos humanos como fundamento para a formação de um sujeito que participa da vida social a partir do diálogo, do respeito e que seja capaz de manter relações democráticas e sustentáveis no enfrentamento de questões sociais no contexto escolar e fora dali, sem negar a conflitividade inerente à condição humana.

Foto 6: produção de mural da Orientação Educacional.

## 10- ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ADMINISTRATIVO



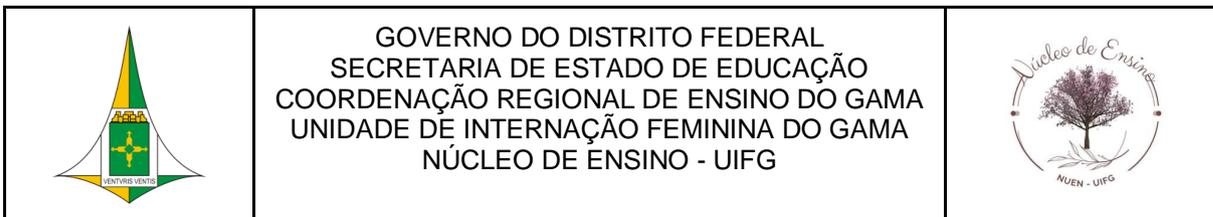
### 10.1. Administrativo

O serviço administrativo do Núcleo de Ensino da Unidade de Internação Feminina do Gama é realizado pelo Setor Administrativo da Escola Vinculante - CED 06.

### 10.2. Conservação e Limpeza, Cocção, Vigilância e Portaria

O serviço de conservação e limpeza, cocção, vigilância e portaria da Unidade de Internação Feminina do Gama é realizado por servidores da Secretaria de Justiça (SEJUS).

### 10.3. Biblioteca Escolar



No Núcleo de Ensino da Unidade de Internação Feminina do Gama não existe biblioteca escolar. A escola possui 112 (cento e doze) livros literários adquiridos em Feiras do Livro com verba da SEEDF/GDF e enviados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que são armazenados em um armário da sala dos professores.

#### **10.4. Sala de Multimídia**

No Núcleo de Ensino da Unidade de Internação Feminina do Gama existe uma sala de aula com televisão, que é utilizada como sala de aula multimídia e espaço para palestras e atividades coletivas.

#### **10.4. Regimento**

O Regimento interno do Núcleo de Ensino da UIFG segue as ordens de segurança aplicadas pela Gerência de Segurança da própria Unidade.

#### **10.5. Uniforme**

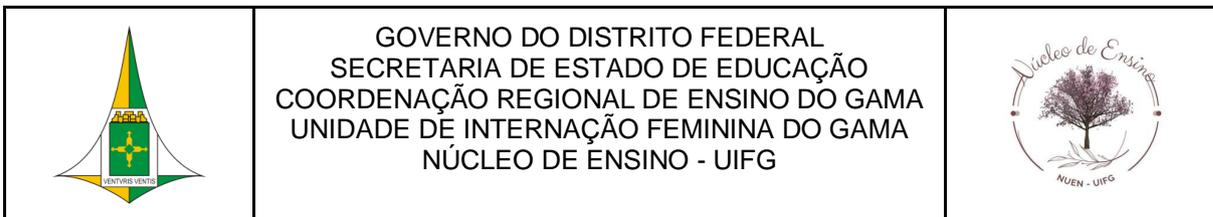
A Secretaria de Educação do Distrito Federal enviou uniformes escolares à escola vinculante e foram entregues às estudantes no mês de maio, com autorização da diretoria da UIFG.

### **11- AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS**

#### **11.1. Avaliação para as Aprendizagens na Socioeducação**

O desenvolvimento de práticas avaliativas junto às adolescentes com histórico de fracasso e evasão escolar, defasagem idade ano/série, torna o processo mais complexo dada a especificidade da escolarização na Socioeducação e, sobretudo, exigirá dos docentes e equipe pedagógica uma concepção e procedimentos avaliativos pautados na ética, na responsabilidade social e na ressignificação do ensino e da aprendizagem.

Em conformidade com as diretrizes pedagógicas da Socioeducação (SEEDF, 2014), as concepções e práticas avaliativas aplicadas no sistema socioeducativo se



baseiam nas orientações sistematizadas nas Diretrizes da Avaliação Educacional: aprendizagem, avaliação institucional, avaliação em larga escala, para a Rede pública de Ensino do Distrito Federal (SEEDF, 2014-2016), aprovadas pela Portaria nº 128/SEEDF, com fulcro no Parecer nº 93/2014 CEDF, tanto para a rede pública de ensino do DF, como para a escolarização dos socioeducandos.

Práticas avaliativas condizentes com a concepção de avaliação formativa tende a promover o desenvolvimento das alunas, bem como dar um novo sentido para o ensino por meio de estratégias que tornem essa aluna protagonista de suas aprendizagens. Para isso, faz-se necessário um processo permanente de avaliação diagnóstica e de ações de mediação e intervenção pontuais vinculados à prática social do conhecimento.

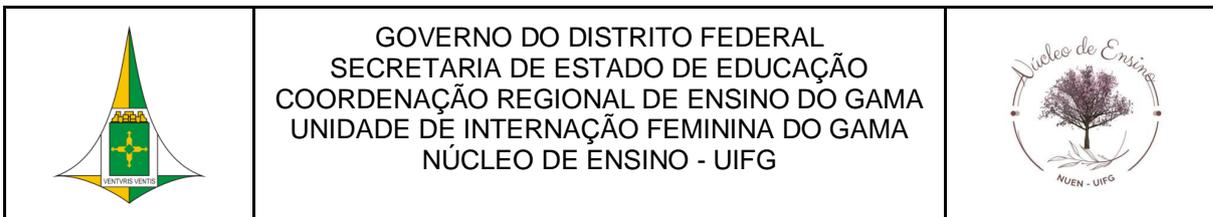
Como parte do processo avaliativo, os professores devem realizar no início do ano letivo, a avaliação diagnóstica para identificar o que as alunas sabem e o que ainda não sabem, no intuito de organizar o trabalho pedagógico e garantir a aprendizagem dos conteúdos propostos, contribuindo assim para ampliação do conhecimento científico com valor social.

Nessa perspectiva, a valorização da bagagem de conhecimento, das experiências pessoais, das capacidades cognitivas, observando as peculiaridades culturais e socioeconômicas das adolescentes é de fundamental importância para o processo educativo.

Os procedimentos formais que compõem a avaliação incluem provas, trabalhos individuais e em grupos, testes e lista de exercícios, portfólios, debates, projetos e participação nas aulas.

A Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEEDF) compreende que a função formativa da avaliação é a mais adequada ao projeto de educação pública democrática e emancipatória. Compreende também que a função diagnóstica compõe a avaliação formativa, devendo ser comum aos demais níveis da avaliação

A função formativa, independentemente do instrumento ou procedimento utilizado, é realizada com a intenção de incluir e manter todos aprendendo (HADJI, 2001). Esta função deve perpassar os níveis: da aprendizagem, institucional



(autoavaliação da escola) e de redes ou de larga escala. Sua finalidade maior reside em auxiliar, ao invés de punir, expor ou humilhar os estudantes por meio da avaliação.

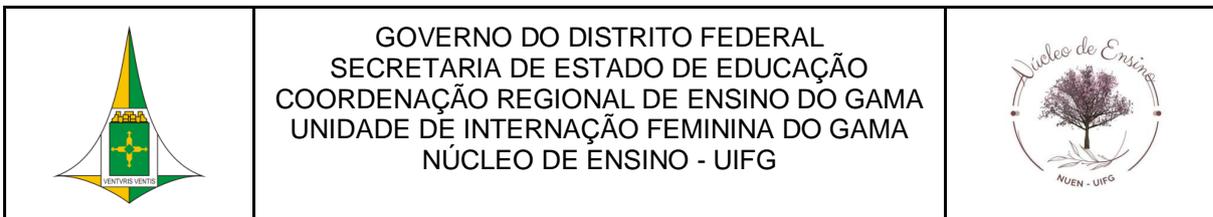
As estudantes do Núcleo de Ensino da Unidade de Internação Feminina do Gama, tem acesso ao material escolar apenas durante o período de aula dentro da escola, não sendo possível a execução de tarefas no período contrário de aula. Devido a isso, os professores fazem um trabalho diferenciado, valorizando as atividades desenvolvidas em sala de aula, a participação oral e o desenvolvimento do ensino-aprendizagem, sendo utilizadas como avaliação a realização de tarefas, resumos, debates, desenvolvimento de projetos e testes, corroborando com o conceito de avaliação formativa do currículo em movimento da educação básica do Distrito Federal.

## **11.2. Avaliação em Larga Escala**

Oportunizar aulas de reforço e/ou projetos específicos com vistas aos concursos e exames de avaliação em larga escala: PAS-UnB, ENEM, SISU, PROUNI, OBMEP, ENCEJA e entre outros, é um dos desafios da escola, pois se não houver um espírito de cooperação e de parceria e envolvimento dos ATRS/Gerência de segurança e equipes técnicas inviabiliza todo esforço empreendido pelos alunos e professores.

Geralmente, as alunas solicitam a entrada de livros nos módulos como forma de complementar as aulas dadas, com consentimento da equipe de segurança. Conforme Marina e Medeiros (2014, p. 237), segurança e educação, juntos e articulados, são aspectos fundamentais para a organização e funcionamento de uma comunidade socioeducativa destinada ao cumprimento das medidas de Internação e de Semiliberdade aplicadas ao adolescente.

Portanto, diante dos desafios institucionais existentes na UIFG, a ação da escola fica limitada para mobilizar e aproveitar o interesse da adolescente e oferecer a ela suporte pedagógico necessário para as oportunidades que surgirem, para além dos conteúdos ministrados no horário normal de aula. Percebe-se a necessidade de compreensão de uma articulação intersetorial, tendo por base o princípio da



Incompletude Institucional, entre os sujeitos envolvidos para o processo de ressocialização das adolescentes.

O uso dos resultados dos exames externos por área de conhecimento pelos professores pode, na perspectiva da avaliação formativa, contribuir para autoavaliação institucional e melhoria da prática pedagógica. Analisar e dar o feedback dos conteúdos ainda não assimilados, discutir estratégias de estudo junto às alunas, rever metodologias, são algumas das ações que podem ser redefinidas pela equipe pedagógica juntamente com os professores.

Empoderar as alunas por meio do conhecimento, da autocrítica, como protagonistas do próprio processo de aprendizagem e avaliativo é fundamental para a ressocialização e inserção social, tornando-as sujeitos conscientes dos seus direitos e deveres.

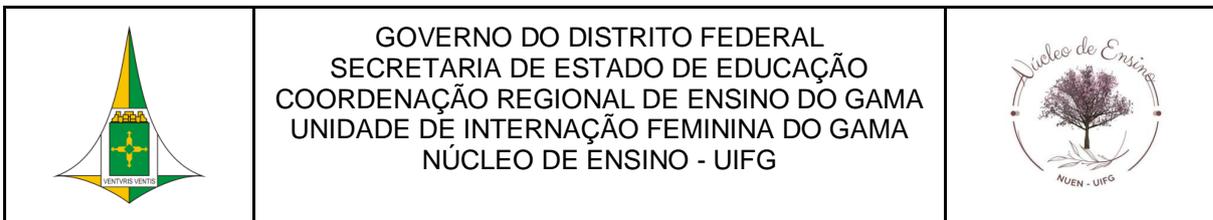
### 11.3. Avaliação Institucional

A avaliação institucional visa avaliar o trabalho da escola (SEEDF, 2014) junto aos segmentos, as estratégias realizadas anualmente. A participação dos pais e/ou responsáveis não se aplica no contexto do NUEN/UIFG.

**Socioeducandas** – As estudantes participam de roda de conversa com os professores e equipe pedagógica e respondem a questionário proposto acerca dos aspectos positivos e a melhorar referente ao trabalho da escola seguido de sugestões; aspectos que consideram importante para a aprendizagem; projeto de vida e expectativas quanto à escola.

**Professores** – A avaliação centra-se nos aspectos relacionados à organização do trabalho pedagógico; formação continuada *in loco*; coordenação pedagógica; equipe gestora; projetos desenvolvidos; relação interpessoal, entre outros aspectos.

Há a compreensão pela coordenação e supervisão pedagógica que independente das datas definidas pelo Calendário Escolar da SEEDF, a avaliação institucional do processo educativo deve ser realizada em diferentes espaços/tempos escolares.



#### **11.4. Conselho de Classe**

O Conselho de Classe é um espaço de reflexão pedagógica no qual alunos e professores situam-se conscientemente no processo, servindo para reorientar a ação pedagógica, a partir da análise do desempenho e corresponsabilidade de cada um para o sucesso escolar.

A estratégia adotada pela equipe pedagógica, coletivo de professores e apoio administrativo responsável pela parte da Secretaria Escolar para envolver as alunas é a realização do Conselho de Classe Participativo em horário de aula, abordando aspectos positivos, aspectos a melhorar e sugestões de melhoria para organização do trabalho pedagógico.

A escola NUEN/UIFG realiza o conselho de classe bimestral com a participação da equipe docente, orientador educacional e supervisor (a) pedagógico (a) e presença de cada aluna para que a mesma tenha a oportunidade de socializar suas percepções acerca do seu desempenho escolar, e/ou responder aos questionamentos dos demais participantes do conselho. É nesse momento que os professores conversam sobre a aluna, avaliando-a na sua totalidade, refletem acerca da aprendizagem das alunas e do processo de ensino, discutindo e indicando possíveis ações articuladas entre os sujeitos envolvidos no processo.

Um dos objetivos do Conselho de Classe é compreender acerca das reais necessidades de aprendizagem das alunas/turma, possibilitando a tomada de decisão coletiva e individual que sinalizem estratégias interventivas adequadas para atender os diferentes ritmos/tempos de aprendizagem das alunas; valorizar os avanços e potencialidades apresentadas. Portanto, o Conselho de Classe trata-se de uma auto avaliação para aprimoramento do trabalho desenvolvido no decorrer do processo educativo.

Continuando nessa objetividade, os professores e equipe pedagógica, para além das notas, analisam a partir do desempenho escolar se as alunas possuem condições para serem avançados para o bloco de aprendizagem seguinte ao fim do ano letivo, atentando para os critérios exigidos pelo Conselho de Educação do DF.

	<p>GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA UNIDADE DE INTERNAÇÃO FEMININA DO GAMA NÚCLEO DE ENSINO - UIFG</p>	
---	---	---

## **12. PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

### **12.1. Gestão pedagógica**

#### **Objetivos Gerais**

Garantir a escolarização com condições adequadas e metodologias de trabalho dinâmico que favoreçam as estudantes realizar atividades culturais, esportivas e de lazer, serem tratadas com respeito e dignidade, entre outros previstos no art. 124 do ECA.

#### **Objetivos Específicos**

- Propiciar condições adequadas às adolescentes para a apropriação e produção do conhecimento;
- Garantir o acesso à educação formal às adolescentes inseridas no atendimento socioeducativo;
- Disponibilizar materiais didáticos pedagógicos para estudantes e professores;
- Capacitar professores para o trabalho com a socioeducação;
- Planejar e acompanhar o trabalho pedagógico e administrativo;
- Acompanhar o desenvolvimento das atividades e projetos da escola;
- Facilitar o acesso ao corpo docente às diversas ferramentas pedagógicas TICs, como foco no incentivo e apoio ao aprendizado.
- Motivar as estudantes através de projetos temáticos sobre a valorização e o respeito à vida;

#### **Avaliação**

É preciso mencionar que o processo de avaliação nos Núcleos de Ensino das Unidades de Internação Socioeducativas deve prioritariamente ser desenvolvido de forma formativa, pois é nele que baseiam-se os melhores propósitos da educação integral dos adolescentes/jovens. Assim, através dos seguintes instrumentos e

	<p>GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA UNIDADE DE INTERAÇÃO FEMININA DO GAMA NÚCLEO DE ENSINO - UIFG</p>	
---	--	---

procedimentos alcançaremos um processo de avaliação que consolide o processo de ensino e aprendizagem significativo:

- Avaliação diagnóstica;
- Estudo dirigido;
- Autoavaliação;
- Construção de portfólios;
- Avaliação formativa;
- Projetos diversos e demais instrumentos que surgirem de acordo com a necessidade da turma e com os objetivos propostos pelo grupo de aprendizagem.

<b>PLANO DE AÇÃO / ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO (OTP) - ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL - OE</b>				
OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
<b>Implantação da Orientação Educacional</b>	Implementar a Orientação Educacional no NUEN / UIFG	Organização do arquivo e elaboração de fichas.	OE	02/2023
	Participar ativamente	Elaboração do Plano de Ação Anual da Orientação Educacional.	OE	Anual
<b>Acolhimento</b>	Orientar no que for necessário.	Acolhimento das estudantes e servidores.	OE	Anual
	Auxiliar o corpo docente na execução dos projetos.	Assessoria ao professor sempre que for necessário.	OE	Anual
	Orientar no que for necessário.	Sensibilização e acompanhamento de estudantes com dificuldades na rotina escolar.	OE	Anual



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA  
UNIDADE DE INTERAÇÃO FEMININA DO GAMA  
NÚCLEO DE ENSINO - UIFG



<b>Desenvolvimento Socioemocional</b>	Desenvolver habilidades socioemocionais.	Promoção de momentos que melhoram a autoestima e desenvolvem a interação entre servidores.	OE	Anual
	Construir momentos para aprimorar a temática.	Roda de Conversa com estudantes para trabalhar a temática. (Autoestima, superação das adversidades, motivação)	OE	Anual
	Coordenar as atividades	Oficina utilizando frases motivacionais, desenhos, livros, músicas...	OE	Anual
	Promover o desenvolvimento das atividades	Auxiliar o desenvolvimento de ações que envolvem o projeto Dona de Mim, para trabalhar a oficina Papo Legal, abordando a temática socioemocional.	OE	Anual
	Fomentar o desenvolvimento da aprendizagem.	Participação em cursos e formação continuada ofertados pela Secretaria de Educação e instituições parceiras.	OE	Anual



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA  
UNIDADE DE INTERAÇÃO FEMININA DO GAMA  
NÚCLEO DE ENSINO - UIFG



<b>Aprendiza- gem</b>	Aperfeiçoar e capacitar as temáticas	Participação nos Encontros Articulados Pedagógicos dos Orientadores Educacionais do Gama - EAP, bem como os Eventos promovidos pela Gerência da Orientação Educacional.	OE	Sema- nal
	Participar integralmente dos momentos.	Participação em Conselho de Classe e Estudos de Casos das estudantes.	OE	Bimes- tral
<b>Rotina de estudo</b>	Fomentar o desenvolvimento da aprendizagem.	Orientações aos estudantes sobre “Rotina de Estudos” através de atendimentos individuais, sempre que se fizer necessário.	OE	Anual
<b>Sexualidade</b>	Garantir o direito	Escuta, quando que se fizer necessário, realizando todos os cuidados, procedimentos necessários (acolhimento, encaminhamentos...), evitando a revitimização.	OE	Anual
	Coordenar atividades	Conscientização sobre a importância da campanha do Dia 18 de maio - que trata do Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.		05 / 2023

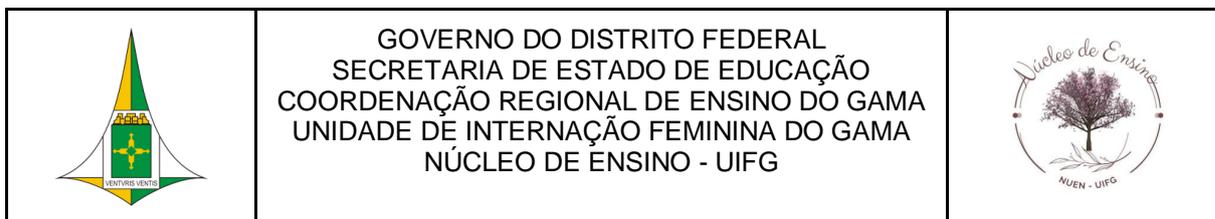
	<p>GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA UNIDADE DE INTERAÇÃO FEMININA DO GAMA NÚCLEO DE ENSINO - UIFG</p>	
---	--	---

	Elaborar apresentações e conversas	Apresentação de vídeos e orientações sobre as ISTs (Infecções transmissíveis) sexuais	OE	08 / 2023
	Promover momentos para abordar a temática	Roda de conversa sobre gênero e diversidade	OE	08 / 2023
<b>Cultura de Paz</b>	Promover momentos para abordar a temática	Promoção de palestra sobre Valorização da vida.		09 / 2023
	Coordenar atividades	Roda de conversa e apresentação de vídeos sobre a Comunicação Não Violenta de Marshall Rosenberg.	OE	10 / 2023
	Orientar no que for necessário.	Escuta das demandas das estudantes com intuito de mediar conflitos	OE	Anual
<b>Transição Escolar</b>	Fomentar o desenvolvimento da aprendizagem.	Roda de Conversa sobre a série/ciclo/bloco subsequente	OE	12 / 2023

## 12.2. Gestão de resultados Educacionais

### - Potencialidades

- Direito de acesso à escola assegurado a todas às estudantes de acordo com o estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo- SINASE (CONANDA, 2006);
- Oferta de educação pautada nas diretrizes pedagógicas de Escolarização na Socioeducação.



- Proporcionar condições adequadas às adolescentes para apropriação e produção do conhecimento;
- Desenvolver os conteúdos escolares, artísticos e culturais de maneira interdisciplinar no atendimento socioeducativo.

#### **- Dificuldades**

- A maioria das alunas não apresenta conhecimentos prévios das matérias ofertadas;
- Conflitos internos entre alunas que cumprem medida estrita e as com medidas de menor duração (provisórias e sanções).

#### **- A Escola que pretendemos ter - Uma escola que:**

- Supere seus índices de desenvolvimento educacional.
- Supere os problemas socioculturais de sua clientela com base no bom senso, na sensibilidade e no conhecimento pedagógico e nas relações humanas.
- Trabalhe conceitos de respeito, disciplina, responsabilidade, amor ao próximo, ética, cidadania e outros valores;
- Desenvolva atividades lúdicas pedagógicas, jogos, música, dramatização entre as estudantes.

#### **- Metas a Curto, Médio e longo prazos**

- Formação continuada para professores e funcionários com o apoio da Secretaria de Estado de Educação (EAPE);
- Eventos envolvendo a comunidade escolar nas atividades e nos projetos interdisciplinares;
- Construir sintonia entre a escola e a Proposta Pedagógica do programa de internação, sendo as atividades consequentes, complementares e integradas em relação à metodologia e forma de serem oferecidas;
- Valorizar e incentivar os bons profissionais que cumprem suas tarefas com competência e responsabilidade e cobrando dos demais o mesmo desempenho profissional;

	<p>GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA UNIDADE DE INTERAÇÃO FEMININA DO GAMA NÚCLEO DE ENSINO - UIFG</p>	
---	--	---

- Promover um ambiente de trabalho agradável e produtivo, valorizando o trabalho dos professores e demais funcionários, incentivando maior união e solidariedade em todas as atividades desenvolvidas na escola;
- Possibilitar ao socioeducando condições para o desenvolvimento de suas potencialidades, nos diferentes aspectos de sua personalidade e na busca de sua autorrealização;
- Coordenar a implementação das Diretrizes Pedagógicas, aplicar normas, procedimentos e medidas de acordo com instruções da Secretaria de Estado de Educação;
- Organização diversificada dos espaços e tempos escolares para escolarização na socioeducação, de modo a oferecer novas possibilidades formativas do ponto de vista humano, acadêmico e profissional;
- Maior agilidade na distribuição dos recursos financeiros destinados à educação das alunas do NUEN/UIFG;
- Parceria com a Coordenação Regional de Ensino do Gama e o NUEN/UIFG;
- Buscar parceria com diversos órgãos públicos para a exposição dos trabalhos das alunas.

<b>PLANO DE AÇÃO/ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO DE RESULTADOS EDUCACIONAIS</b>				
<b>CASO:</b> Estudante K.C.G.A				
OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA  
UNIDADE DE INTERNAÇÃO FEMININA DO GAMA  
NÚCLEO DE ENSINO - UIFG



<p>Reinserir a discente no contexto escolar, pois a mesma estava em evasão antes de chegar na Unidade.</p> <p>Participar de exames educacionais e concursos externos.</p> <p>Promoção de momentos que estimulem a realização de atividades que estimulam a concentração, autoconfiança, imaginação e criatividade.</p> <p>Desenvolver habilidades físicas e motoras.</p>	<p>Proporcionar atividades para aperfeiçoar as metas para o seu projeto de vida.</p> <p>Promover o aprendizado e a progressão escolar.</p> <p>Estimular a participação ativa nos projetos escolares.</p> <p>Ofertar atividades com iniciação esportiva.</p> <p>Realizar atividades artísticas.</p>	<p>Palestras.</p> <p>Roda de Conversa.</p> <p>Atividades diferenciadas.</p> <p>Avaliação externa.</p> <p>Aulas práticas de Educação Física.</p> <p>Aulas práticas de Artes plásticas / manuais.</p>	<p>Equipe Gestora;</p> <p>Orientação Educacional;</p> <p>Corpo docente.</p>	<p>1 ano e 9 meses.</p>
--	--	---	---	-------------------------

### 12.3. Gestão Participativa

A gestão escolar participativa é aquela em que a comunidade participa ativamente do planejamento, execução e fiscalização dos gastos dos recursos da escola. As decisões são tomadas pelo conselho escolar, formado por representantes dos pais, alunos, professores, coordenadores, secretários e diretores escolares. Entretanto, devido às nossas peculiaridades não participamos ativamente da

	<p>GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA UNIDADE DE INTERNAÇÃO FEMININA DO GAMA NÚCLEO DE ENSINO - UIFG</p>	
---	---	---

execução fiscalização dos gastos e recursos, pois entendemos que o conselho escolar realiza este trabalho com precisão na escola vinculante Ced 06 Gama.

#### 12.4. Gestão de pessoas

<p>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver projetos culturais que valorizam o respeito e paz;</li> <li>- Aumentar a realização de atividades sobre valores, morais e éticas, e ainda princípios de regra de conduta;</li> <li>-Valorizar o trabalho coletivo, inovador e criativo;</li> <li>-Incentivar e motivar os colaboradores para melhor desempenho e qualidade do trabalho;</li> <li>-Buscar cumprir normas e regras e valorizar os colegas;</li> <li>-Valorizar cada um dos colaboradores que contribui para com o objetivo.</li> </ul>
<p>AÇÕES</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Realizar palestra com profissionais para melhor alcance dos resultados;</li> <li>-Motivar o grupo por meio de reconhecimento e realização de dinâmicas.</li> </ul>
<p>PARCERIAS ENVOLVIDAS</p>	<p>Coordenação Regional de Ensino (UNIEB,UNIGEP), EAPE, UNICEPLAC...</p>
<p>PÚBLICO</p>	<p>Equipe gestora, Orientação Educacional e docentes.</p>
<p>CRONOGRAMA</p>	<p>Durante todo o ano letivo.</p>

	GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA UNIDADE DE INTERNAÇÃO FEMININA DO GAMA NÚCLEO DE ENSINO - UIFG	
---	--	---

## 12.5. Gestão Financeira

OBJETIVOS	Fazer a Gestão Financeira do NUEN com a verba proveniente do PDAF e, quando houver, emendas parlamentares.
METAS	Realizar a aquisição de bens móveis e material de uso individual e coletivo das alunas por nós assistidas.
AÇÕES	Traçar prioridades junto à comunidade escolar do NUEN e equipe gestora da escola vinculante quanto às ações a serem desenvolvidas com as verbas com destino ao público da Socioeducação.
RESPONSÁVEIS	Direção do CED 06 Gama (escola vinculante)
CRONOGRAMA	Durante o ano letivo

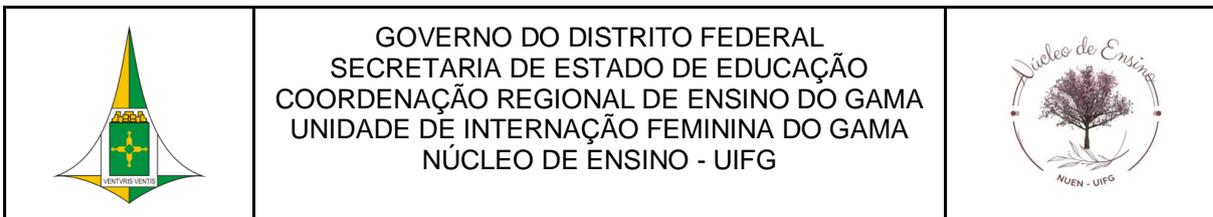
## 12.6. Gestão Administrativa

Não se aplica a este NUEN pois a Gestão Administrativa é de responsabilidade da escola vinculante (CED 06 Gama).

## 13- PLANO DE AÇÃO ESPECÍFICOS

### 13.1. Caligrafando para a vida

Com caráter permanente, o projeto Caligrafando para a vida visa desenvolver nas estudantes do núcleo de ensino (NUEN) da Unidade de Internação feminina do Gama (UIFG), habilidades referentes à motricidade, criatividade e reforço de autoestima, preenchendo lacunas e debilidades previamente diagnosticadas, a fim de criar um território pedagógico possível para todas as disciplinas, especialmente no que tange às especificidades de Língua Portuguesa e Língua Inglesa. São estas: produção de texto, criação de poemas, releituras de contos, e textos da “literatura marginal”.



A ideia do projeto partiu da necessidade em trabalhar os princípios básicos da alfabetização, uma vez que a evasão escolar é ainda mais severa na socioeducação, fazendo com que os estudantes cheguem até o ambiente escolar sem os requisitos fundamentais para o desenvolvimento do trabalho em sala de aula. São exemplos desse déficit a caligrafia ilegível, a não diferenciação entre letras maiúsculas e minúsculas e até mesmo o não reconhecimento do próprio nome, o que configura não apenas uma defasagem de aprendizado, mas também um indicativo de que a falta de acolhimento social e pedagógico infringiram marcas severas à confiança dessas meninas.

### **Objetivo geral**

- Aprimorar a caligrafia das alunas do NUEN da UIFG.

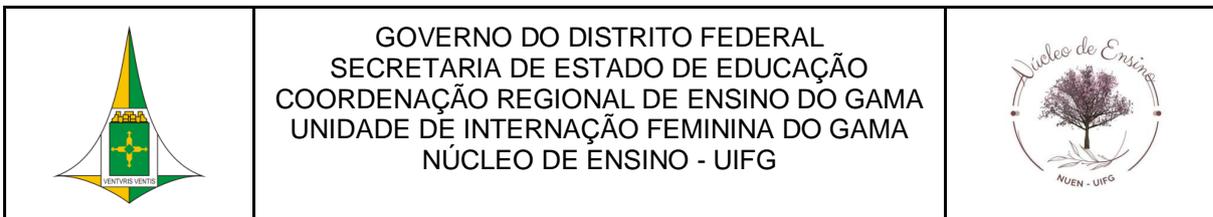
### **Objetivos específicos**

- Identificar lacunas da alfabetização das alunas por meio de atividades de caligrafia.
- Corroborar com a autoestima das estudantes.
- Zelar da caligrafia das socieducandas, para que estejam preparadas para o exercício da cidadania e o mundo do trabalho ao fim do cumprimento das suas medidas socioeducativas.
- Resignificar por meio de textos e poemas de “literatura marginal periférica” a escrita, leitura e reflexão de mundo.
- Preparar as estudantes para a realização de provas oficiais, como o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA)

### **Justificativa**

A socioeducação é uma modalidade da educação básica que merece um olhar mais diferenciado e humano em razão de suas especificidades.

Ao chegarem no Núcleo de Ensino, muitas vezes, as adolescentes, encontram-se evadidas da escola, o que torna ainda mais desafiador o papel do socioeducador em resgatar a autoestima, mostrar a importância da educação, e provar que a escola pode e deve ser um ambiente acolhedor e de inclusão. De acordo com Arroyo (2011),



peças jovens e adultas apresentam carências escolares por não terem frequentado a escola quando crianças e/ou adolescentes, terem se evadido ou até mesmo sido excluídas, demandando uma segunda oportunidade para estudar. De modo semelhante, Di Pierro (2005) assegura que persiste a visão da EJA como política compensatória, que pretende repor a escolarização outrora não realizada.

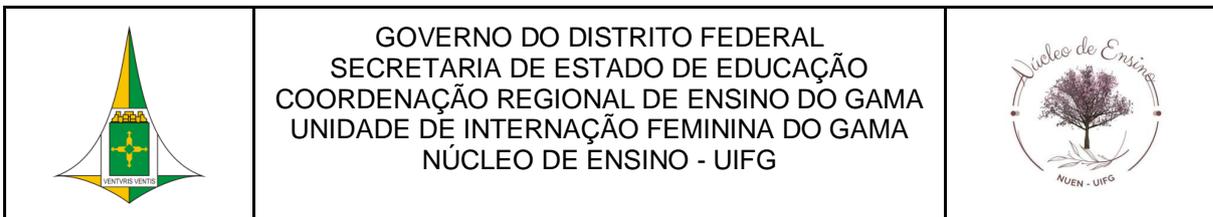
O fato de pessoas jovens e adultas não dominarem o código escrito não significa que sejam destituídas de conhecimentos. Desde a década de 1960, Paulo Freire problematiza o olhar preconceituoso em relação às pessoas não alfabetizadas e propõe que toda prática educativa tenha como ponto de partida os saberes produzidos por essas populações.

Em acordo com a perspectiva Freireana, o projeto *Caligrafando para a vida* visa vencer o analfabetismo político e fazer uma leitura do mundo a partir da experiência e cultura das estudantes. Partindo dessa ótica, utiliza-se as linguagens da “literatura marginal periférica”, pois, assim, problematizamos as adolescentes como seres no mundo, e elas se sentem desafiadas e empoderadas respondendo aos estímulos de maneira positiva diferentemente da “educação bancária” e domesticadora que relatam ter recebido muitas vezes nas escolas que frequentaram antes de entrarem no sistema socioeducativo.

O projeto iniciou-se de maneira experimental em fevereiro de 2022, sendo criado e ministrado pela professora Paula Daniele Natal de Sousa, que relatava dificuldades em seguir com os conteúdos, em razão da ausência de requisitos básicos de escrita e legibilidade da letra cursiva das socioeducandas.

Ao perceber a lacuna em relação a caligrafia, as adolescentes solicitaram à professora regente Paula Natal, algum tipo de intervenção em suas escritas, pois desejavam melhorar e realizar a prova do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), e relataram que tiveram muita dificuldade em escrever com letra legível a redação do último exame que realizaram.

Com a aprovação da coordenadora Fabiana Angélica Costa e do diretor da escola vinculante responsável pelo núcleo de ensino Sebastião Anselmo, foram comprados cadernos de caligrafia para as estudantes, e o projeto foi implementado nas aulas de Língua Portuguesa e Língua Inglesa.



Os resultados surgiram após menos de um mês de implementação do projeto. Os professores de todas as disciplinas notaram a evolução da grafia e o resgate da autoestima das adolescentes ao grafarem seus nomes com letra maiúscula e escreverem em seus cadernos de maneira legível e organizada, ou seja, houve aprendizagem significativa; e como versa Paulo Freire

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção” (Freire, 1989)

### **13.2. Literatura periférica e a arte de escrever**

Com caráter permanente, o projeto *Literatura Periférica e a arte de escrever* visa desenvolver nas estudantes do núcleo de ensino (NUEN) da Unidade de Interação feminina do Gama (UIFG), habilidades referentes à interpretação de texto, escrita, capacidade de construir rimas, reflexão e reforço de autoestima. Utilizando as linguagens do RAP, da cultura HIP HOP textos em prosa e grafite, a fim de criar um território pedagógico inclusivo no qual as estudantes podem fazer uso da linguagem coloquial periférica, gírias para dar voz a sentimentos que visam refletir sobre a visão de mundo ao fim do cumprimento de suas medidas socioeducativas e a desigualdade social. Para abordar tais temas, serão utilizadas as seguintes atividades formativas: produção de texto, criação de poemas, releituras de contos, e textos da “literatura marginal”.

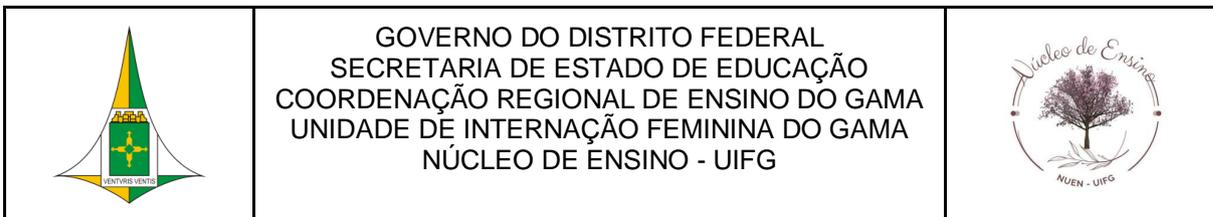
A ideia do projeto surgiu com o objetivo de mostrar a relevância da literatura marginal e fazer uso da identidade cultural oriunda das periferias do Brasil, para que dessa maneira, as alunas em processo de ressocialização se sintam incluídas, pois estas de maneira geral, são nascidas e criadas em regiões periféricas do Distrito Federal e entorno.

#### **Objetivo Geral**

- Democratizar o estudo da literatura marginal em sala de aula.

#### **Objetivos específicos**

- Desmistificar a ideia de que Literatura Marginal só existe e deve ficar nas periferias.
- Despertar o interesse das estudantes pela leitura e interpretação de texto.
- Promover a escrita de produções marginais.



- Incluir estudantes que possuem diferentes níveis de letramento.

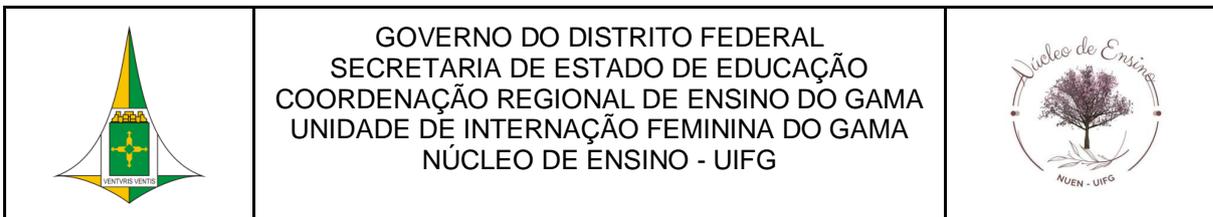
## **Justificativa**

Quando se fala em Literatura Marginal poucos são os que a reconhecem por este nome. Há também os que nunca ouviram falar dela e nem em suas expressões de arte que nela são criadas. Convém realçar a relevância que essa Literatura traz para representar o aspecto do local onde ela foi escrita, ou seja, traz à tona as características da comunidade que tem por expressão artística a Literatura, tanto nas letras de rap, hip hop, funk (no âmbito musical), quanto nos textos em prosa ou nas poesias e nos desenhos de grafite que circulam nesse meio social, com o objetivo de criticar o sistema e alertar às dificuldades que, nesta sociedade não compreendida, todos enfrentam.

A Literatura à margem aparece desde a Antiguidade à contemporaneidade. Em cada tempo possuiu diferentes e alternadas características, mas com uma como pilar central, que a classifica como tal: a fonte de onde foi escrita sempre ter sido por um autor que, diante do contexto social de sua época, é considerado à margem, discriminado, excluído, posto à minoria em função de sua etnia, do seu poder aquisitivo, da sua religião, da sua orientação sexual e outros preconceitos pré estabelecidos.

“Não basta saber ler que ‘Eva viu a uva’. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho”. Paulo Freire in Moacir Gadotti, Paulo Freire: Uma Biobibliografia, 1996.

Ao lecionar as aulas de Língua Portuguesa, a professora Paula Daniele Natal de Sousa percebeu a dificuldade das estudantes em interpretar e escrever textos tradicionais da literatura brasileira que fazem uso da linguagem formal. Então, a docente decidiu traçar estratégias para despertar o interesse das discentes. A primeira estratégia utilizada foi a interpretação da música “Negro Drama” do grupo Racionais MCS para o ensino de interpretação e gramática contextualizada.



Em razão do sucesso e euforia dessa atividade experimental, a professora decidiu vincular o projeto com suas aulas de Língua Portuguesa utilizando vários autores da literatura marginal ao longo do ano letivo de 2022.

Em razão do sucesso dos experimentos realizados nas aulas de Língua Portuguesa, com a anuência da supervisora pedagógica Fabiana Angélica Costa e do diretor da escola vinculante Centro de Ensino Educacional 06 do gama, Sebastião Ancelmo em parceria com a professora Paula Natal o projeto *Literatura Periférica e a arte de escrever* foi implementado ao PPP do Núcleo de Ensino da UIFG.

### **13.3. Autoestima em resgate por meio da dança**

Após alguns meses de aula no Núcleo de Ensino da UIFG a professora Paula Daniele Natal de Sousa em uma conversa com a Supervisora Fabiana Angélica Costa, que é profissional de educação física, discutia a importância da atividade física para adolescentes que estão em restrição de liberdade.

Ao falar com a supervisora Fabiana Angélica sobre as aulas do projeto *Mente em sintonia /corpo em harmonia*, a professora Paula Natal, que é bailarina, decidiu iniciar um experimento a partir de sua experiência com a dança com as estudantes do Núcleo de Ensino.

As aulas são ministradas no ginásio da UIFG com o uso de tatame para que as estudantes possam realizar o momento inicial da aula: alongamento, relaxamento e reflexão.

As músicas utilizadas nas aulas no primeiro momento da aula, são escolhidas pelas estudantes juntamente a professora Paula Natal, oportunizando um ambiente de interação, descontração e leveza durante as aulas.

O movimento de olhar para a experiência vivida me permite trazer as sensações e percepções sentidas com o corpo como dado para a pesquisa, pois, “a experiência da “observação” ressoa, antes de tudo, no corpo do pesquisador/artista”(MEYER, 2014, p. 5).

Deste modo, os conhecimentos em dança desse projeto são construídos nas relações do corpo que dança em um espaço de restrição de liberdade, bem como, sobre o corpo que ensina e aprende nesse espaço. Na metodologia adotada, “o senso de engajamento e a empatia cinética entre a professora e as estudantes podem ser

	<p>GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA UNIDADE DE INTERNAÇÃO FEMININA DO GAMA NÚCLEO DE ENSINO - UIFG</p>	
---	---	---

iluminados pelas complexidades experienciais da interação humana, pela textura do movimento vivido” (PINEAU, 2013, p. 47). Nesse sentido, tanto professora, quanto estudantes se engajam corporalmente na experiência de ensino-aprendizagem com a dança.

### **Objetivo geral**

- Utilizar as linguagens em benefícios do corpo que se encontram em restrição de liberdade.

### **Objetivos específicos**

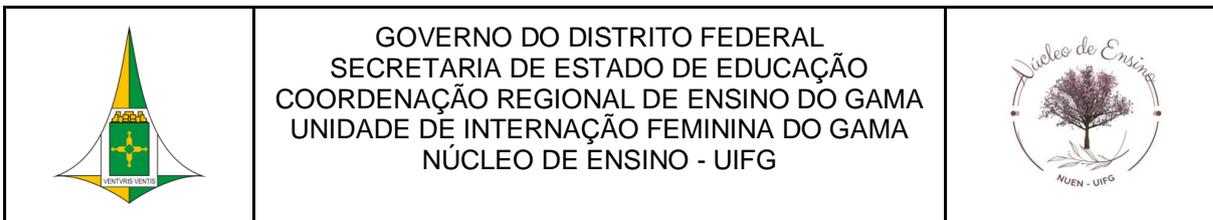
- Melhorar a postura e flexibilidade das estudantes.
- melhorar a capacidade de realizar várias tarefas em simultâneo.
- Trabalhar movimentos para gasto calórico e liberação de endorfina e serotonina, substâncias que causam a sensação de bem-estar e prazer, ajudando a trabalhar, também, nos estágios ansiosos e depressivos.
- Aumentar a autoestima.
- Melhorar a consciência corporal, coordenação motora e equilíbrio

### **Justificativa**

Para refletir como as práticas em dança são desenvolvidas no espaço onde o corpo está aprisionado, e pensar os corpos constituídos pelas medidas socioeducativas, o projeto é desenvolvido com base em dois referenciais: abordagem freireana de educação e estudos labanianos.

Os estudos labanianos são denominados por Falkembach (2017, p. 2) como “o conjunto das múltiplas práticas e pesquisas que se constituem com base na prática teórica inaugurada por Rudolf Laban”. Artista e cientista do movimento, Rudolf Laban, ao longo de sua vida, se debruçou em estudos sobre o movimento humano e sua forma de organização entre as relações do sujeito com o meio.

De acordo com Laban, o ser humano se move em busca de uma necessidade, que pode ser tangível ou não, por exemplo: conseguimos enxergar de forma concreta o movimento de fechar a porta, mas não conseguimos determinar o impulso interno que levou a pessoa a tomar essa atitude, ou seja, “cada um dos movimentos se origina



de uma excitação interna sensorial imediata quanto por uma complexa cadeia de impressões sensoriais previamente experimentadas e arquivadas na memória. Essa excitação tem por resultado o esforço interno, voluntário ou involuntário, ou impulso para o movimento” (LABAN, 1978, p. 49).

Conforme Laban, ao longo de sua existência, o ser humano aprendeu a controlar os *esforços* de seu semelhante, isto é, ele aprendeu a lidar e a restringir o impulso interno que leva a pessoa a agir. Essas séries restritas de combinações de *esforço*, ou seja, da organização dos impulsos internos que levam a pessoa a agir, podem moldar “formas corporais típicas, bem como os hábitos de movimento” (LABAN, 1978, 36).

Que a dança traga as estudantes percepções diferentes do seu lugar no mundo como indivíduo crítico e social. “O educador se eterniza em cada ser que educa”. — Pedagogia da Autonomia, 1996.

#### **13.4. Rompendo Limites**

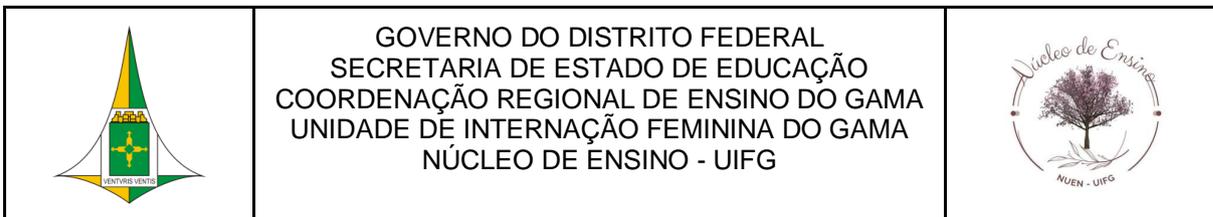
Utilizando o atletismo, principalmente as corridas curtas de pista, o projeto “Rompendo Limites” visa propor e demonstrar as estudantes do núcleo de ensino (NUEN) da Unidade de Internação feminina do Gama (UIFG), que com dedicação, conhecimento, interdisciplinaridade, autoconhecimento, autocontrole, resiliência, aprimoramento e direcionamento; é possível transpor limites que nos impomos antes. Que é possível ultrapassar as nossas expectativas, resgatando e/ou fortalecendo a autoestima ao proporcionar a educanda competir consigo mesma e vencer.

#### **Objetivo Geral**

- Demonstrar para a estudante que ela é capaz de ir além das suas expectativas.

#### **Objetivos específicos**

- Despertar o interesse das estudantes pela prática rotineira de atividades físicas.
- Promover a utilização interdisciplinar dos conhecimentos adquiridos em Ciências Naturais, Matemática, Biologia, Química, Física, História e Geografia.



- Incluir na concepção das estudantes que existem diferentes níveis de desenvolvimento físico e de condicionamento.
- Desmistificar a ideia de apenas motivação será necessário, pois para conseguir que a construção seja ininterrupta é necessário ter disciplina, a disciplina de fazer o que está estipulado que deve ser feito sem procrastinar.

### Justificativa

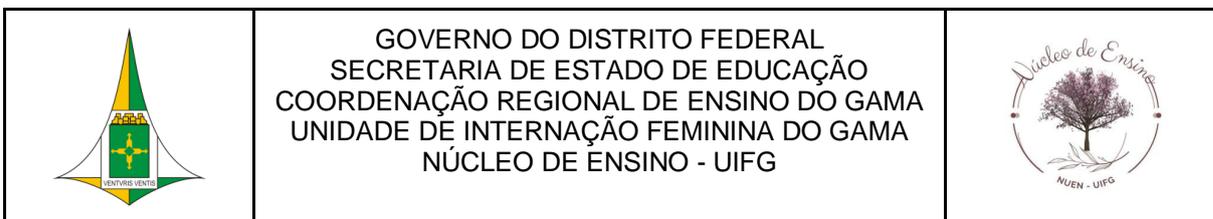
As provas de pista resumem-se às corridas de velocidade, meio-fundo e fundo. Sobre as corridas, Facca, Borsani e Filho (1974, p. 12) nos afirmam que:

[...] a prática da corrida é sempre recomendável, quer como exercício de grandes e profundos efeitos gerais sobre o organismo, como também por servir de preparação às outras e aos demais esportes. Como exercício natural ela é simples, porque é um exercício instintivo e automatizado; é complexa, porque é resultante de um trabalho preciso de todos os segmentos do corpo. A corrida é uma expressão individual. Não existem dois atletas correndo de modo idêntico, porque é diferente sua anatomia, a sua força, a sua flexibilidade, a sua coordenação e harmonia de gesto e até a sua interpretação pessoal da corrida. Existem formas de execução diferentes, embora os princípios da técnica sejam os mesmos. O velocista corre de modo diferente do corredor de meio fundo, que por sua vez se utiliza da técnica da corrida de outra maneira que o corredor de fundo.

Correr é muito bom! Esta atividade auxilia nosso sistema circulatório e respiratório, e quanto mais correremos, melhor ritmo e técnica adquirimos. O treinamento das estudantes consiste em melhorar sua técnica, aumentando a velocidade, o ritmo, a resistência e diminuindo seu tempo.

Antes de introduzir a corrida em si, é necessário começar com o fortalecimento do *core*, conjunto da musculatura que fica na região central do nosso corpo, responsável por estabelecer todo o equilíbrio e centro gravitacional. Fortalecer o *core* ajuda a manter a postura, criar movimentos, coordenar ações musculares e permitir estabilidade, absorção, geração e transmissão de força para o corpo todo. Treinar de forma correta o *core* **proporciona potência, força e estabilização**. Afinal, os músculos centrais criam uma base sólida para o seu corpo, permitindo que você tenha estabilidade corpórea. Ao treinar o *core*, você estabiliza a coluna, o que melhora e controla a postura.

Com o fortalecimento do *core* vem a introdução dos exercícios educativos para corrida. Os educativos de corrida são exercícios coordenativos e posturais, que têm



como objetivo simular padrões de movimentos desejáveis durante a corrida. Eles são também uma ferramenta muito poderosa que traz um salto de qualidade no treino de corrida.

Sendo assim, serão trabalhados:

- Dribbling;
- Skipping baixo;
- Skipping alto;
- Anfersen;
- Hopslerlauf;
- Sambinha.

As corridas trabalhadas serão as de pista rasa de velocidade. As corridas rasas de velocidade são aquelas que não têm nenhum obstáculo e são divididas em provas de 100m, 200m e 400m, mas as estudantes serão levadas gradualmente a essas distâncias, começando com 20m, 30m e depois 50m. Após a ambientação, aí sim começarão a percorrer 100m e aumentando gradativamente. Os resultados serão colhidos em períodos iguais de tempo para comparação e observação e comprovação das evoluções individuais.

### **13.5. Orientação Educacional**

A implementação do Plano de Ação da Orientação Educacional se consolida no Projeto Pedagógico da escola em conformidade com as diretrizes educacionais e servirá para nortear as ações desenvolvida pela Orientadora Educacional no NUEN/UIFG, justificando o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para a formação do projeto de vida dos estudantes.

A Orientação Educacional atua em várias estratégias pedagógicas baseadas nos valores como cooperação, colaboração, generosidade, solidariedade, empatia, motivação, coletividade, para contribuir na prevenção, redução e transformação da cultura de violência, a abrangência de sua atuação perpassa seis eixos: ações de implantação/implementação da Orientação Educacional, ações institucionais, ações

	<p>GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA UNIDADE DE INTERAÇÃO FEMININA DO GAMA NÚCLEO DE ENSINO - UIFG</p>	
---	--	---

junto ao professor, ações junto ao estudante, ações junto às famílias e ações de articulação em rede, descritos no plano de ação anual.

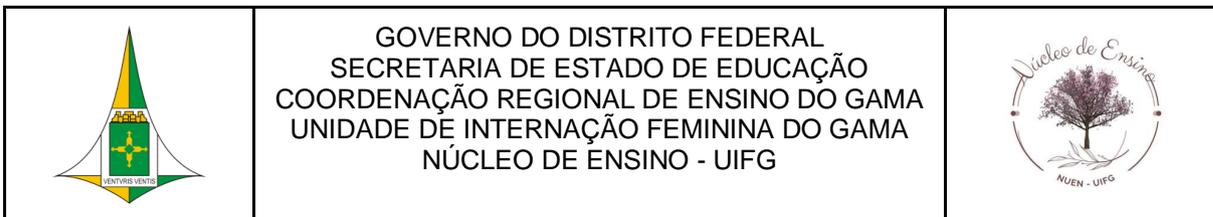
A proposta de trabalho da Orientação Educacional é elaborada em consonância com a Legislação Educacional, a Base Nacional Comum Curricular, a Orientação Pedagógica, o Caderno de convivência escolar e Cultura de Paz em consonância com os projetos que o NUEN/UIFG já desenvolve, com o objetivo de fortalecer o vínculo escolar e social de todas as partes integrantes.

**Objetivo geral:**

- Desenvolver ações pedagógicas para trabalhar as temáticas abordadas no Plano de Ação Anual da Orientação Educacional.

**Objetivos específicos:**

- Participar da elaboração e execução do Projeto Político e de ações construídas coletivamente, integrando-as aos projetos da OE.
- Valorizar os espaços das coordenações coletivas na Unidade Escolar, bem como nos encontros de articulação pedagógica dos Orientadores Educacionais, com discussões de documentações, estudos, reflexões e outras atividades pertinentes
- Contribuir para a melhora da saúde emocional das estudantes;
- Auxiliar os profissionais da escola para promover o acolhimento e convívio pacífico entre estudantes e servidores do NUEN/UIFG;
- Desenvolver ações que proporcionem o autocuidado, autoconhecimento e perspectivas de futuro;
- Desenvolver atividades ou projetos que trabalhem o protagonismo das estudantes.
- Contribuir para desenvolver hábitos e motivação para o estudo;
- Desenvolver ações articuladas com os outros segmentos e projetos da escola.
- Promover ações de prevenção ao bullying, estimulando a Cultura de Paz;
- Proporcionar atividades que envolvam a temática da sexualidade, higiene e prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis;



Cabe ressaltar que as metodologias de atuação da Orientação Educacional são diversificadas, de acordo com a temática a ser abordada, podendo ser utilizadas várias estratégias, sendo elas individuais ou coletivas, por exemplo:

- Acolhimento, conversa e orientação.
- Roda de conversa com as estudantes.
- Círculo de mediação restaurativa.
- Criação de atividades artísticas.
- Palestras com parcerias da rede e ou privadas.
- Produção de texto, desenho, portfólio.
- Debates.
- Promoção de momentos para meditação, estimulando a concentração e o autocontrole.
- Atividades direcionadas ao desenvolvimento do protagonismo e fortalecimento dos objetivos para resgate da autoestima e criação do projeto de vida.
- Aplicação de questionário sobre a temática abordada.
- Criação de quadros/murais.
- Preenchimento de fichas observacionais /relatório de ação coletiva.
- Grupos de estudos utilizando vídeos, textos e artigos sobre o assunto.
- Apoio nas atividades interdisciplinares em parceria com a equipe pedagógica.

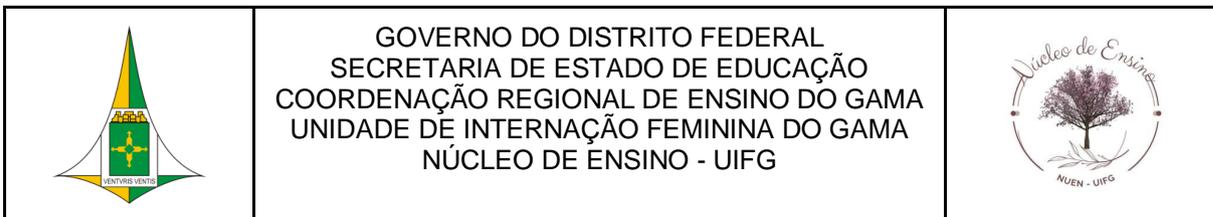
### **13.6. Gamificação das ciências humanas**

#### **Objetivo geral**

- Desenvolver ações pedagógicas através de jogos e atividades lúdicas.

#### **Objetivos Específicos:**

- buscar a compreensão de conceitos básicos de História e Geografia voltados para as atividades diárias.



- desmistificar a aprendizagem das matérias humanas.
- minimizar a dificuldade de compreensão e alcançar com qualidade todas as discentes envolvidos no processo educativo;
- reduzir os excluídos dos processos de aprendizagem, buscando alcançar todos envolvidos através de atividades lúdicas e/ou jogos eletrônicos como Quiz com o auxílio do Kinect;

### **Justificativa**

Ao lecionar matérias humanas foi constatado a dificuldade de aprendizagem e utilização dos conceitos de geografia no cotidiano e a percepção das influências do contexto histórico na sua realidade.

## **14- PROJETOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE ESCOLAR**

### **14.1. Dona de mim**

#### **Dossiê – Relatos de Experiência**

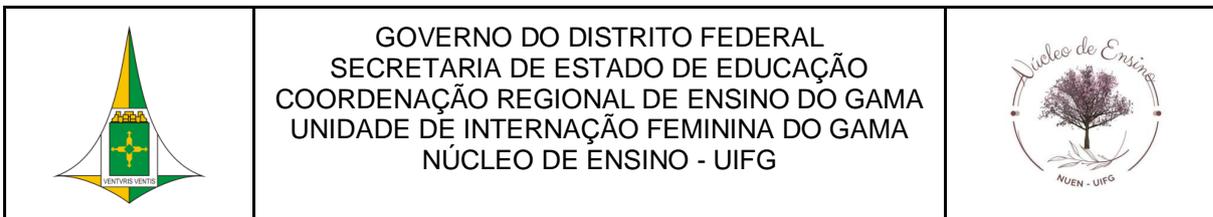
Proposta Pedagógica no Sistema Socioeducativo do Núcleo de Ensino da Unidade de Internação Feminina do Gama: Projeto “Dona de Mim” - Reintegração social de meninas adolescentes e jovens em conflito com a lei através dos espaços promovedores de cultura

*Daiana da Silva Sousa Sátiro \**

*Fabiana Angélica Costa \*\**

*Sebastião Ancelmo Bezerra Junior \*\*\**

**Resumo:** O presente relato apresenta a sistemática de organização do trabalho pedagógico construído e elaborado pelos docentes do novo Núcleo de Ensino do Sistema Socioeducativo da Unidade de Internação Feminina do Gama da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Os professores, junto à direção, supervisão e coordenação pedagógica, elaboraram a proposta do projeto “Dona de Mim” abrangendo todas as áreas e complexidades que o Sistema Socioeducativo propõe, em especial com o trabalho direcionado aos aspectos do



gênero feminino. O projeto tem por objetivo a reintegração social de meninas adolescentes em conflito com a lei através dos espaços promovedores de cultura e de conhecimentos científicos, bem como o empoderamento feminino. O projeto conta com sete oficinas por áreas: (a) Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna e Parte Diversificada: Oficina “Não me olhe assim”; (b) Matemática, Física e Química: Oficina “Matemática dos Sonhos”; (c) Ciências e Biologia: Oficina “Metamorphose”; (d) Geografia: Oficina “Papo Legal”; (e) História: Oficina “Salada Cultural”; (f) Artes, Filosofia e Sociologia: Oficina “Cine Pagu” e; (g) Educação Física: Oficina “Mente em Sintonia! Corpo em Harmonia”. Todas as oficinas do projeto “Dona de Mim” abrangem planejamentos, ações e estratégias para o Ensino Fundamental Anos Iniciais, Anos Finais e Ensino Médio.

**Palavras-chave:** Meninas em conflito com a Lei. Socioeducação. Gênero. Reintegração. Empoderamento.

—

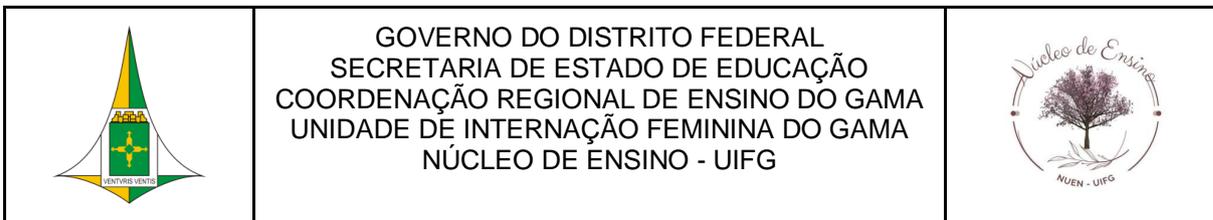
\* Daiana da Silva Sousa Sátiro é pedagoga, especialista em Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia Clínica, mestre em Educação pela UCB. Professora e Coordenadora Pedagógica do NUEN-UFG. Contato: daiana.satiro@edu.se.df.gov.br

\*\* Fabiana Angélica Costa é licenciada em Letras - Língua Portuguesa e Inglesa e em Educação Física, especialista em Gestão Escolar. Supervisora do NUEN-UFG. Contato: fabianaangelicacosta@gmail.com

\*\*\* Sebastião Ancelmo Bezerra Junior é licenciado em Física, especialista em Educação à Distância e Didática no Ensino Superior. Professor da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Diretor do CED 06 do Gama e NUEN-UIFG. Contato: uifg.ced06@gmail.com

## Introdução

A doutrina do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (CONANDA, 2016) compreende que o atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa deve ser desenvolvido por um conjunto articulado de ações, de maneira que a executora da medida não se distancie das demais políticas de atenção à infância e à adolescência. O atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa e sua inserção no Sistema de Garantia de Direitos (SGD) dependerão inevitavelmente de uma articulação intersetorial em rede, tendo por base o princípio da incompletude institucional (DISTRITO FEDERAL, 2014b).



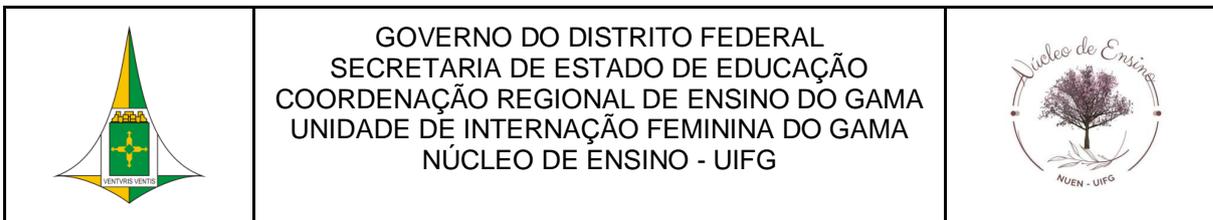
Medidas socioeducativas são atos jurídicos que, na legislação brasileira - arts. 112 a 128 da Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1997) -, se atribuem aos adolescentes autores de ato infracional. É aplicada pela autoridade judiciária (Juiz da Vara da Infância e Juventude) como sanção e oportunidade de ressocialização. São seis as medidas socioeducativas mais utilizadas no Brasil: (1) advertência; (2) obrigação de reparar o dano; (3) prestação de serviços à comunidade; (4) liberdade assistida; (5) semiliberdade e; (6) internação (arts. 115 a 125 – ECA). Em todas as medidas socioeducativas, tanto as de meio aberto como as de meio fechado, a escolarização ocupa lugar de destaque no relatório que é encaminhado ao juiz da infância e da juventude.

A medida socioeducativa de internação é hierarquicamente a mais grave destinada ao adolescente.

### **A Unidade de Internação Feminina do Gama (UIFG)**

Em abril de 2020, a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania - SEJUS inaugurou a Unidade de Internação Feminina no Gama - UIFG, situada na Área Especial nº 02, estrada Vicinal nº 361 - bairro Gama - DF, com Jacqueline Moraes Campos na direção do complexo. Enquanto Unidade, a proposta é centrada na ressocialização de jovens e adolescentes, do público feminino, de 12 a 21 anos, que em algum momento estiveram em conflito com a lei. Importante ressaltar que a inauguração desta Unidade ocorreu em tempos de combate à pandemia de Covid-19, o que fragilizou a formação de parcerias e a chegada de recursos importantes. Com isso, há uma grande necessidade de união e empenho por parte de toda comunidade local para conciliar esforços, tornando assim a instituição ainda mais forte e frutífera.

A Unidade de Internação Feminina do Gama fica em uma área rural, local ermo, via de ligação entre Gama e Santa Maria. Por contemplar essencialmente o público feminino, requer uma atenção especial dos órgãos públicos em geral para a garantia da segurança local e de suas proximidades. Desde que se iniciou às atividades, percebe-se que, pelo fato da proximidade ao Centro Penitenciário Feminino (Colmeia), há sempre um equívoco na diferenciação das funções exercidas pela UIFG



com as daquela Instituição.

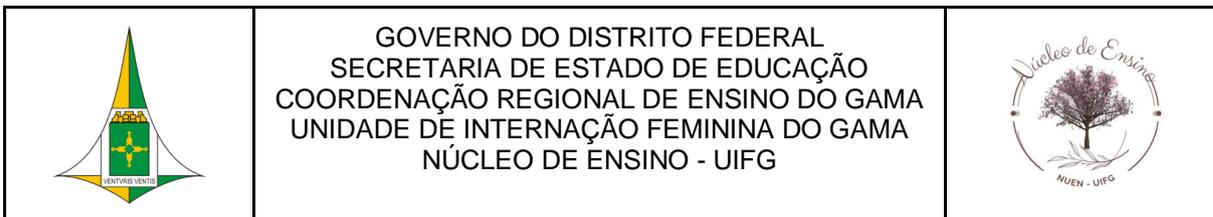
Porquanto, reforça-se que a Unidade de Internação se ocupa de jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Destaca-se que a UIFG compreende um projeto que visa a reinserção social das adolescentes e jovens, por meio do fortalecimento dos vínculos familiares, incentivo à escolarização, profissionalização, mudança de perspectivas e a busca de novas metas e objetivos de vida planejado e inserido em jornadas pedagógicas e projetos.

A UIFG possui 4.264,20m<sup>2</sup> de área construída e conta com espaços de biblioteca, sala para musicalização, ginásio de esportes, espaço para cultivo de horta, salas para jogos e projetos de xadrez, sala de informática, espaço multiuso, refeitórios, áreas de convivência, salão de beleza, templo ecumênico, módulos com dormitórios, espaços administrativos das Secretarias de Saúde, Segurança, Justiça – entre outras – e, com o prédio escolar da SEEDF: Núcleo de Ensino NUEN-UIFG, que conta com sala da supervisão/coordenação, sala dos professores, seis salas de aula, uma sala que comporta instalações-base de informática, um depósito, dois banheiros para professores e funcionários, um banheiro específico para as estudantes em medida de Saída Sistemática, um banheiro específico para as estudantes sentenciadas e uma sala de atividades multiuso.

### **O Núcleo de Ensino da Unidade de Internação Feminina do Gama (NUEN-UIFG)**

Após a inauguração da UIFG, iniciaram-se as tratativas no CED 06 do Gama, junto à Coordenação Regional de Ensino e da Subsecretaria de Educação Básica do Distrito Federal, para a criação normativa do Núcleo de Ensino que funcionaria na referida Unidade para a vinculação administrativa, pedagógica e de escrituração escolar da escolarização das estudantes e dos procedimentos de remanejamento de profissionais para atuação no Sistema Socioeducativo em vigência a partir de então.

De acordo com as Diretrizes Pedagógicas da Socioeducação (DISTRITO FEDERAL, 2014b), o atendimento a adolescentes autores de atos infracionais no Distrito Federal iniciou-se em 1984 pela extinta Fundação do Serviço Social (FSS) com o Projeto de Atendimento ao Menor - PROAMI. A escolarização, pela SEEDF, de



adolescentes e jovens autores de atos infracionais teve início em 1992. Em 1995, foi discutido (apesar de não oficializado) um convênio com a também extinta Fundação do Serviço Social (FSS), visando à regularização da escrituração escolar de adolescente e jovens internos no Centro de Atendimento Juvenil Especializado - CAJE, por meio do Centro de Ensino Supletivo da Asa Sul - CESAS.

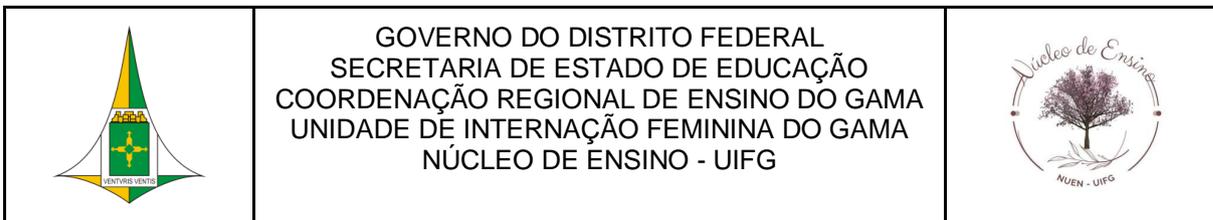
Em 1999, foi firmado o primeiro Termo de Convênio, nº 37/1999, com vigência até 2002, objetivando proporcionar escolarização a adolescentes e jovens internos no CAJE. Em 2010, a execução de medidas socioeducativas passou a ser de responsabilidade da Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal (SE Criança), que lançou o plano de desativação da Unidade de Internação do Plano Piloto (antigo CAJE) e a descentralização das UIS como principal estratégia de implementação dos princípios do SINASE - Parâmetro de Gestão Pedagógica ao Atendimento Socioeducativo.

Em 2011, foi criado o Núcleo de Educação Prisional e Medidas Socioeducativas (NUEPMS), vinculado à Coordenação de Educação em Direitos Humanos (COEDH) da Subsecretaria de Educação Básica do Distrito Federal (SUBEB).

Em 2014, o DF passa a contar com uma rede de quatro Unidades de Internação: Recanto das Emas (UNIRE), Planaltina (UIP), Santa Maria (UISM), São Sebastião (UISS); uma Unidade de Atendimento Inicial (UAI); uma Unidade de Saída Sistemática (UNISS) e; uma Unidade de Internação Provisória de São Sebastião (UIPSS).

No ano de 2020, com a criação da UIFG, o efetivo feminino deixa o prédio da Unidade de Internação da Santa Maria (UISM) e as matrículas escolares são transferidas para o CED 06 do Gama. Em 04 de agosto de 2020, a então futura supervisora - professora Fabiana Angélica Costa - passou a conduzir pessoalmente e presencialmente as atividades para todas as turmas, desde os Anos Iniciais até o Ensino Médio, pois, devido à pandemia, as aulas presenciais foram suspensas e, para o ensino remoto mediado por tecnologias, não havia sinal de internet disponível para essa finalidade.

Em novembro do mesmo ano, a SEEDF junto à CRE do Gama remanejou professores contratados temporariamente para a produção de materiais, atividades e



aulas disponibilizadas por gravações de vídeos. Durante este período o NUEN contou com o apoio de funcionários da UIFG para que as estudantes conseguissem realizar tais atividades e pudessem ter acesso às videoaulas do ensino remoto.

Em 17 de junho de 2021, o Núcleo de Ensino da NUEN/UIFG foi criado e normatizado pela Portaria Conjunta SEJUS e SEEDF nº 07 (DISTRITO FEDERAL, 2021), com vinculação ao CED 06 do Gama. Com a publicação desta portaria a supervisão do NUEN passou a contar com a atuação de uma Coordenadora Pedagógica. O retorno presencial das aulas - de estudantes e professores regentes - ocorreu em 23 de agosto de 2021, onde se reestabeleceram as atividades pedagógicas do NUEN-UIFG.

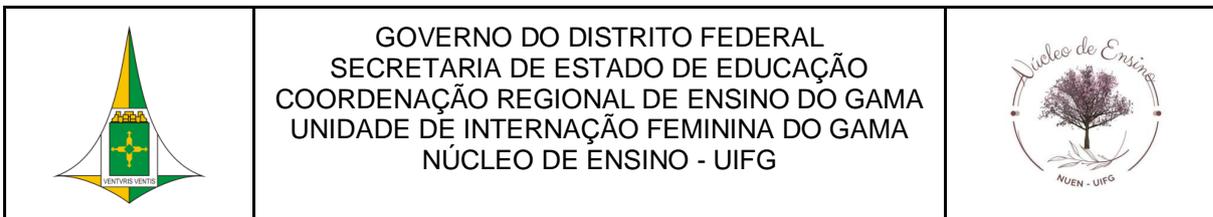
### **Perfil das estudantes NUEN-UIFG**

Considerando a avaliação diagnóstica, o sucesso do processo de ensino e aprendizagem e com o objetivo de subsidiar a organização do trabalho pedagógico neste contexto específico, o trabalho pedagógico iniciou-se pelo mapeamento e identificação do perfil das estudantes. O NUEN-UIFG atende adolescentes em medida socioeducativa de internação.

Da ausência de suporte e continência aos desafios próprios da adolescência e ante a imprecisão e fluidez de estilos educacionais parentais apresentados pela cultura, os adolescentes de nossos dias vêm apresentando dificuldades com a autoridade também no ambiente social.

As atuais estudantes do Sistema Socioeducativo do NUEN/UIFG são em sua maioria naturais do DF e do estado de Goiás, faixa etária entre 14 e 19 anos, a maior incidência de adolescentes autoras de atos infracionais encontra-se na faixa dos 17 anos. A maior parte dos atos infracionais cometidos são homicídio e tráfico de drogas.

As adolescentes revelam histórico de violências sofridas, expostas a fatores de risco comuns: fragilidade no controle dos impulsos, baixo desempenho escolar, pais com históricos de envolvimento com a polícia, baixa renda familiar, supervisão parental insuficiente, residentes em ambientes com alta frequência de violência,



usuários de drogas, pertencentes a etnias raciais politicamente minoritárias, acúmulo de históricos de evasão escolar. Apesar da incidência de evasão, as adolescentes acreditam que a escola pode mudar sua vida. Por se tratarem de meninas/mulheres, a vulnerabilidade aos fatores de risco descritos tende a aumentar se acumulando às questões de gênero.

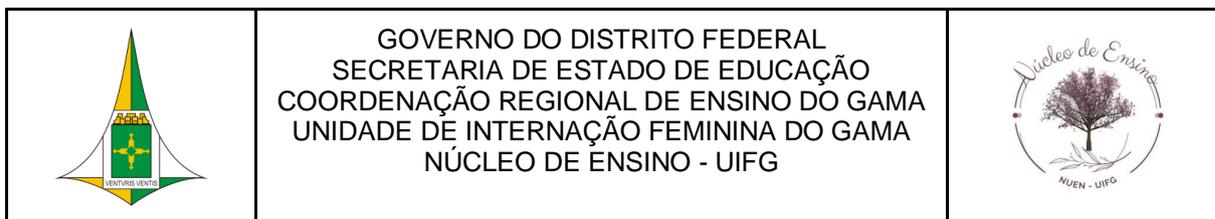
Nas desconstruções contemporâneas, nota-se que a categoria gênero, no que se restringe às mulheres e às meninas, não apresenta muita flexibilidade ou sua abertura expressa-se com resistências sociais e culturais (...). Como revelam as pesquisas, os próprios adolescentes elencam as meninas dentro dos estereótipos de gênero, portanto como objetos sexuais, como cuidadoras maternas e de afazeres domésticos. Averigua-se que independentemente da idade cronológica, as mulheres e as adolescentes são constituídas sob as mesmas condições sociais e culturais. (SANTOS, 2016).

A subjetivação das mulheres e das adolescentes apresenta-se como aspecto real e considerável no perfil das estudantes autoras dos atos infracionais que culminaram em suas internações.

No contexto da criminalidade, comumente mulheres e adolescentes são taxadas como mais violentas e agressivas do que os homens, isso, porque se esperam dessas meninas uma postura servil, meiga, frágil e vitimizada. Essa visão cristalizada acerca das mulheres e meninas problematiza a invisibilidade delas por parte dos sistemas sociais, sobretudo judiciais. (RAMOS, 2007).

As narrativas das estudantes apresentam históricos de cargas emocionais, físicas, financeiras, familiares e de relacionamentos extremamente conflituosos até culminarem em seus atos infracionais. Apesar de todos os aspectos históricos negativos, das condições de vulnerabilidade e da restrição de suas liberdades, suas narrativas, produções escritas e artísticas demonstram o crédito no processo educacional e apresentam perspectivas positivas para o futuro.

## **Proposta Pedagógica NUEN-UIFG**



A função social da escola é a de auxiliar as sociedades em aprendizagens que favoreçam novas formas de relação consigo, com o outro, com o meio ambiente e com as grandes causas humanas, o que amplia e potencializa as responsabilidades educativas da escola.

As Diretrizes Pedagógicas da Socioeducação (DISTRITO FEDERAL, 2014b) preconiza a organização escolar em ciclos para as aprendizagens escolares nas Unidades de Internação Estrita que se justifica pela necessidade de reorganização do trabalho pedagógico e dos tempos e espaços escolares numa perspectiva inclusiva e emancipatória. A organização escolar em ciclos no Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais foi aprovada pelo Conselho de Educação do DF em dezembro de 2013. No entanto, considerando as especificidades que caracterizam o trabalho pedagógico desenvolvido nas Unidades de Internação, propõe-se uma forma diferenciada de organização dos ciclos nesses espaços. Com isso, o NUEN-UIFG possui sua organização de turmas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da seguinte forma: 2º Ciclo, turma de Bloco 1, que compreende os três primeiros anos e turma de Bloco 2, compreendendo os 4º e 5º anos. Para os Anos Finais do Ensino Fundamental: 3º Ciclo, turma de Bloco 1, que compreende os 6º e 7º anos e turma de Bloco 2, compreendendo os 8º e 9º anos. Já na organização do Ensino Médio: Bloco Ensino Médio que compreende as 1ª, 2ª e 3ª séries.

É importante destacar que, no Ensino Fundamental, diferente do estabelecido para a Rede Regular de Ensino, a matrícula da Socioeducação será realizada nos Blocos e não no ano de escolarização. Dessa forma, o avanço dos estudantes acontecerá entre os Blocos e poderá ser indicado após ter cursado o período mínimo de um semestre letivo conforme Resolução nº 01/2021 – CEDF, artigo 161. (DISTRITO FEDERAL, 2014b).

A partir das especificidades de atendimento socioeducativo da UIFG, o Núcleo de Ensino iniciou a proposta de trabalho pedagógico considerando a rotatividade e a inconstância de periodicidade de permanência das estudantes no processo. Considerando a sistematização do saber

Figura 1: L. K., 6º e 7º anos

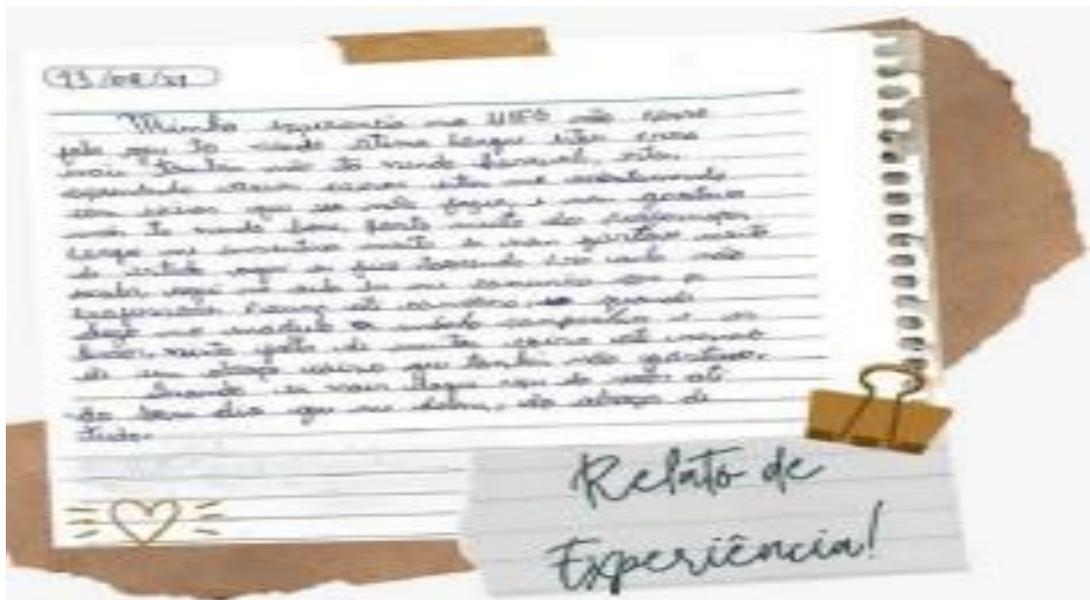


GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA  
UNIDADE DE INTERNAÇÃO FEMININA DO GAMA  
NÚCLEO DE ENSINO - UIFG



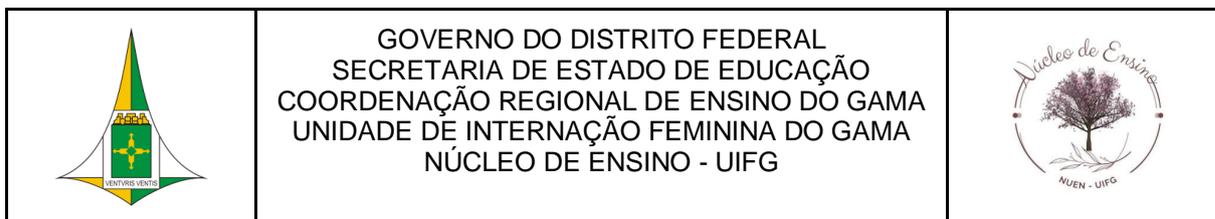
Fonte: Autores.

Figura 2: I. A., Ensino Médio



Fonte: Autores.

escolar a partir da Pedagogia Histórico-Crítica, pressuposto teórico-metodológico do Currículo em Movimento do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2014a) e para que esse processo se efetive de maneira exitosa com todas as estudantes, pensou-se na construção coletiva da Proposta Pedagógica do Projeto “Dona de Mim” e suas oficinas por área de conhecimento. Tal projeto propõe uma concepção de trabalho pautado na condução da proposta pedagógica de promoção de atividades, ações e intervenções



a partir de projetos pessoais de cada estudante.

As etapas compreendem a identificação de um desejo, vontade, projeto, planos individuais futuros e, a partir deles, todos os planejamentos dos trabalhos pedagógicos, curriculares e avaliativos são direcionados e adaptados aos registros, planejamentos de estratégias, estudos e pesquisas relacionadas de forma a favorecer a interdisciplinaridade e a transversalidade, envolvendo todas as áreas do conhecimento e de acordo com os objetivos propostos para cada modalidade de ensino e preconizadas no Currículo em Movimento da Educação Básica (DISTRITO FEDERAL, 2014a). Todas as atividades propostas propõem sequências didáticas integradas e propostas conforme as Diretrizes:

Processo de construção de conhecimento na proposta de uma didática que parte de cinco etapas: a) Prática Social Inicial das Estudantes; b) Problematização (identificação, pela socioeducanda, de questões a serem resolvidas a partir de sua prática social/ realidade); c) Instrumentalização (apropriação de instrumentos teóricos e práticos para resolver os problemas elencados); d) Catarse (incorporação dos instrumentos culturais necessários à transformação social/realidade); e) Prática Social Final (retorno à prática social inicial com uma visão mais ampla, transformada da realidade). (DISTRITO FEDERAL, 2014b).

A sistemática de organização do trabalho pedagógico foi construída e elaborada pelos docentes do NUEN/ UIFG/SEEDF. Os professores 1, junto à Direção<sup>2</sup>, Supervisão<sup>3</sup> e Coordenação Pedagógica<sup>4</sup> elaboraram a proposta do projeto “Dona de Mim” abrangendo todas as áreas e complexidades que o Sistema Socioeducativo propõe, em especial com o trabalho direcionado aos aspectos do gênero feminino. O projeto tem por objetivo a reintegração social de meninas adolescentes em conflito com a lei através dos espaços promovedores de cultura e de conhecimentos científicos, bem como o empoderamento feminino.

Figura 3: Identidade Visual do Projeto “Dona de Mim”

	<p>GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA UNIDADE DE INTERNAÇÃO FEMININA DO GAMA NÚCLEO DE ENSINO - UIFG</p>	
---	---	---



Fonte: Autores.

O projeto “Dona de Mim” conta com sete oficinas por áreas: (a) Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna e Parte Diversificada: Oficina “Não me olhe assim”; (b) Matemática, Física e Química: Oficina “Matemática dos Sonhos”; (c) Ciências e Biologia: Oficina “Metamorphose”; (d) Geografia: Oficina “Papo Legal”; (e) História: Oficina “Salada Cultural”; (f) Artes, Filosofia e Sociologia: Oficina “Cine Pagu” e; (g) Educação Física: Oficina “Mente em Sintonia! Corpo em Harmonia”.

Todas as oficinas do projeto “Dona de Mim” abrangem planejamentos, ações e estratégias para o Ensino Fundamental Anos Iniciais, Anos Finais e Ensino Médio. A organização curricular, considerando o caráter provisório de permanência das estudantes, de suas realidades e dos contextos que estão inseridas, pauta-se em conteúdos curriculares e objetivos de aprendizagens nas atividades tais como: leitura e interpretações de textos (individual e/ou em grupo) de políticas antissextista e antirracista; abordagem dos gêneros: biografia, cartazes, charges, artigos, rodas de conversa; palestras alusivas à questões de valorização da vida; saraus culturais; exibição e debates de filmes de temas relevantes; oficinas práticas; produções textuais diversas; textos de gêneros e autores variados que abordam sobre a questão de raça e gênero; textos orais e escritos em diferentes situações de participação social; conhecimento e análises críticas aos usos da língua como veículo de valores e preconceitos de classe, credo, gênero, procedência e/ou etnia; valer-se da



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA  
UNIDADE DE INTERNAÇÃO FEMININA DO GAMA  
NÚCLEO DE ENSINO - UIFG



linguagem para melhorar a qualidade de suas relações pessoais, sendo capaz de expressar seus sentimentos, experiências, ideias e opiniões, bem como de acolher, interpretar e considerar os dos outros, contrapondo-os quando necessário; estilos/movimentos artísticos e a cultura produzida pela humanidade; respeitar e valorizar a diversidade cultural e perceber a arte como linguagem expressiva estética e comunicacional; manifestações artísticas ao longo da história e suas influências e contribuições como instrumento de transformação social.

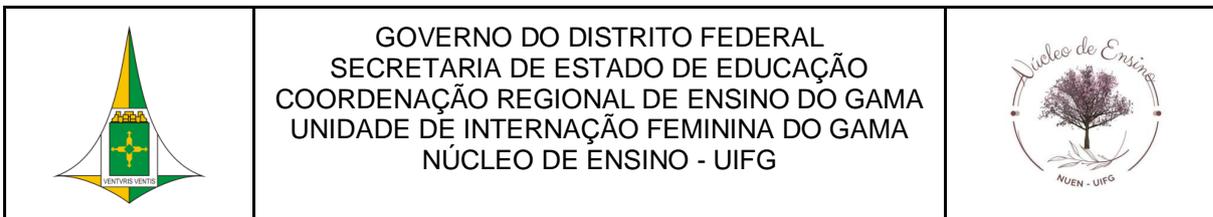


Figura 4: Identidades Visuais das Oficinas Fonte: Autores.



Figura 5: Produção Artística Coletiva – Ensino Fundamental e Médio - Fonte: Autores.

Todas as atividades propostas são atreladas ao projeto individual de cada



estudante, e perpassam entre muitos sonhos as ideias de: abertura de empresas e do próprio negócio, formações específicas, faculdades, concursos públicos, intercâmbio, sucesso nas provas do ENCCEJA e ENEM, retomada de carreiras artísticas.

Para exemplificar: K.C.S. (15 anos, 6º e 7º anos) almeja retomar sua carreira de cantora e compositora que se iniciou e desfez-se precocemente. Já T.J. (17 anos, 8º e 9º anos) deseja abrir um salão de beleza especializado em cabelos afro-brasileiros. Para tais objetivos, os professores regentes de cada área do conhecimento planejam ações para intervenções específicas junto às estudantes: registros escritos, territorialidades, finanças, planilhas, gráficos, estratégias, habilidades, formações, históricos, situações problemas, problemáticas esperadas, resolução de situações, controle de emoções, atividades físicas, entendimento de transformações no próprio corpo, hábitos saudáveis, referências de personalidades femininas, posicionamentos críticos e de empoderamento, entre outros.

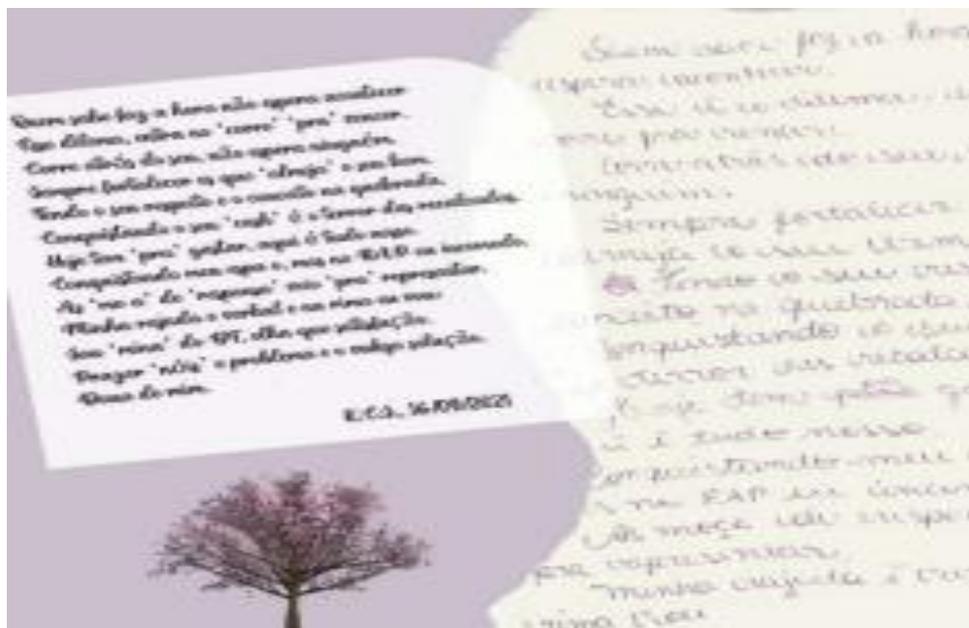
### **Resultados esperados**

O processo avaliativo formativo, proposto nas Diretrizes Pedagógicas da Socioeducação (DISTRITO FEDERAL, 2014b) não se limita a processos cognitivos; amplia-se ao levantar e fornecer informações sobre a trajetória pessoal e acadêmica das estudantes, subsidiando a organização do trabalho pedagógico de sala de aula e de toda a escola, seja da própria escola na Unidade de Internação ou da escola para onde será encaminhada a estudante da Socioeducação.

Toda adolescente em medida socioeducativa tem um Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento que traça o plano de intervenção e evolução da adolescente. O PIA é formado por múltiplas dimensões, sendo a escolarização a dimensão que o Judiciário mais leva em consideração para a avaliação do cumprimento da medida. Esse procedimento deixa os educadores sempre próximos dos setores da SE Criança na composição de um trabalho intersetorial conhecido como rede SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

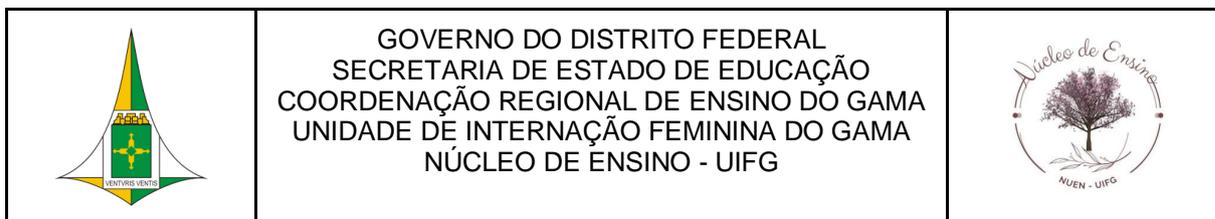


GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA  
UNIDADE DE INTERNAÇÃO FEMININA DO GAMA  
NÚCLEO DE ENSINO - UIFG



O SINASE constitui-se de uma política pública destinada à inclusão do adolescente em conflito com a lei que se correlaciona e demanda iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais. Essa política tem interfaces com diferentes sistemas e políticas e exige atuação diferenciada que coadune responsabilização (com a necessária limitação de direitos determinada por lei e aplicada por sentença) e satisfação de direitos.

(...) Demanda a efetiva participação dos sistemas e políticas de educação, saúde, trabalho, previdência social, assistência social, cultura, esporte, lazer, segurança pública, entre outras, para a efetivação da proteção integral de que são destinatários todos adolescentes. (CONANDA, 2006).



O trabalho de escolarização deve centrar-se no diagnóstico da trajetória escolar, com foco no processo de aprendizagem das estudantes. Para isso as intervenções didáticas e pedagógicas contribuem para que as estudantes se percebam como um ser no/do tempo e, principalmente, se percebam como pessoa capaz de aprender e ser bem-sucedida no ambiente escolar, que desenvolve sua capacidade de compreender suas possíveis formas de reintegração e sucesso de vida.

### **Considerações finais**

O olhar institucional sobre o ato da infração juvenil feminina será crucial para o entendimento de que a estudante da Socioeducação, autora de um ato infracional, se encontra em um momento peculiar de acompanhamento por parte do Estado para garantir novas formas de interações sociais.

Por fim, o projeto “Dona de Mim”, desenvolvido como Proposta Pedagógica do NUEN – UIFG preconiza-se nas Diretrizes pedagógicas do atendimento socioeducativo do SINASE (CONANDA, 2006), que orienta e fundamenta a prática pedagógica. Nessas práticas pedagógicas, há prevalência da ação socioeducativa sobre os aspectos meramente sancionatórios; o projeto pedagógico é tido como ordenador de ação e gestão do atendimento socioeducativo; há participação das adolescentes na construção, no monitoramento e na avaliação das ações socioeducativas; há respeito à singularidade da adolescente, presença educativa e exemplaridade como condições necessárias na ação socioeducativa; há exigência e compreensão, enquanto elementos primordiais de reconhecimento e respeito à adolescente durante o atendimento socioeducativo; tem-se diretividade no processo socioeducativo;

### **Notas**

Figura 8: Produção escrita, T.J., 17 anos.



Fonte: Autores.

incentiva-se a disciplina como meio para a realização da ação socioeducativa; busca-se a dinâmica institucional de modo a garantir a horizontalidade na socialização das informações e dos saberes em equipe multiprofissional; tem-se organização espacial e funcional das Unidades de atendimento socioeducativo que busca garantir possibilidades de desenvolvimento pessoal e social para a adolescente; valoriza-se a diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual norteadora da prática pedagógica; enfatiza-se a família e a comunidade a participarem ativamente da experiência socioeducativa; e, por fim, promove-se a formação continuada dos atores sociais.

<sup>1</sup> Àlef Lima, Aline Nóbrega, Ana Cláudia Malheiros, Barbara dos Santos, Cláudia Isabela de Oliveira, Fabiano Carvalho, Manoel Lacerda, Riany Fonseca, Sandra Donizete.

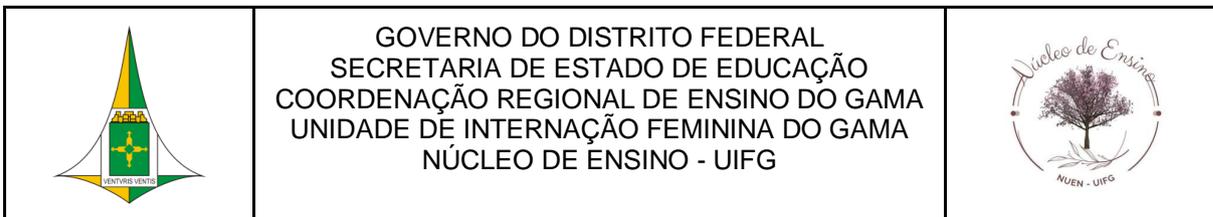
<sup>2</sup> Sebastião Junior

<sup>3</sup> Fabiana Costa

<sup>4</sup> Daiana Sátiro

## Referências

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069/1990. 2ª ed. Rev., atual. e ampla. Brasília: Senado Federal, 1997. CONANDA. **Sistema Nacional de**



**Atendimento Socioeducativo – SINASE – Brasília, 2006.**

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento**, 2014a.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Diretrizes Pedagógicas de Escolarização na Socioeducação**, 2014b.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Portaria Conjunta SEJUS/ DF nº 07**, de 29 de junho de 2021.

RAMOS, L. Como as meninas são (não) vistas pelo sistema de medidas socioeducativas do Distrito Federal. *In*: BRASIL. **Situação dos Adolescentes privados de Liberdade**. Centro de Defesa da Criança e do Adolescente: Brasília, 2007.

SANTOS, Elen Alves dos. **As adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa**: um diálogo sobre as questões de gênero, escolarização, sociedade de consumo e ato infracional: Brasília - UNB, 2016

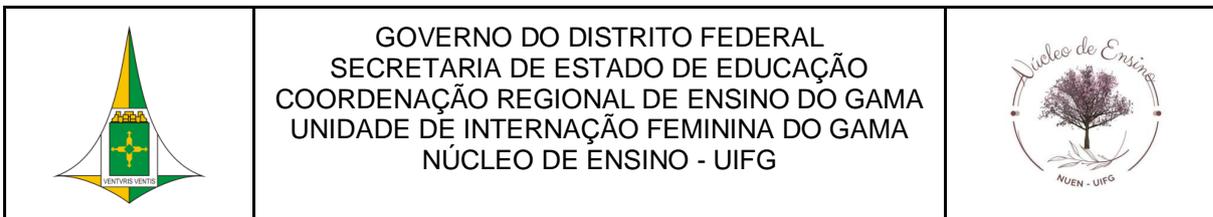
## 15 - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP

Segundo Gadotti (2010), monitoramento e avaliação constituem elementos facilitadores de êxito de um projeto. Por meio destes processos, se consegue saber quais os objetivos estão sendo atingidos e os resultados alcançados na própria organização do trabalho institucional.

Sendo assim, a avaliação adquire força por meio de interatividade ou comunicação, pois é uma prática para produzir questionamentos e compreender efeitos pedagógicos, políticos, éticos e sociais, e, não simplesmente uma operação de medida (SOBRINHO, 2003), mas de retomada de ações e avaliação do processo educativo e proposições elencadas pela comunidade escolar.

Visto que o projeto político pedagógico é uma reflexão do cotidiano, ele precisa de um tempo para que se proceda a sua reflexão e ação (VEIGA, 2002). Assim, ressalta-se a importância de sinalizar diferentes momentos, os fóruns e os sujeitos para que o processo de avaliação coletiva de fato seja executado na sua integralidade.

Nesse sentido, a metodologia de acompanhamento deve primar pela participação dos atores envolvidos no processo de construção e execução deste projeto, sendo essencial:



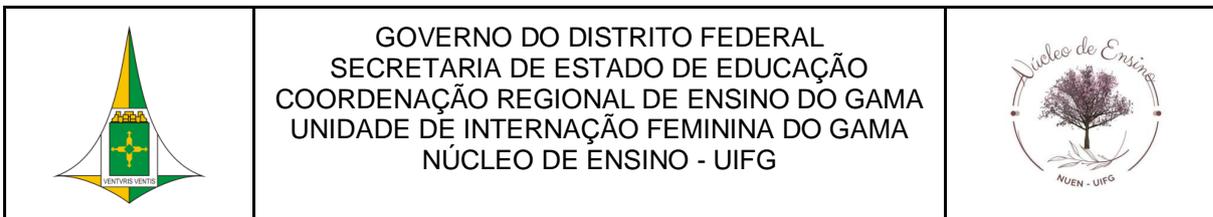
- Exercer a função de agente na implementação do PPP como sujeito participante do processo educativo.
- Acompanhar a execução dos projetos junto à equipe gestora e pedagógica;
- Apresentar a proposta para as instâncias pedagógicas e gestoras da SEEDF/CRE, SUBSIS/SECriança e SEJUS.
- Viabilizar que o PPP se efetive em parceria com a Direção da Unidade e respectivos segmentos, garantindo que todos os servidores conheçam e contribuam para o Projeto, estando cientes da organização do trabalho do Núcleo de Ensino.
- Avaliar e alinhar ações previstas no PPP no decorrer do ano letivo escolar, analisando os resultados alcançados por meio da avaliação institucional com todos os segmentos envolvidos no processo de escolarização dos socioeducandos através de momentos destinados especificamente para este fim com ocorrência bimestral e participação da Equipe Gestora, Orientação Educacional, corpo docente e discente.

Nos momentos destinados à avaliação do PPP do ano em curso serão criados conjuntamente documentos e instrumentos de registro para tal finalidade, visto que este se trata do primeiro Projeto Político Pedagógico deste Núcleo de Ensino.

Como sugestão podemos utilizar a técnica das cores para avaliação de cada item e projeto específico onde os participantes apresentam um cartão de cor vermelha quando achar que o desenvolvimento ou objetivo não está sendo alcançado, cartão amarelo para o caso de precisar rever alguns pontos e verde quando o objetivo está sendo alcançado.

## **16 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando o que foi descrito pode-se dizer que o Projeto Político Pedagógico é um documento de grande necessidade dentro de uma escola, uma vez que ele dará suporte para o trabalho que precisa ser coletivo e por isso deve ser construído com a participação de representantes de todos os envolvidos no cotidiano escolar.



Contudo é preciso deixar claro que nenhum PPP é solução milagrosa e para isso, antes de tudo a escola precisa ter uma gestão verdadeiramente democrática.

## 17- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO; HORKHEIMER. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BOURDIEU, P. **A escola conservadora**. In: BOURDIEU, P. **Escritos da educação**

BRANDÃO. Carlos R. **O que é educação?** 33ª ed. São Paulo: Brasiliense. 1995.

BRASIL, **Lei 12594 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. [S.I]: Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/11259.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/11259.htm), 2012.

BRASIL, **Lei 8069 – Estatuto da Criança e do Adolescente**. [S.I]: Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm), 1990.

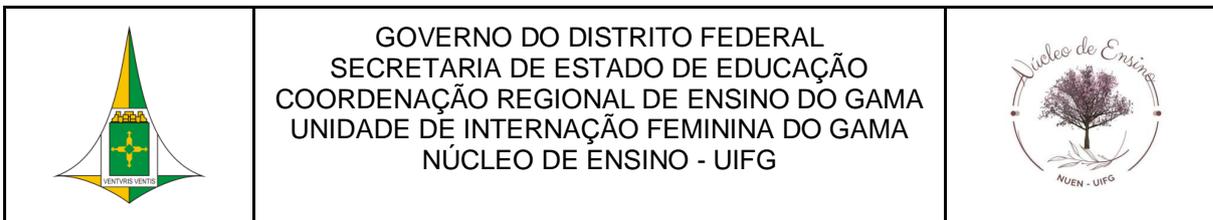
BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 22ª ed. São Paulo: - Saraiva, 1999.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de jul. de 1990. 10. Ed. Atual e corrigida. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008

BRASIL. **Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal**. LEI Nº 4.751, Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 2000.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE), 2010, Brasília, DF. **Construindo o Sistema Nacional articulado de Educação: o Plano Nacional de**



**Educação, diretrizes e estratégias; Documento Final.** Brasília, DF: MEC, 2010, p. 28. Disponível em: <<http://conae.mec.gov.br>>

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO. **Atletismo:** regras oficiais de competição 2016-2017. São Paulo: Phorte, 2017

DELORS, Jacques (org.). **Educação um tesouro a descobrir – Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI.** Editora Cortez, 7ª edição, 2012.

DISTRITO FEDERAL. SEEDF- **Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.** Currículo em Movimento da Educação Básica. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_**Diretrizes de Avaliação Educacional:** Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala. Brasília, DF, 2014-2016.

\_\_\_\_\_**Diretrizes Pedagógicas:** Escolarização na Socioeducação. Brasília-DF, 2014b

DISTRITO FEDERAL (Brasil). **Secretaria de Estado de Educação.** Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, 6ª Ed – Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_**Orientação Pedagógica da Orientação Educacional.** Brasília: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2019.

\_\_\_\_\_**Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.** Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Brasília, DF. 2020.

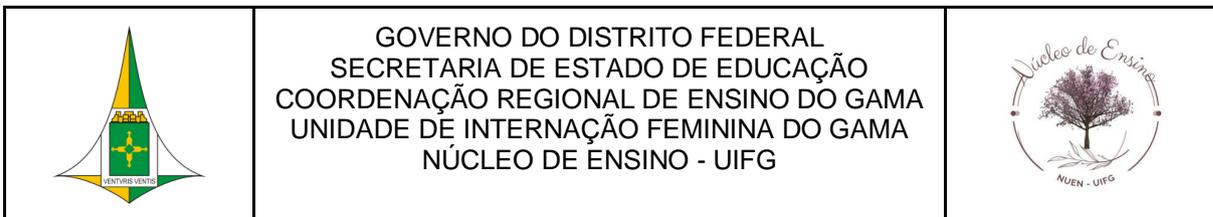
**DOCÊNCIA NA SOCIOEDUCAÇÃO** / Amanda Marina Andrade Medeiros ... [et al.]; Cynthia Bisinoto, organizadora. Brasília: Universidade de Brasília, Campus Planaltina, 2014.

FERNANDES, José L. **Atletismo:** corridas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 1979.

FINCK, Silvia Cristina Madrid. **A educação física e o esporte na escola.** Cotidiano, saberes e formação. Curitiba: Ibpex, 2011.

FOUCAULT, M. **A Origem do Discurso.** 5. ed. São Paulo: Loyola, 1996. FREIRE, P. **Educação e Mudança.** 36ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 14. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999a.



FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados, Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 32º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo (1921-1997). **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire - 66ª ed. - Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2020. Acesso em: 16 mai. 2023.

FRÓMETA, Edgardo Romero; TAKAHASHI, Kiyoshi. **Guia Metodológico de exercícios em Atletismo: formação, técnica e treinamento**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Metodologia do Ensino Superior**. 3ª. Ed. São Paulo: Atlas, 1997.

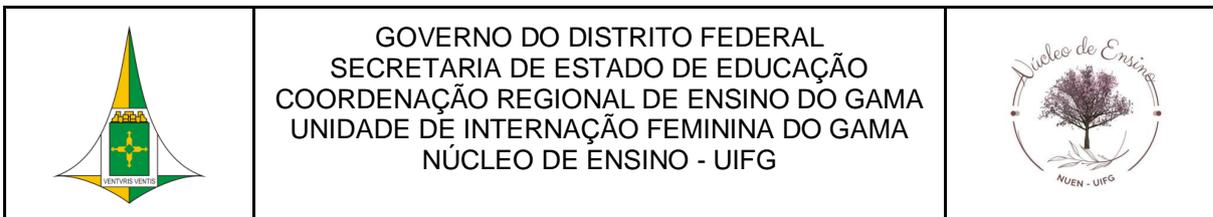
**Pedagógica:** Projeto Político-Pedagógico e organização da Coordenação Pedagógica nas escolas. Brasília- DF, 2014a.

LABAN, Rudolf, 1879-1958. **Domínio do movimento** / Rudolf Laban; ed. organizada por Lisa Ullmann [tradução: Anna Maria Barros De Vecchi e Maria Silvia Mourão.

\_\_\_\_\_ **Dança educativa moderna** / (tradução Maria da Conceição Parayba Campos). São Paulo, 1990.

LOHMANN, L. A. **Atletismo: manual técnico para atletas iniciantes**. Rio de Janeiro: Sprint, 2010.

MATTHIESEN, Sara Quenzer. (Org.). **Atletismo se aprende na escola**. Jundiaí / SP: Fontoura, 2005.



MEYER, Sandra. **Perspectivas auto-etnográficas em pesquisas com dança contemporânea**. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia. Natal. 2014.

NETTO, R. S.; PIMENTEL, G. G. de A. **O Ensino do atletismo nas aulas de Educação Física**. Curitiba: SEED/PR, 2009

Netto; **revisão técnica**: Anna Maria Barros De Vecchi] - São Paulo: Summus, 1978.  
Acesso em: 15 mai. 2023

PORTO, O. **Orientação Educacional: teoria, prática e ação**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009

REIS, R. H. **A constituição do ser humano: Amor, poder, saber na Educação/Alfabetização de Jovens e Adultos**. Brasília: Autores Associados, 2011

SAVIANI, Dermeva. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações** 10.ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SECRETARIA DE CRIANÇA. **Projeto Político Pedagógico das Medidas Socioeducativas no Distrito Federal: Internação**. Brasília- DF, 2013.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE**. – Brasília-DF: CONANDA, 2006.

VICHESSI, B.; RODRIGUES, C. **Literatura periférica na sala de aula**. Nova Escola, 2010. Disponível em:<<https://novaescola.org.br/conteudo/2608/literatura-periferica-na-sala-de-aula>>.

VYGOTSKI, L. S. (1996a). **Teoria e Método em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes. VOLPI, M. O adolescente e o ato infracional. Cortez Editora, 1997

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre, RS: Artmed, 1998.  
RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020